

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL
MESTRADO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL**

FICÇÕES DE UMA AUTONOMIA POSSÍVEL

**VITÓRIA
2016**

JÚLIA CARVALHO DOS SANTOS

FICÇÕES DE UMA AUTONOMIA POSSÍVEL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, da Universidade Federal do Espírito Santo, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Adriana Leão.

**VITÓRIA
2016**

JÚLIA CARVALHO DOS SANTOS

FICÇÕES DE UMA AUTONOMIA POSSÍVEL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a Adriana Leão (UFES)
Orientadora

Prof. Dr. Fernando H. Yonezawa (UFES)
Membro interno

Prof. Dr. Silvio Yasui (UNESP/SP)
Membro externo

Vitória, 30 de agosto de 2016.

O que é possível é criar possível
(François Zourabichvili)

AGRADECIMENTOS

“O agradecimento ou a gratidão é o desejo ou o empenho de amor pelo qual nos esforçamos por fazer bem a quem, com igual afeto de amor, nos faz bem (...)” Spinoza.

Ainda hoje no Brasil cursar o ensino superior é algo envolto em privilégios, prosseguir para um mestrado ou doutorado é ainda mais. Por isso, inicio meus agradecimentos lembrando desse fato, como um reconhecimento de onde venho. E com o coração pulsando de alegria e gratidão aos meus pais que com muito amor sustentaram esse desejo. Terezinha e Gedeon, a expectativa de vocês a cada nova aventura, e descoberta feita continua me dando coragem para desbravar esse mundo.

A minha família, por vibrar a cada conquista, só nós sabemos *quanto vale o quilo* de cada vitória, especialmente as minhas tias, por me apresentarem uma força em ser mulher, que descobri anos depois chamarem de *feminismo negro*.

A Vinicius Fiorio por produzir no último ano uma narrativa em comum recheada com carinho, paciência, cuidado e amor.

A Susan Alberoni, após anos de encontros tentados pelo universo, mas, sempre fracassados, foi uma grande alegria conhecê-la, e tê-la como companheira de mestrado. Muito carinho.

A Victor Pacheco, amigo valeu por inspirar uma vida mais leve, atenta e cuidadosa com as nossas práticas.

A Cristina Lavrador, por ter apresentado Spinoza lá ainda na graduação em *psi*.

Ao Bloco Que Loucura! por renovar uma militância em momentos tão difíceis.

Ao CALPSI por me *ensinar* os primeiros passos na militância e na aposta de uma Psicologia referenciada nos movimentos sociais.

A Rovana, Sâmia, Sofia, Zé Anésio, Tuane, Lara, Lidi, Darlan, Helom, Vivi, por me mostrarem que a RUA é um lugar a ser ocupado, e pelas interferências no meu processo de constituição política.

As meninas do HEAC-Adauto: Rosi, Estefani, Jamilly, Isa, Cilda...por me ajudarem a respirar em momentos tão sufocantes, pelas risadas, pela calma, pela aposta em um trabalho antimanicomial mesmo quando tudo pedia um pouco mais de manicômio.

A Adriana Leão, pelas apostas compartilhadas de *uma sociedade sem manicômios*.

Ao pessoal da turma 8, a primeira turma de mestrado a gente nunca esquece!

A Lau ra, Haroldo, Flávia, Gustavo (desde a graduação, hein!) presenças constantes nesses dois anos de muitas discussões, produções, alegrias e, principalmente, parcerias. Mario, gratidão por ter me dado aquele último fôlego! Valeu amigo.

A Fabricio Martins, uma companhia sempre agradável nesse universo *psi*.

A Fernando Yonezawa, por compartilhar sabedoria com um cuidado de Mestre.

A Thereza, pelos risos, lágrimas, forças, empolgações, companhia, pé no chão. Minha taurina do coração. Vlad e Dani, por estarem sempre por perto e pelas alegrias produzidas a cada encontro.

Aos meninos de São Luís, - mesmo que alguns já tenham ganhado o mundo-, saibam que a energia maranhense, e o carinho de vocês potencializaram os rumos tomado pelos devaneios sobre a pesquisa depois do período que estive com vocês na ilha do amor: Victor Hugo, Dinho, Emerson, Marlon, Wesley, Ulisses...

A Geovanna, por renovar os desejos pela fabulação. Afinal, qual o problema, se a Branca de Neve perdeu o sapatinho fugindo da madrasta que tropeçou na maçã envenenada?

Ao Silvio Yasui pelas contribuições na banca qualificação, e por aceitar acompanhar o fechamento desse trabalho.

A Soninha e Sílvia, pelos sorrisos e atenção com que sempre nos recebem no PPGPSI.

Ao povo brasileiro, muitos nem chegarão a ler esse texto, ou conhecer Spinoza, mas, são a sustentação desse trabalho ao garantir por meio das altas taxas de contribuição uma pós-graduação com bolsa. E eu sonho com o dia que essas distâncias não mais existam. A CAPES por organizar essas verbas na garantia de uma pesquisa sem preocupações financeiras.

Aos movimentos sociais que lutam incansavelmente por uma sociedade mais justa e coletiva.

A João das Dores e Dandara por construir mundos possíveis junto comigo.

“Eu sou dado ao maravilhoso, ao fantástico, ao hipersensível; nunca, por mais que quisesse, pude ter uma concepção mecânica, rígida do Universo e de nós mesmos. No último, no fim do homem e do mundo, há o mistério e eu creio nele. Todas as prosápias sabichonas, todas as sentenças formais dos materialistas, e mesmo dos que não são, sobre as certezas da ciência, me fazem sorrir e, creio que este meu sorriso não é falso, nem precipitado, ele me vem de longas meditações e de alanceantes dúvidas (Lima Barreto). ”

RESUMO

Este trabalho problematizou o conceito de autonomia e as suas relações na Reforma Psiquiátrica. Inicialmente a questão era a produção de autonomia vinculada a participação nos espaços políticos e sociais do Movimento da Luta Antimanicomial. Mas, a naturalização do conceito e os equívocos produzidos pelas suas diversas concepções operou uma distinção nas formas como comparece no contexto da Reforma Psiquiátrica. Nesse sentido, o tomamos como um dispositivo inserido no diagrama da loucura, e então, buscamos na definição de Spinoza a linha de abertura para os modos de subjetivação. O campo da pesquisa consistiu na escuta de dois usuários dos serviços de saúde mental participantes de movimentos sociais. As entrevistas abertas a uma dimensão ficcional produziu articulações entre as histórias ouvidas e a ficção para dar passagem a afetos e sensibilidades de um modo potente de vidas que prescindia de relações manicomiais. A partir da percepção de movimentos endurecidos no momento de análise das entrevistas abrimos mão da discussão voltada aos espaços do Movimento da Luta Antimanicomial para discutir a autonomia por meio da emergência de singularizações. A posição ética-metodológica da pesquisa orientada pela prática cartográfica afirma a investigação como produção de conhecimento, e também, possibilidade de novos modos de subjetivação pela intervenção produzida na realidade que circunda a pesquisa.

Palavras-chaves: Autonomia, Spinoza, Afetos, Ficção, Luta Antimanicomial.

ABSTRACT

This work problematized the concept of autonomy and their relationship in the Psychiatric Reform. Initially the question was the production of autonomy linked to participation in political and social spaces of the Anti-Asylum Movement. But the concept of naturalization and the mistakes made produced by its various conceptions has drawn a distinction in the ways appears in the context of the Psychiatric Reform. In this sense, we as a device inserted in the diagram of madness, and then seek the definition of Spinoza the opening line to the modes of subjectivity. The field of research consisted in listening to two users of mental health services participants of social movements. Interviews open to a fictional dimension produced joints between the heard stories and fiction to give way to feelings and sensitivities of a potent way of life that dispenses the madhouse relations. From the perception of hardened movements in the interviews analysis time we let the discussion focused on the Anti-Asylum Movement spaces to discuss autonomy through emergency singularity. The ethical and methodological position of research-driven cartographic practice says research as knowledge production, and also the possibility of new forms of subjectivity by the intervention produced the reality that surrounds research.

Keywords: Autonomy, Spinoza, Affections, Fiction, Anti- asylum fight

SUMÁRIO

Carta.....	10
Prólogo.....	13
1-Introdução.....	20
2-A autonomia: linha dura.....	30
2.1- A autonomia em Spinoza: a linha de ruptura do dispositivo.....	37
3- Reforma Psiquiátrica: O Movimento Antimanicomial.....	42
3.1- Reforma Psiquiátrica e Autonomia: O que fazemos com os nossos sonhos?	48
4- Sobre o método.....	57
4.1- Cartografia dos afetos.....	59
4.2- A dimensão ficcional da entrevista.....	62
4.3- “No real da vida, as coisas acabam com menos formato, nem acabam. Melhor assim. Pelejar por exato, dá erro contra a gente” (Guimarães Rosa)	67
5- FRAGMENTOS.....	72
5.1- Geografia dos afetos.....	75
5.1.1- João das Dores.....	75
5.1.2- Dandara.....	77
5.2- A potência da vida de resistir.....	79
5.3- A autonomia possível.....	82
5.4- A militância: “Um conceito só vale pela vida que lhe é dada”.....	85
5.5- O ethos antimanicomial.....	89
5.6- A amizade como o plano de forças de uma política pública.....	98
FICÇÕES.....	102
6-CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
7- REFERÊNCIAS.....	136
8- ANEXOS.....	145

Cariacica, 20 de setembro de 2015

Querida Júlia,

Escrevo-lhe na intenção de contar algumas mudanças na forma como avaliava algumas das nossas experiências naquele estágio, que talvez possam lhe ajudar. Soube que está com constante falta de ar, espero ainda assim, que esteja serena e tranquila, ao contrário dos anos que estivemos juntas. Acompanhei sua chegada no mestrado com as questões, angústias e tristezas produzidas na nossa experiência, e fiquei feliz ao saber do salto produzido no período da qualificação deixando para trás algumas questões. Esse fato não quer dizer que você não se importa mais com o que aconteceu. Às vezes é preciso esquecer algumas coisas. Não precisamos lembrar de tudo ou querer que tudo faça sentido, porque muitas vezes não faz sentido nenhum. Mas, será que sua falta de ar não se dá pelo fato de nesse momento tentar retomar algumas lembranças dessa época para escrever? Isso não é um diagnóstico, mas um convite para pensar! Entendo seus questionamentos: como pensar nesses momentos complicados sem produzir ressentimento?

Durante esses últimos anos, pensei algumas questões de outra forma. Escrevo-lhe para sugerir esse exercício: E se não pensarmos só nas mortes? Pensarmos nos outros momentos? Fizemos outras conexões? Pensar na vida, e não na morte, acredito que a diferença está nessa linha balança. Você deve se perguntar: Mas, e aquelas mortes? E qual vida vamos preferir pensar?

Calma, não vamos ignorar aquelas mortes, afinal, foram tantas, físicas, incorporais, invisíveis, e dispararam tantas questões.

O exercício proposto será andar nessa linha balança e pensar “a vida” nessas mortes! Sim, parece estranho, mas é a forma encontrada para dar passagem aos afetos, produzindo outros conhecimentos. Você anda lendo Spinoza, né?

Deve se perguntar, qual seria a vida nessas mortes?

Existe um Lago na Tanzânia com rara composição química capaz de petrificar os animais que ali entram na busca por água. Um fotógrafo recolheu alguns desses animais pela costa do lago e produziu uma série de fotos. Ver nas fotografias aquelas vítimas conservadas produziu uma sensação diferente. Tinha naqueles registros uma poética e um estranhamento.

Quando vi essa sessão fotográfica lembrei do estranhamento sentido quando fomos invadidas pelas imagens dos seres sem vida lá naquela instituição, petrificados. Trouxeram o horror que abriu a boca com um grito, ora mudo, ora estrangulado que inquietava e desacomodava. Nada ficou no lugar. Gritamos, talvez um grito surdo, mas um grito, o incomodo grito: “O HEAC é o Adauto!” Um grito que desfaz todas as sutilezas da naturalização das alardeadas transformações pela qual passou o Adauto Botelho tornando-se HEAC. Pensei sobre a metáfora que transforma as políticas públicas em deserto, e os trabalhos instituintes de resistências, que se arriscam a criar o novo rompendo a secura desse deserto. Como fonte de água. Irupção de água no deserto. Fazer brotar água no deserto. Oásis. Lembro acreditarmos por muito tempo ser esse o nosso papel no HEAC-Adauto fazer brotar água naquela sequidão manicomial. Gosto muito dessa imagem e quem dera se ali fosse um deserto. Mas, acho que não. Dizem morrer mais rápido quem, em meio ao naufrágio cede a tentação de beber água salgada.

E a depender do pH e do nível alcalino a água petrifica quem a ingere¹. Acompanhamos muitas ingestões dessa água e a produção dessas estátuas salinas que estão petrificadas na nossa memória.

Acredito que a vida dessas estátuas petrificadas consiste na inquietação diante os nossos olhos apontando os perigos escondidos na água salina. A vida de não se esvaír como pó transformando-se em terra misturando-se a outras matérias, mas manter-se ali, transformado em pedra, perene ao tempo. Mortes-monumentos que contam histórias de quem sucumbiu à morte em um ambiente responsável por produzir cuidado. Água salgada. Não dá vida, produz morte. Acho que essa metáfora conta melhor as histórias dos manicômios humanizados.

Essas mortes-monumentos nos levaram a questionar o desenvolvimento das políticas públicas e seu desenrolar como programas de governos e do Estado brasileiro. A problematizar o desenvolvimento da Reforma Psiquiátrica como política pública após anos de lutas sociais. A pensar os limites do desejo de uma pauta política frente ao governo de outros interesses. Ainda me questiono: Quais as possibilidades de “uma sociedade sem manicômios”

Ao confeccionar uma política de governo maquiando uma pretensa transformação na tão desejada consolidação de uma política pública, o governo estadual permitiu a criação de lençóis freáticos de água salgada. Ao aparentemente transformar o Hospital Psiquiátrico em Hospital Geral, divulgando diversas mudanças, porém, superficiais, que não transformaram o modo de trabalho, nem as relações, nem o espaço físico, que seguiram seu curso de forma manicomial, o governo criou a versão estadual de um recente personagem: a “humanização do manicômio”. Um novo modo de gestar a Reforma Psiquiátrica que tem surgido em muitos estados.

Lembramos dos relatos dos trabalhadores na desinstitucionalização dos Hospitais Psiquiátricos, na confecção de trabalho com os moradores para a saída dos manicômios, no momento em que a Reforma começou a funcionar no país. Isso era produzir água no deserto.

Nas vivências no HEAC-Adauto não existia possibilidade de saída. Lembro que era um ir ficando sem fim, seja pelas ordens judiciais, seja pelas avaliações psiquiátricas, seja pelo “revolving-door²” que mais mantinha o paciente dentro da instituição do que fora. Lembro das inúmeras vezes que ouvimos: “ei Júlia, estou de volta”. Uma dificuldade imensa em acessar os serviços substitutivos. Uma porção de terra no meio do Lago da Tanzânia. Árido. Toda a tentativa do novo sucumbia às velhas formas de trabalho, ao já conhecido, e quem trazia o novo, era deslegitimado, ignorado e silenciado.

Quantas vezes voltamos para casa com uma sensação de impotência? Quantas vezes questionamos a nossa formação? Será que éramos radicais demais?

Acredito que o manicômio humanizado produza essa sensação de fracasso e impotência diante da velha ordem revestida de mudança. A parede limpa e os corredores higienizados, mesmo com o forte cheiro de eucalipto não escondiam o clássico odor de instituição psiquiátrica. O

¹ Fazemos referência ao Lago Natron que possui um nível extremamente alta do pH alcalino oriundo do carbonato de sódio e outros minerais que chegam ao lago vindo das montanhas circunvizinhas, essa composição produz uma mumificação natural fazendo com que os animais que ingeriram a água fiquem petrificados. Maiores informações: <http://extra.globo.com/noticias/saude-e-ciencia/lago-de-composicao-quimica-rara-mata-petrifica-animais-na-tanzania-10242495.html>

² Esse termo tem sido utilizado para definir uma relação percebido nas internações psiquiátricas, na qual os sujeitos retornam constantemente ao hospital, daí a noção de porta-giratória em que funcionam essas instituições, esse movimento impede que haja uma transformação nas práticas de cuidado, visto que, não se consegue efetivar o cuidado no território.

manicômio humanizado produz água salgada. Não adiantava persistir ali, tentando, tentando, tentando. Sabe o dito popular “enxugar gelo”? Acredito que essa sensação passou no corpo de muitos ali, pois bastou outra produção de estátua petrificada, aquelas imagens surgindo à tona, para que rompêssemos o vínculo com aquela produção de morte. O grito nascido rouco, nascido surdo, esgoelou-se garganta afora, em forma de choro, em forma de pedido de socorro: “O HEAC ainda é o Adauto”. Manicômio Humanizado. Água Salgada.

Portanto, o meu conselho consiste em deixar o peso das lembranças e entrar em contato com as forças oriundas dessas mortes-monumentos. Extrair a força desse passado.

Com carinho,

Júlia

Prólogo

“Só é possível falar de Histórias com estórias” (Mia Couto).

Estive na região do Caparaó, especificamente Patrimônio da Penha, o lado capixaba desse lugar que abriga montanhas, cachoeiras e uma *good vibe*. Coincidentemente aconteciam dois eventos, um “Festival Holístico e Cósmico” e uma chuva de meteoros com ápice previsto para o segundo dia. Essa chuva acontece anualmente no mês de abril quando a Terra passa pelos destroços do cometa “C/1861 G1 Thatcher”. Contudo, nesse ano, a conjunção com o lugar, o clima, e o final da dissertação chamou a atenção para as Liríadas, que são assim chamadas porque os meteoros irradiam a partir de um ponto da constelação de Lira.³ As Liríadas ou “estrelas de abril” são restos de uma explosão acontecida há muitos anos, talvez milhares, e quando atravessam a atmosfera da Terra deixam seu rastro luminoso. Dessa forma, o que vi corresponde a algo que já aconteceu, mas, ainda produz beleza, ainda pulsa, o que levou-me a pensar no que se passou nesses dois anos de pesquisa, e em momentos anteriores. Tal qual Clarice Lispector em “A Hora da Estrela⁴”, afirmamos “(...) que o que eu vou escrever já deve estar, na certa, de algum modo escrito em mim”. Afinal, se considerarmos que a decisão de discutir autonomia não foi tomada numa bela manhã de verão, mas o conceito corria por entre os caminhos percorridos no movimento antimanicomial. A carta⁵ que antecede essa seção apresenta um trecho desse caminho entre as discussões da Reforma Psiquiátrica.

As afirmações divulgadas a respeito do fechamento do Hospital Psiquiátrico regional mostraram-se um engodo quando a atenção à crise foi remanejada exclusivamente para essa antiga estrutura. Essa lógica inquietante de humanização dos manicômios tornou-se decisiva na problematização acerca da rede de atenção psicossocial e a atenção à crise proposta para a entrada no mestrado. Nesse lugar, “nem hospital psiquiátrico, nem serviço substitutivo” muito se dizia sobre autonomia, muito se pronunciava a respeito de uma tal produção de autonomia. Mas, as práticas caminhavam na contramão do que imaginávamos *significar* o conceito. As sensações produzidas nessa experiência levaram ao estreitamento dos laços com a militância

³ <http://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,nasa-preve-chuva-de-meteoros-nesta-madrugada,1674224>

⁴ O livro “A hora da estrela” conta a história de Macabea considerada incompetente para a vida por não se questionar, de acordo com a autora indagar-se provoca questionamentos, e Macabea não se conhecia porque apenas ia “vivendo à toa” (LISPECTOR, 1998, p. 15)

⁵ Escolhemos a carta como um modo de apresentar questionamentos que se fazem constantes no nosso percurso pela Reforma Psiquiátrica, tendo em vista que essa estilística agrupa uma literalidade capaz de apresentar fatos passados com abertura para o presente. Segundo Ferreira (2014) “as cartas são também o processo de uma escolha, marcas frágeis de uma forma de posicionar-se na vida” (p. 17), nesse sentido, optamos por esse instrumento na afirmação de uma prática de pesquisa aberta a literatura e a ficção, pois “uma carta é um mundo, abertura possível para um mundo outro (...)” (FERREIRA, 2014, p. 16).

antimanicomial, onde mais uma vez o conceito de autonomia circulava. Sempre afirmado. Sempre evocado. Entretanto, mais uma vez as práticas pareciam caminhar na contramão. Afinal o que seria a ‘produção de autonomia’?

E então, alargamos a problematização inicial buscando o entendimento do que seria essa autonomia tão evocada nesses espaços. Assim, em meio as discussões da rede de atenção psicossocial e da atenção à crise enxertamos a autonomia, porém, uma viagem mudou a disposição desses questionamentos. O Encontro Nacional do Movimento da Luta Antimanicomial ocorrido em Niterói no início de 2014 produziu incômodos que fizeram a autonomia saltar desse plano secundário.

Sáímos do Espírito Santo com um ônibus repleto de estudantes, profissionais, militantes, alguns usuários e familiares. E no decorrer do encontro olhamos com mais atenção para as relações produzidas pelos usuários dos serviços de saúde mental em um espaço político. Ali, percebemos o quanto o conceito de autonomia tomado como algo natural é muito falado, reivindicado, afirmado, mas esvaziado de sentido. Qual a lógica de encorajar a participação dos usuários nesses espaços, se aos gritos eles podem ser silenciados a qualquer momento com a justificativa que estão falando na hora errada? Qual seria o momento certo? Quem convencionou que para falar “fora de hora” em uma plenária final se deve gritar “palavra de ordem” primeiro?

A autonomia parecia-nos um conceito enferrujado incapaz de operar na realidade circundante. Contudo, ao mesmo tempo que víamos relações duras, autoritárias e reprodutoras de manicomialidades acompanhamos potencialidades insistindo em florescer nos espaços coletivos do Movimento da Luta Antimanicomial. Algo *aconteceu* em Niterói que voltamos para casa interessadas na discussão sobre a participação política dos usuários. Nesse sentido, as discussões vinculadas a atenção à crise e da rede de atenção psicossocial foram deixadas, não pela falta de interesse no tema, mas porque a participação dos usuários nos espaços sociais e políticos mostrou um trampolim para vãos que afastassem a sensação de impotência sentida recorrentemente desde as vivências no HEAC-Adauto. Desse modo, propomos problematizar o conceito de autonomia a partir da participação dos usuários da saúde mental no Movimento da Luta Antimanicomial.

Nesse intuito no contexto da qualificação⁶ criamos uma história cujo personagem com seus pensamentos, inquietações e força política transmitisse ao leitor a necessidade de romper com histórias vitoriosas sobre a Reforma Psiquiátrica para lembrar as durezas de uma resistência antimanicomial. O processo da Reforma Psiquiátrica Brasileira contada entrelaçada à história do Senhor Jota⁷ permitiu dar passagem a força antimanicomial das primeiras experiências produzidas de transformação da lógica manicomial. Na proposta de inventar uma história de vida que guardasse relações com os fatos históricos do Movimento Antimanicomial as delimitações entre verdade e ficção não interessaram. Assim, os desdobramentos desse processo transformaram a ficção no mapa de possibilidades de uma pesquisa aberta à invenção de novos modos de vida, colocando em suspensão as certezas metodológicas iniciais para consolidar conceituações que acompanhassem os movimentos de resistências produzidos por meio da prática investigativa. Desse modo, produzimos um plano conceitual que abrigasse experimentações relacionadas a uma política da narratividade⁸ ampliada ao campo da ficção nas pesquisas em ciências humanas.

Na aula magna realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) o poeta Mia Couto⁹ contou por meio das suas experiências filosóficas, políticas e existenciais sobre a circularidade entre memória e história presente na epistemologia moçambicana com o pressuposto de que “só é possível falar de histórias com *estórias*,” pois, lá os fatos históricos precisam virar *estórias* para alcançarem a forma de memória. Seguindo essa pista, a escuta das histórias dos nossos parceiros de *militância* que, a princípio seriam replicadas com as Histórias¹⁰ da Reforma Psiquiátrica, foram abertas a um exercício de fabulação capaz de

⁶ O exame de qualificação consiste o espaço de apresentação e avaliação do projeto de pesquisa que será desenvolvido durante a pós-graduação *stricto sensu*. No Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional (PPGPI/UFES) ocorre, geralmente, após os 12 primeiros meses do mestrado.

⁷ O Senhor Jota, um francês ex-combatente da Segunda Guerra Mundial, atuou no processo italiano de Reforma Psiquiátrica, veio ao Brasil com Franco Basaglia, e permaneceu no país como parceiro das lutas brasileiras.

⁸ Passos e Barros (2015) apresentam a política de narratividade “como uma posição que tomamos quando, em relação ao mundo e a si mesmo, definimos uma forma de expressão do que se passa, do que acontece. Sendo assim, o conhecimento que exprimimos sobre nós mesmos e do mundo não é apenas um problema teórico, mas um problema político” (PASSOS: BARROS, 2015, p. 151).

⁹ A aula magna intitulada “Guardar memórias, contar estórias e semear o futuro” foi realizada na UFRGS no início do segundo semestre de 2014, e pode ser acessada por meio do link <https://www.youtube.com/watch?v=IZtc11Bn0M0>.

¹⁰ Reservamos o uso do H maiúsculo para as Histórias narradas de modo oficial, aquelas que alçaram a dimensão de saber instituído dos fatos históricos. Já a utilização de estórias nas linhas seguintes, fazem referência a discussão apresentada por Mia Couto, pois as estórias são narrativas de cunho popular, fictícias ou não. No decorrer desse trabalho utilizaremos história com h minúsculo para designar as histórias que criamos a partir da

transformar as visibilidades e enunciações dos processos de autonomia e as práticas políticas. A ficção atravessa toda a pesquisa, desde o manejo produzido na entrevista para dar passagem a dimensão fabuladora das experiências contadas por João das Dores e Dandara, até a criação de histórias a partir da linha escolhida para discutir a autonomia.

Cabe ressaltar, que o projeto de pesquisa após modificações oriundas da banca de qualificação foi submetido a avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa, que aprovou a proposta da pesquisa, com isso, no momento das entrevistas apresentamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os participantes conforme a regulamentação, o mesmo poderá ser conferido nos Anexos.

Dessa forma, as linhas narrativas da pesquisa exigem uma permanência nos conteúdos narrados, do contrário, a pesquisa surgirá como falha. Essa permanência deverá ser cadenciada com um ritmo atento ao que toma corpo nos textos, mantendo a disposição de seguir entre os seus trajetos. As histórias não possuem a característica de conteúdos encerrados sobre si mesmo, mas abrem um campo de problematizações apresentando acontecimentos que diferem de um eu, ou um sujeito transcendental, pois, remetem a criação de mundos possíveis (DELEUZE; GUATTARI, 2010b) e o que se pede aqui é que sejamos dignos ao máximo desses acontecimentos.¹¹

Os caminhos

Apresentamos uma trilha do percurso realizado pela pesquisa. Porém, sempre haverá liberdade para uma escolha diferente. Com isso, o caminho poderá ser trilhado conforme indicado ou novas rotas poderão ser inventadas.

O processo ético-metodológico dessa investigação, acompanhado pela fabulação na perspectiva de produzir interferência na realidade cotidiana das lutas sociais por meio de relações com a existência da loucura que prescindia do controle e da submissão, suscita em

discussão de ficção como possibilidade ética-metodológica, e também as histórias que surgem por baixo das Histórias.

¹¹ Segundo Deleuze (2013b) inspirado em Nietzsche o acontecimento compõe uma “densa nuvem não-histórica.” E prossegue contando que “num grande livro de filosofia *Clio*, Péguy explicava que há duas maneiras de considerar o acontecimento, uma consiste em passar ao longo do acontecimento, recolher dele sua efetuação na história, o condicionamento e o apodrecimento na história, mas outra consiste em remontar o acontecimento, em instalar-se nele como num devir, em nele rejuvenescer e envelhecer a um só tempo, em passar por todos os seus componentes ou singularidades” (DELEUZE, p. 215, 2013b). Nesse intuito convidamos as pessoas a se instalarem nas cenas contadas nas histórias experimentando o que surge para extrair dos acontecimentos o máximo de sentido sem com isso remete-los as Histórias, abrir-se aos sentidos provocados pelas histórias sem retomá-las a um estado de coisas estanques.

cada cantinho do trabalho uma relação ficcional a disposição de acompanhar o caminho de quem o lê.

No decorrer da pesquisa algumas histórias foram criadas a partir das histórias contadas nas entrevistas. Nesse entendimento de que tudo são histórias, decidimos chamar as primeiras de *ficções* para diferenciá-las das que ouvimos nas conversas. Alojadas ao final do percurso, ainda questionamos se essa foi a melhor escolha, visto que, talvez assim não correspondam esteticamente ao processo mobilizado na pesquisa com a intersecção entre fabulação e as experiências dos nossos parceiros. Entretanto, optamos por esse caminho para dar sustentação às ficções como experimentação de uma outra realidade, que será um duplo dessa realidade que nos circunda.

Iniciamos o caminho apresentando os conceitos foucaultianos de saber-poder-subjetivação, intercessores desse trabalho pela relação tecida com o campo da pesquisa. Nesse primeiro momento também apontamos uma certa composição inicial na qual, mesmo sabendo da ausência de univocidade do conceito de autonomia, fazíamos apenas um contraponto a tutela. Porém, nesse trajeto percebemos o quanto a naturalização de um conceito pode vir a reproduzir relações de poder totalizantes e dicotômicas. Por isso, ampliamos a discussão da autonomia como um dispositivo inserido no diagrama da loucura.

Na seção seguinte discutimos os sentidos evocados pelo conceito de autonomia na linha dura de um dispositivo que introduz a razão como verdade dos sujeitos e as relações dessa lógica com os discursos de autonomia que comparecem na Reforma Psiquiátrica. Abrindo o dispositivo a linha de subjetivação apresentamos a filosofia de Spinoza como ruptura às relações de saber-poder que incidem sobre a loucura e os campos que a circundam. Seguindo o percurso chegamos na Reforma Psiquiátrica, e em meio as suas diferenças teóricas apontamos a nossa aposta na construção de um movimento antimanicomial.

A seção “Reforma Psiquiátrica e autonomia...” traça nossa perspectiva acerca do que propomos investigar. Um meio passo entre uma análise do presente e a exposição dos motivos pelos quais, ainda que com tensões, permanecemos a discutir a autonomia. Pois essa, ainda que figure como uma palavra de ordem da biopolítica, aponta possibilidades de resistência quando efetuada nas relações cotidianas.

“Sobre o método” acolhe as discussões da escolha ético-metodológica da pesquisa, que buscou na cartografia uma intercessão para discutir as pesquisas nas ciências humanas como práticas de intervenção na realidade. Logo depois, apresentamos o plano de realidade aberto

pela ficção com um sobrevoo nos conceitos e autores que permitiram discuti-la fora da oposição realidade x irreabilidade, falso x verdadeiro.

Se “o correr da vida embrulha tudo”, imaginem as pesquisas tecidas com a aposta de manterem-se imanentes às transformações da vida? Contamos junto a Guimarães Rosa na seção *“No real da vida, as coisas acabam com menos formato, nem acabam. Melhor assim. Pelejar por exato, dá erro contra a gente”* nossa travessia entretida na ideia de saída e chegada, sem atentar-se para o “meio da travessia” e o quanto esse movimento atravancou linhas. Foi necessário muita coragem para desfazer esse percurso no qual muitas vezes acreditando estar numa linha de fuga estamos reproduzindo uma segmentaridade dura.

Assim, entre os diversos caminhos mobilizados pela pesquisa escolhemos explorar uma análise firmada numa ética antimanicomial como resistência às incessantes capturas de um controle sobre a vida que incide na atualidade. E, para que as ficções emergissem como uma outra versão, rachamos essas discussões em pedaços resultante nos fragmentos, que guardam entre eles uma trajetória de idéias.

Essas são as nossas Liríadas,

1-Introdução

MAIS FOUCAULT, MENOS VALENCIUS

No século XX diferentes áreas do conhecimento promoveram uma ruptura com a forma representacional dominante na filosofia, arte e política. O filósofo Michel Foucault personagem marcante nesse novo enredo conceitual abalou as estruturas de conhecimento na sociedade ocidental a partir da década de 1960. Nesse trabalho a produção teórica do autor no campo da loucura, política e literatura potencializaram as questões acerca da saúde mental, reforma psiquiátrica e mobilizações coletivas. Pois, ao contrário da crítica jocosa lançada pelo novo ministro da Saúde dizendo “que Foucault influenciou *muito* alguns colegas da sua geração de psiquiatria”¹², achamos pouco qualquer influência desse autor.

As análises foucaultianas dos problemas constitutivos dos sujeitos e sociedade distintas das discussões fundantes nas origens apontam para os desvios e bifurcações. A genealogia como método foucaultiano não apresenta uma reordenação da história a partir de linearidades que marcam os acontecimentos como se caminhassem em um único sentido. Todavia, interessa ao projeto genealógico

“(…) marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreita-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história- (...); aprender seu retorno não para traçar a curva lenta de uma evolução, mas para reencontrar as diferentes cenas onde eles desempenharam papéis distintos; e até definir o ponto de sua lacuna, o momento em que eles não aconteceram (FOUCAULT, 1982, p. 15).

Seguindo nessas trilhas desconfiamos das categorizações em torno da loucura apresentadas desde o século XVII. Paul Veyne (2014) afirma que o método foucaultiano “consistiria em compreender que as coisas não passam das objetivações de práticas determinadas, cujas determinações devem ser expostas a luz, já que a consciência não as concebe” (VEYNE, 2014, p.254). Dessa forma, não existe uma noção geral da loucura atravessando os séculos modificada ou evoluindo com o passar do tempo, assim, “negar a objetividade da loucura é uma questão de recuo histórico e não de ‘abertura para o outro’” (VEYNE, 2014, p. 266).

¹² No jogo das cadeiras ministeriais para contornar a crise política o governo Dilma cedeu o Ministério da Saúde para o PMDB, que nomeou Marcelo Castro, uma das suas primeiras ações foi substituir o então coordenador da saúde mental Roberto Tykanori, militante da Reforma Psiquiátrica pelo psiquiatra Valencius Wurch reconhecidamente favorável ao modelo hospitalocêntrico. (PS.: enquanto finalizávamos a dissertação Marcelo Castro deixou o Ministério da Saúde para votar o pedido de impedimento da presidenta que tramitava no senado.)

Portanto, olhar as práticas constitutivas do objeto loucura como sinônimo de doença mental requer a análise dos jogos de forças que dão a ver e falar figuras complexas. Segundo Deleuze (2013a), Foucault discutiu a produção de sujeitos analisando três tipos de linha: a do saber, do poder e a da subjetivação.

E esse conjunto monta distintos diagramas de forças¹³ que fazem ver e falar as relações presentes no campo social a cada tempo histórico (DELEUZE, 2013a). O poder não será referido a alguém que o detenha como uma substância interna aos sujeitos, nem uma essência que emana de instituições, tal qual o Estado. A analítica do poder parte do entendimento do “conjunto das relações de forças, que passa tanto pelas forças dominadas quanto pelas dominantes, ambas constituindo singularidades (DELEUZE, 2013a, p. 37).” O saber constitui o substrato das formações históricas, produzem os enunciados que fazem ver e falar os sujeitos forjados nessas relações. O saber implica as relações de poder. De acordo com Machado (1982) toda relação de poder produz um campo de saber, pois “todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação do saber” (p. XXI), de forma que, é o saber que dá estabilidade aos diagramas de forças. E a subjetivação relaciona-se ao modo como os sujeitos são constituídos, nessa concepção a subjetividade não é algo individual ou interior aos sujeitos (DELEUZE, 2013b).

Guattari e Rolnik (2000) afirmam que “a subjetividade não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo” (GUATTARI, ROLNIK, 2000, p. 31), mas, compõe os processos inseridos nas relações históricas e nas formações sociais. As investigações foucaultianas¹⁴ acerca das maneiras como os sujeitos passam a existir nas diferentes sociedades, a partir da noção de “modos de subjetivação” como os “diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (FOUCAULT, 1995, p. 273) rompeu com a tradicional discursividade voltada a dicotomia sujeito x sociedade. A concepção transversalista dos modos de subjetivação que concebe a subjetividade de duas formas: a que se vive “tal como a recebe” pelos processos efetuadas nas relações de poder-saber; ou a sua

¹³ Segundo Deleuze (2013a) “um diagrama é um mapa, ou melhor, uma superposição de mapas” (p. 53), na qual se atualizam relações de força que expõe as relações de poder constitutiva do diagrama que sofre mutações sucessivas, dada a instabilidade das relações de forças. Assim, o diagrama da sociedade disciplinar reúne o encontro entre as visibilidades da prisão com os enunciados do direito penal (DELEUZE, 2013a).

¹⁴ Segundo Foucault (1995) o objetivo do seu trabalho “não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise (...), ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (FOUCAULT, 1995, p. 273).

reapropriação na produção de singularizações¹⁵ (GUATTARI, ROLNIK, 2000) apontam para a criação de figuras complexas a cada momento.

Nesse processo percebemos como a loucura ganhou o lugar oposto à razão com a produção de um locus de investigação sobre as doenças mentais relegadas a determinado espaço para serem analisadas. Afinal, eram sujeitos incapazes de partilhar a vida em sociedade, assim, “ao mesmo tempo que perigoso, o louco é também lastimável. É um miserável ‘desafortunado’ que perdeu o atributo mais precioso do homem, a razão” (CASTEL, 1978, p.44).

A psiquiatria advogou-se como o conhecimento capaz de identificar esses estados patológicos, que não eram a doença em si, mas “uma espécie de fundo causal permanente, a partir do qual podem se desenvolver certo número de processos, certo número de episódios que, este sim, serão precisamente a doença” (FOUCAULT, 2010a, p. 273). Dessa forma, não era a cura de uma doença que se pretendia, mas, o acompanhamento dessa evolução para proteção da sociedade desses tipos patológicos”. A partir dessa determinação surgiram diversas teorias apontando uma hereditariedade patológica resultante na fabricação de uma linha divisória entre normais e anormais (FOUCAULT, 2010a).

A norma não é simplesmente um princípio, não é nem mesmo um princípio de inteligibilidade; é um elemento a partir do qual certo exercício do poder se acha fundado e legitimado (...) a norma traz consigo ao mesmo tempo um princípio de qualificação e um princípio de correção. A norma não tem por função excluir, rejeitar. Ao contrário, ela está sempre ligada a uma técnica positiva de intervenção e de transformação, a uma espécie de poder normativo (FOUCAULT, 2010a, p. 43).

Funcionaram dentro dessa condição de anormalidade algumas codificações específicas discutidas por Foucault (2010a), como a noção de monomania na segunda metade do século XIX, e a noção de esquizofrenia no século XX, que apesar dos conteúdos diferentes aproximam-se do sentido dado a noção de tipos patológicos, e ao discurso de perigo social inerente a esses estados.

Fora dessas codificações gerais, parece-me que a psiquiatria necessita, e não parou de mostrar o caráter perigoso, especificamente perigoso, do louco como louco. Em outras palavras, a psiquiatria, a partir do momento em que começou a funcionar como saber e poder no interior do domínio geral da higiene pública da proteção do corpo social, sempre procurou encontrar o segredo dos crimes que podem habitar

¹⁵ Guattari (2012) discute a produção de subjetividade buscando ultrapassar a oposição sujeito individual x sociedade, e a partir disso pensar uma concepção transversalista da subjetividade, na qual há a produção de territórios existenciais, como a apropriação singular desse maquinário complexo de subjetividades, e a abertura as “implicações sociais e culturais” (GUATTARI, 2012, p. 14). Nesse sentido, fala-se da subjetividade por meio de uma produção maquínica, que não pode ser reduzida a “instâncias psicológicas” ou fatores sociais, mas, a articulação desses componentes.

toda a loucura, ou então o núcleo de loucura que deve habitar todos os indivíduos que podem ser perigosos para a sociedade (FOUCAULT, 2010a, p. 102).

O saber normativo exercido pela psiquiatria está inserido nas estratégias de um poder que tornou o corpo biológico em investimento político. Assim, uma sociedade que age por meio das técnicas de normatização constitui o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida, diferente do poder soberano¹⁶ no qual o direito a morte comandava as relações entre governantes e os súditos (FOUCAULT, 1988).

A partir de um racismo forjado no encontro entre as teorias biológicas do século XIX, como o evolucionismo, e as relações de forças que tomaram os aspectos biológicos da vida como campo de ação surgiram práticas higienistas e eugenistas cujo objetivo de melhoramento da raça e das populações operou nesse mecanismo de exaltação da vida um poder de matar como correlato desse poder sobre a vida (FOUCAULT, 1999a).

Foucault (2010a) discutiu a problemática da psiquiatria conectada com esse racismo de Estado, quando a loucura apresentada como tecnologia anormal fez recuar os planos de cura perseguido pelos primeiros alienistas dando lugar a configuração do saber psiquiátrico como proteção social dos perigos inerente às pessoas que vivem nesse estado anormal.

O racismo que nasce na psiquiatria dessa época é o racismo contra o anormal, é o racismo contra os indivíduos, que, sendo portadores seja de um estado, seja de um estigma, seja um defeito qualquer, podem transmitir a seus herdeiros, da maneira mais aleatória, as consequências imprevisíveis do mal que trazem em si, ou antes, do não normal que trazem em si. É, portanto, um racismo que terá por função não tanto a prevenção ou a defesa de um grupo contra o outro, quanto a detecção, no interior mesmo de um grupo, de todos os que poderão ser efetivamente portadores do perigo. Racismo interno, racismo que possibilita filtrar todos os indivíduos no interior de uma sociedade dada (FOUCAULT, 2010a, p. 277).

A discursividade científica sobre o fenômeno da anormalidade estava garantida pelo saber psiquiátrico, que operou um corte com as outras formas de existência. Nesse sentido, o hospital psiquiátrico constituindo o lugar de enunciação da doença assegurou a dupla função de revelar sua verdade e também produzir essa doença (FOUCAULT, 1982).

Assim se estabelece a função muito curiosa do hospital psiquiátrico do século XIX: lugar de diagnóstico e de classificação, retângulo botânico onde as espécies de

¹⁶ Segundo Foucault (1999a) o poder soberano se organizava a partir de um “fazer morrer, deixar viver”, no qual a tecnologia política nas mãos dos reis detinha o direito sobre a vida dos súditos, fazendo dela o que bem lhe aprouvesse, nesse sentido a soberania produzia um “direito a morte” como forma de dominação em que deixava viver aqueles que lhe obedecessem e fazia morrer aqueles que o incomodassem.

doenças são divididas em compartimentos cuja disposição lembra uma vasta horta. Mas, também espaço fechado para um confronto, lugar de uma disputa, campo institucional onde se trata de vitória e de submissão (FOUCAULT, 1982, p. 122).

Nesse diagrama de forças há o estabelecimento de práticas de tutela com essa figura do louco, tanto pela psiquiatria enquanto guardião da verdade sobre a loucura, quanto pelo Estado *responsável* por esses sujeitos. De acordo com Amarante (1995) a tutela tornou-se um dos pilares constitutivo das práticas manicomiais, já Delgado (2011) afirma que “a tradição de tutela sobre pessoas doentes, agravada pela sedação e pelo isolamento, está culturalmente arraigada e é especialmente grave nas áreas da Saúde Mental, toxicomanias e alcoolismo” (DELGADO, 2011, p. 4705). Definimos a tutela como a composição de um modo de subjetivação resultante em subjetividades submetidas ao discurso psiquiátrico impositivo de um modelo universal de subjetividade para a existência da loucura, mantendo-as reféns de relações totalizantes e hierárquicas (LEAL, 2011).

Foucault (1982) mostrou certa regulamentação da vida inspirada no poder pastoral responsável pelas técnicas de individualização e totalização na qual cada indivíduo em particular e a comunidade em geral tem descortinada sua intimidade e pensamento, produzindo sujeição a um conjunto específico ao mesmo tempo que investe-se de forma individual com o objetivo de isolar os sujeitos em questões percebidas como individuais a partir das categorizações específicas e dicotômicas: louco x normal, doente x saudável (FOUCAULT, 1982).

E isso é verdade. Mas, eu gostaria de enfatizar o fato de que o poder do Estado (e está é uma das razões de sua força) é uma forma de poder tanto individualizante quanto totalizadora. Acho que nunca, na história das sociedades humanas-mesmo na antiga sociedade chinesa-, houve, no interior das mesmas estruturas política, uma combinação tão astuciosa de duas técnicas, de individualização e dos procedimentos de totalização (FOUCAULT, 1982, p. 279).

Pelbárt (2009) afirma que o diagrama de forças é instável, visto que “só a formação estratificada lhe dá alguma estabilidade que ele não teria por si mesmo. E por quê? Pois poder é relação de forças, e qualquer relação de força é móvel, evanescente, efêmera” (PELBÁRT, 2009, p. 118). Portanto, há a abertura do diagrama aos processos de subjetivação como resistência as linhas de saber-poder. Assim, discutindo a tutela como constitutiva das relações manicomiais pensamos a autonomia como produção de subjetividade oriunda da Reforma Psiquiátrica, sendo essa compreendida como instabilidade introduzida no diagrama da loucura

na qual o saber exercido pela psiquiatria de dominação atualiza o poder normativo-disciplinar.

A partir desse aspecto discutimos a autonomia como *expressão* dos modos de subjetivação produzidos a partir da Reforma Psiquiátrica. Segundo Lins (2007) a filosofia de Spinoza não desenvolveu uma teoria da expressão, mas constitui uma filosofia prática da expressão. Em Deleuze (1968) também se discute como a expressão faz funcionar a filosofia de Spinoza, lá encontramos pistas para problematizar a produção de autonomia e os modos de subjetivação engendrados por meio da Reforma Psiquiátrica, pois, “a análise da vida e da subjetividade assumem enorme importância nas análises do poder” (CASTELO BRANCO, 2015, p. 92).

Segundo Deleuze (1968) a expressão possui dois aspectos: explicar e envolver; A explicação desenvolve aquilo que se exprime, e o envolvimento corresponde a implicação das idéias exprimidas: “a expressão envolve, implica aquilo que ela exprime, ao mesmo tempo em que o explica e desenvolve” (DELEUZE, 1968, p. 10). A expressão é da ordem da produção capaz de revelar as relações presentes (DELEUZE, 2009). A partir daí pensamos a autonomia como ação constituinte, ao mesmo tempo, produtora dos novos modos de subjetivação forjados na/pela Reforma Psiquiátrica.

Deleuze (2013b) afirmou que “as formações históricas só interessam porque assinalam de onde nós saímos, o que nos cerca, aquilo com o que estamos em vias de romper para encontrar novas relações que nos expressem” (DELEUZE, 2013b, p. 136). Nesse sentido, com a instabilidade produzida no diagrama da loucura pelas práticas discursivas e não-discursivas da Reforma Psiquiátrica olharíamos as composições reveladas pela autonomia na compreensão dos processos de subjetivação produzidos fora das práticas de sujeição do saber psiquiátrico.

Assim, com o entendimento de que “revelar é dar a compreender as relações” (DELEUZE, 2009, p. 139) pensamos a autonomia como revelação dos modos de existência introduzidos pela Reforma Psiquiátrica. Os espaços sociais constituem componentes na produção de subjetividade, desse modo, buscaríamos a constituição de maneiras de ser como expressão do fazer político no Movimento da Luta Antimanicomial. Então, a produção de autonomia daria

a ver as relações presentes no Movimento da Luta Antimanicomial composto por atores sociais e políticos que vivenciaram relações de tutela desde o momento que sucumbiram a trama psiquiátrica, pois pretendíamos acompanhar a constituição de novos modos de vida do ponto de vista das lutas sociais.

O movimento social como espaço de resistência levou-nos a pensar na produção de um Movimento da Luta Antimanicomial semelhante ao passarinho que toda manhã corta as folhas da árvore, virando-as em seguida, com essa ação, ao contrastar o lado pálido da folha com a terra o passarinho produz uma matéria de expressão¹⁷(DELEUZE; GUATTARI, 2012). A autonomia poderia constituir matéria de expressão do Movimento da Luta Antimanicomial?

O objetivo do trabalho consistia na análise da produção de autonomia dos usuários da saúde mental inseridos no Movimento da Luta Antimanicomial a partir de dois mapas: 1- A autonomia como expressão dos modos de subjetivação ensejados pela Reforma Psiquiátrica, 2- O Movimento da Luta Antimanicomial como espaço de resistência, e também, produção de subjetivação. Qual relação entre a participação no Movimento da Luta Antimanicomial e a produção de autonomia desses sujeitos? Quais são as práticas produzidas atualmente no Movimento da Luta Antimanicomial? O Movimento da Luta Antimanicomial consegue produzir autonomia de sujeitos apreendidos na trama psiquiátrica como subjetividades tuteladas?

Assim, conectamos a produção de autonomia, os modos de subjetivação e o Movimento da Luta Antimanicomial com a ideia de escutar as histórias dos usuários da saúde mental relacionadas a História da Reforma Psiquiátrica brasileira. O desafio seria narrar as mobilizações coletivas com a força do seu passado instituinte capaz de ascender nesse presente conturbado uma atenção aos perigos que rondam as transformações almejadas. Segundo Löwy (2005) “o perigo de uma derrota atual aguça a sensibilidade pelas anteriores, suscita o interesse dos vencidos pelo combate, estimula um olhar crítico voltado para a

¹⁷ Deleuze e Guattari (2012b) dão o exemplo do pássaro *Scenopietes dentitoris* ao explicarem o processo de produção de um território a partir da expressividade, segundo os autores, “é a emergência de matérias de expressão (qualidades) que vai definir o território” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 127). No fragmento “Ética militante” discutiremos melhor sobre essa relação entre expressão e território.

história” (LÖWY, 2005, p. 65). Entendemos que os perigos atuais¹⁸ ao avançarem sobre a Reforma Psiquiátrica devem suscitar um olhar crítico para a história do movimento antimanicomial. Nessa perspectiva, ressaltaríamos a produção de novos modos de subjetivação, e também, o desenvolvimento de mobilizações coletivas: a autonomia *explicaria* os processos de resistência confeccionados pela/na Reforma Psiquiátrica, ao mesmo tempo, os *implicaria* continuamente?

Entretanto, no desenvolvimento da pesquisa os conceitos de autonomia reificante de certo modo de existência baseado na subjetividade racional, moderna e encarceradora das diferenças produziu o entendimento da autonomia como um dispositivo inserido no diagrama da loucura. Assim, a contraposição inicial da tutela como mecanismo e efeito do saber-poder psiquiátrico- normativo e a autonomia como expressão dos modos de subjetivação ensinados pela Reforma Psiquiátrica deu lugar a compreensão das distintas visibilidades produzidas por esse dispositivo.

Recusamos a dicotomia tutela x autonomia, pois, ainda que a primeira constitua manicomialidades,¹⁹ dependendo da linha traçada no dispositivo da autonomia também se prosseguirá nessas relações. Como alertou Guattari (2012) “os grandes movimentos de subjetivação não tendem necessariamente para um sentido emancipador” (GUATTARI, 2012, p.12), de modo que, essas linhas devem ser acompanhadas numa cartografia capaz de dar visibilidade as articulações produzidas buscando ultrapassar práticas divisórias e totalizantes.

O dispositivo definido por Deleuze (1990) como

(...) uma espécie de novelo ou meada, um conjunto multilinear. É composto por linhas de natureza diferente e essas linhas do dispositivo não abarcam nem delimitam sistemas homogêneos por sua própria conta (o objeto, o sujeito, a linguagem), mas seguem direções diferentes, formam processos sempre em desequilíbrio, e essas linhas tanto se aproximam como se afastam uma das outras (DELEUZE, 1990, p. 155).

¹⁸ A dispersão das discussões em uma mera reforma estrutural dos serviços de saúde mental, as privatizações e burocratizações oriundas do avanço do neoliberalismo, a fragmentação das lutas sociais cooptadas pelo aparelho de Estado, e o discurso dormente de humanização dos manicômios em curso nos últimos anos.

¹⁹ As relações produzidas no interior dos manicômios como exclusão, dominação, hierarquizações, e tutela, não se restringem só a estrutura física, quando apontamos manicomialidades discutimos uma prática social atualizada nas relações cotidianas ao se inferir um valor ou lugar aos sujeitos loucos sustentados pelos discursos de doença mental desqualificantes da existência desses sujeitos em toda sua potencialidade.

Os dispositivos ainda na definição deleuzeana “são máquinas de fazer falar e fazer ver” (DELEUZE, 2013a), pois funcionam a partir de um regime de luz e de um regime de linguagem²⁰. Deleuze (2013a) sobre o dispositivo panóptico dos séculos XIX e XX que funcionou nas prisões, escolas, hospitais, afirmou que “não é simplesmente um local de troca entre mecanismo de poder e uma função, é uma maneira de fazer funcionar relações de poder numa função, e uma função através dessas relações de poder” (DELEUZE, 2013a, p.46). Bem como a autonomia que expõe distintas figuras, como sujeitos racionais e individualizados vinculados aos modos de subjetivação da racionalidade moderna, mas também apresenta linhas de fissura na criação de outros modos de existência. O dispositivo da autonomia dependendo da visibilidade faz funcionar uma relação despótica e hierárquica com a loucura mantendo-a sob uma relação de dominação mesmo nos espaços produzidos a partir da Reforma Psiquiátrica.

Desse modo, buscamos desembaraçar essas linhas visualizando as figuras inseparáveis dos seus dispositivos, apostando nas linhas de fuga que o atravessam na constituição de resistências “na medida em que o dispositivo o deixe ou o faça possível” (DELEUZE, 2013a, p. 157).

Os dispositivos têm, então, como componentes linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de força, linhas de subjetivação, linhas de ruptura, de fissura, de fratura que se entrecruzam e se misturam, enquanto umas suscitam, através de variações ou mesmo mutações de disposição (DELEUZE, 1990, p.158).

As consequências de uma filosofia do dispositivo será “o repúdio aos universais (...) e cada dispositivo é uma multiplicidade na qual esses processos operam em devir (...)” (DELEUZE, 1990, p.158), desse modo, não existe um conceito universal de autonomia aplicado na realidade a sujeitos únicos, mas, práticas imanentes a cada dispositivo. E os processos que atuam em um dispositivo são distintos de outros, pois são constituídos por linhas de variação com uma multiplicidade de processos que se cruzam. Assim, quando tomamos a autonomia como dispositivo recusamos universalismos e totalizações na busca por análises constantes das relações produzidas em nós e por nós, das linhas que atravessam as nossas intervenções e pesquisas. Portanto, não basta afirmar um conceito. Há a necessidade de analisar o que se

²⁰ Há nos dispositivos um modo de ver o sujeito fabricado nessa rede complexa, e um modo de falar essa subjetividade, porém, esses regimes de visibilidade e enunciação não podem ser reduzidos a meramente o que se fala ou que se vê, pois eles funcionam articulados com um procedimento concreto dos investimentos de poder sobre os corpos (DELEUZE, 2013a).

produz, em qual linha se está, e quais linhas estão passando nesse maquinário complexo de produção de sujeitos, saberes e práticas.

2- A autonomia: as linhas duras do dispositivo

Lembrança de uma autonomia (?!) I

Algum dia de 2013, estava no ponto de ônibus em algum lugar da minha cidade, deveria ir a capital ou algo do tipo. O ponto estava meio vazio, algumas senhoras sentadas e uma ou outra pessoa em pé, mas, como o ponto fica em uma calçada de movimento, o fluxo de pessoas era grande. Lembro de estar viajando nos pensamentos, faltavam poucos dias para a formatura, quando avistei dois personagens bem conhecido do cenário manicomial do Estado, ex-internos do Hospital Psiquiátrico da região, dividem a mesma casa criada após algumas experiências de reabilitação dentro do Hospital, frequentam o CAPS, e sempre são lembrados quando as discussões permeiam o tema autonomia. “Sabe fulano e fulano, foram uns dos primeiros a saírem para uma residência terapêutica, hoje fulano consegue ir SOZINHO até não sei onde, e fulano que faz isso e isso”. Logo que os avistei me perguntei porque estariam ali, e logo lembrei da oficina em conjunto com uma igreja católica que ficava na rua atrás da pracinha que eles estavam. Reparei que fumavam, aquele fumo de cheiro forte enrolado em qualquer coisa, um dos resquícios do tempo de internação. Lembro que algo me incomodou naquele cenário, logo percebi que era a pressa dos gestos realizados. Via-se nitidamente que tragavam o cigarro com presa, passavam um para o outro com pressa, gestos rápidos, mãos ligeiras. Aquilo me incomodou. Lembro que pensei “ei gente, devagar...relaxem...o tempo é todo de vocês”. Achei que a pressa se dava por um automatismo criado no manicômio de fumar rápido porque ou se fumava escondido ou para não dividir com os outros, e de como “livres” eles poderiam aproveitar melhor uma tarde agradável, sem correria. Fui arrancada desses devaneios com os gritos de uma das senhoras que levantou do banco e com gestos fortes com a mão gritava “FULANO E FULANO JÁ PRA DENTRO, VOLTA AGORA, QUEM DEIXOU VOCÊS SAIREM, VOOOOLTA”. Gestos rápidos. Jogaram fora o cigarro. Meia volta no pé, e sumiram pela rua estreita que contornava a praça e dava na igreja. Assustada, fiquei olhando as duas senhoras. Mil e umas palavras inapropriadas passaram pela cabeça. Engoli seco, perplexa. Entrei no ônibus, que logo chegou. Desde então, tenho arrepios quando ouço “sabe fulano? Já é autônomo!”

Os sentidos etimológicos da palavra autonomia oriundo do grego referem-se às aptidões ou competências dos indivíduos gerirem suas vidas, composta pelo adjetivo *autos* que se refere a “ele mesmo”, “por si mesmo” e pela palavra *nomos* que significa “lei”, “convenção.” Refere-se a característica do ser humano de se autogovernar, orientando-se de forma independente na regulação da sua própria vida e atitudes. Os usos da palavra autonomia surgem de diferentes formas, dependendo do contexto evocado podem tornar-se sinônimo de autossuficiência constituindo um jargão para que as pessoas assumam o controle de suas vidas sem depender de ninguém. A palavra ganhou lugar de conceito na modernidade com o filósofo Kant ao formular sua concepção de autonomia a partir do esboço do sujeito moral com poder sobre si como princípio da liberdade mediada pela razão²¹ (ZATTI, 2007).

Castel (1978) discutiu a atualização dessa autonomia referente a sujeitos livres e independentes guiados pela lei moral quando no final do Absolutismo Monárquico e início dos Estados Modernos democráticos houve o reconhecimento do *direito* a assistência para os *doentes mentais*. Na soberania a maior parte dos enclausuramentos dava-se mediante a autorização do rei, solicitada por qualquer pessoa desde os familiares até o serviço de polícia. Contudo, na passagem da sociedade monárquica para a sociedade moderna instalou-se uma nova ordem jurídica na qual a loucura mostrou-se como um problema para o estatuto de uma sociedade baseada na contratualidade entre Estado e cidadãos (CASTEL, 1978).

A base dessa ficção jurídico-administrativa oriunda da filosofia moderna afirmava a autonomia como capacidade desses sujeitos livres e morais, transformados em cidadãos com condições de responderem a direitos e deveres. No entanto, alguns sujeitos não entravam nessa relação de contratualidade, e então o aparelho jurídico e administrativo viu-se convocado a fornecer outro estatuto, concedeu ao Estado o mandado público de manter o monopólio sobre esses sujeitos para conduzir uma assistência médica. Assim, a inserção desses sujeitos nos novos tempos democráticos deu-se mediante a criação de relações de tutela (CASTEL, 1978).

²¹ Segundo Benevides (2012) “nenhuma outra perspectiva filosófica parece ter concebido maior valia, maior ênfase e nem tamanha grandeza à autonomia quanto a filosofia moral de Kant” (p.94), nesse sentido, “só existe propriamente algo como uma autonomia quando a máxima de uma ação, o seu móvel, ou o princípio subjetivo da vontade não entram em contradição consigo mesmos quando transformados em lei universal (p. 95), pois o sujeito kantiano consegue “agir moralmente apesar das inclinações, dos desejos, das paixões, dos interesses” (p. 96).

Quer se trate de justiça ou de medicina é a mesma ordem que está em jogo. Uma impõe sua manutenção inscrevendo-a na objetividade das leis e combatendo suas transgressões através de sanções. A outra detecta em cada pessoa uma distância com relação as suas normas e tenta anula-la com remédios (CASTEL, 1978, p 53).

Afirmamos com Ramos (2012) que “a ausência de univocidade acerca do conceito de autonomia não é característica de uma carência conceitual que seria suprida após algum esforço de elaboração teórica que se possa imprimir a uma legislação” (RAMOS, 2012, p. 19), mas, o sentido dado a autonomia ocorrerá a partir de diferentes alianças ao contrário de uma concepção essencialista do conceito (RAMOS, 2012). Nas Reformas Psiquiátricas os debates relacionados a autonomia comparecem de diferentes formas, entretanto, algumas vinculam-se ao conceito moderno reproduzindo no cotidiano uma noção de independência oriunda dessa subjetividade forjada a partir dos Estados Modernos. Assim, por mais diversas que sejam suas linhas de enunciação produzem como visibilidade uma subjetividade que tem a razão como verdade dos sujeitos. Castel (1978) mostra que no contexto liberal burguês o sujeito autônomo será aquele com capacidade de entrar num sistema de intercâmbios racionais do qual os sujeitos loucos foram afastados pela “insipida ideia de autonomia moral e racional como liberdade e conhecimento possíveis do homem” (FUGANTI, 2010).

As análises feitas por Leal (2001) e a atual utilização do *empowerment* mostram práticas imersas na produção de indivíduos com a primazia da razão. Leal (2001) analisou os trabalhos produzidos sobre a Reforma Psiquiátrica entre os anos 1986 a 1998 distinguindo quatro categorias para autonomia tomada como conceito nessas produzidas. A primeira diz respeito a autonomia como referência a ideia de livre-arbítrio, independência e autossuficiência, tratando os sujeitos como “sujeito de vontade”. Desse ponto dois sentidos são perseguidos: o primeiro afirmando o sujeito como autônomo quando parte de si- oculta e profunda- fosse revelada no processo de tratamento; no segundo sentido o interior do sujeito está dividido, sendo que, a parte oculta constrange o sujeito a ser sempre o mesmo, livrar-se desse constrangimento será tornar-se autônomo.

A segunda aponta uma ideia de autonomia como característica limitada, tendo em vista a divisão interna do sujeito. Nesse caso, “a divisão interna do sujeito – entre o eu e o outro de si- apresenta-se como algo intransponível. Não haveria qualquer possibilidade dessas duas

instâncias se harmonizaram” (LEAL, 2001, p. 68), o sujeito de vontade identificado ao eu viveria cerceado, e o social será mais uma instância internalizada.

A terceira mostra a autonomia relacionada ao sujeito livre e independente, mas com potencialidade limitada por dever obrigações ao meio social. Nessas definições “a autonomia dizia respeito ao indivíduo livre, independente, auto-suficiente, mas considerava-o devedor de obrigações ao meio onde estava inserido, o social comparecia de forma particular (...) como elemento capaz de constringer a vontade do indivíduo” (LEAL, 2001, p.68). A quarta forma define a autonomia baseada na capacidade do sujeito gerar normas para sua vida por meio da ampliação das relações estabelecidas com o social. “Neste caso o indivíduo é considerado autônomo quando não está refém de determinações únicas, absolutas e totalizantes” (LEAL, 2001, p. 69).

Essas conceituações foram ferramentas para analisar as perspectivas atuantes na Reforma Psiquiátrica, visto que, sustentam realidades quando apontam certa forma de relação com a sociedade. Em algumas, percebemos que ou o social não existe, sendo extremamente valorizado o interior dos sujeitos, ou o social torna-se mais uma categoria internalizada pelo sujeito, ou o sujeito e o contexto social são vistos como imutáveis sem perspectiva de transformação (LEAL, 2001). São produções de uma política de existência a partir do binômio construído na modernidade de racionalidade-individualidade na qual a subjetividade é algo interior ao sujeito. Assim, a vida tornou-se algo íntimo e distante das práticas históricas e sociais, confeccionando uma subjetividade

individualizada e prisioneira de essencialismos, ditados por deuses ou estruturas psíquicas afastadas do cotidiano, a privacidade toma a forma de territórios impermeáveis e sedentários, que inviabilizam estratégias de escape ou de fuga de formas sufocantes e fechadas de vida (BAPTISTA, 1999, p. 34).

A quarta forma ao apresentar uma noção de subjetividade distinta das outras definições pode vir a produzir alianças potentes para pensar uma autonomia a partir da constante produção entre sujeitos e sociedade. Nessa definição alojamos a análise de Tykanori (1996) acerca da autonomia como a produção de vínculos, assim, quanto mais vinculações os “usuários” produzirem mais autônomos serão, pois, a dependência restritiva, ou seja, depender de poucas coisas é o que diminui a autonomia dessas pessoas, portanto quanto mais vínculos, laços sociais, espaços, instituições, maiores serão as possibilidades de autonomia.

Dependentes somos todos, a questão do usuário é antes uma questão quantitativa: dependem excessivamente de apenas poucas relações/coisas. Esta situação de dependência restrita/restritiva é que diminui sua autonomia. Somos mais autônomos quanto mais dependentes de tantas mais coisas pudermos ser, pois isto amplia nossas possibilidades de estabelecer novas normas, novos ordenamentos para a vida (TYKANORI, 1996, p. 57).

Atualmente discussões tanto no campo da saúde mental quanto em alguns movimentos sociais recorrem ao conceito de *empowerment* na definição de autonomia. O *empowerment* como livre tradução para o português brasileiro produz o sentido de “dar o poder”, “tomar o poder.” De acordo com Carvalho (2004) essa tradução dá uma noção diferente do que a palavra expressaria na sua língua original. A partir disso, o autor discute duas noções do *empowerment* relacionada a promoção de saúde: o *empowerment* psicológico e o *empowerment* comunitário. O primeiro será definido como um sentimento de maior controle sobre a própria vida experimentado pelos indivíduos ao pertencerem a diferentes grupos, sem no entanto, ocorrer uma efetiva participação em ações coletivas. Carvalho (2004) afirma que essa visão baseia-se em uma filosofia individualista, ignorante dos fatores sociais ao fragmentar a condição humana na desconexão dos sujeitos do contexto sociopolítico. Assim, o autor ressalta o *empowerment* comunitário como a ressignificação do conceito, e trabalha com a noção de poder

(...) enquanto um recurso, material e não-material, distribuído de forma desigual na sociedade, como uma categoria conflitiva na qual convivem dimensões produtivas, potencialmente criativas e instituintes, com elementos de conservação do status quo. Para os teóricos do “empowerment” comunitário, a sociedade é constituída de diferentes grupos de interesses que possuem níveis diferenciados de poder e de controle sobre os recursos, fazendo com que processos de “empowerment” impliquem, muitas vezes, a redistribuição de poder e a resistência daqueles que o perdem (CARVALHO, 2004, p. 1091).

Contudo, ambas definições de *empowerment* são problemáticas. O psicológico remonta aos debates suscitados pela cisão entre mundo interior x mundo exterior baseadas nas dicotomias indivíduo x sociedade, psicológico x social (RAMOS, 2012). Nesse sentido, a sociedade torna-se uma instância transcendental aos sujeitos que resta apenas apreender a realidade já dada. Baptista (1999) afirma que “nesse dispositivo político, o ato de viver torna-se imutável ou natural, legando as práticas humanas o emudecido sentido de reprodução (...) (BAPTISTA, 1999, p. 34) ”.

De outro lado, essas discussões em termos de distribuição de poder almejando com isso a transformação social caminham na contramão das discussões efetuadas com base na definição de poder como relação. Afirmá-lo como redistribuição remete a ideia de substância detida por uns, faltando a outros, mas, o poder não é falta, ou objeto concedido a alguns em detrimento de outros (FOUCAULT, 1982). “O poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles (...) o poder transita pelo indivíduo que ele constituiu” (FOUCAULT, 1999a, p. 35). Nas discussões desse trabalho o empoderamento/*empowerment* apresenta-se como uma palavra abandonada²² com debates que tendem ao fortalecimento da consciência de um indivíduo racional ao partir da universalização das experiências na constituição de uma subjetividade. Essa linha do dispositivo permite a visibilidade do sujeito forjado na tradição filosófica que separou razão e sensação com destaque a primeira em detrimento a segunda ao afirmar o corpo como carregado de paixões legado ao erro por forças instintivas.

Essas discussões mostram a influência filosófica de Platão que “triunfou no Ocidente e comanda imperceptivelmente nossa subjetividade” (FUGANTI, 1991, p. 30). Na concepção platônica há a produção de uma forma de pensar por meio da divisão em dois mundos: o mundo das idéias como o plano divino; e o mundo das aparências como o plano terreno, que apenas teria acesso ao primeiro plano por meio de cópias imperfeitas. Assim, o pensamento como algo de origem divina só poderá compor as partes racionais dos sujeitos, já que os corpos são corruptíveis (FUGANTI, 1991).

O processo de conhecimento platônico é um sistema que se orienta para o alto e que opera pelo reconhecimento ou reconhecimento de uma idéia imutável, eterna, realidade acabada já mais ou menos contemplada pela alma (...). Nesse sentido, para Platão, pensar jamais significa produzir ou inventar uma realidade nova, pois o valor de verdade só pode ser atribuído a um conhecimento que imite ou reproduza – por semelhança- as relações internas do modelo inteligível e imutável (FUGANTI, 1991, p. 26).

Apesar de influenciar as teorias atuais nas mais diferentes áreas do conhecimento surgiram ao longo dos tempos modos de pensar não baseado em dicotomias ou hierarquizações. A prática filosófica de Spinoza mostra a complexidade dos processos de constituição dos sujeitos sem

²² No poema “Ruína” de Manoel de Barros (2000) há o encontro com um monge descabelado que tem vontade de construir uma ruína para a palavra amor, esvaziada de gente, entendendo a ruína como algo capaz de abrigar as coisas do abandono, o monge afirma que “o abandono pode não ser apenas de um homem debaixo da ponte, mas pode ser também de um gato no beco ou de uma criança presa num cubículo. O abandono pode ser também de uma expressão que tenha entrado para o arcaico ou mesmo de uma palavra. Uma palavra que esteja sem ninguém dentro.”

recorrer a essa linha de pensamento assentada na separação entre corpo e pensamento, razão e sentimento (BOVE, 2010).

Spinoza (2011) propõe uma definição de Deus distinta da concepção teológico-metafísica de um ser supremo separado dos homens ao apresentar a idéia de uma substância que existe em si e por si mesmo, causa de si mesmo. Nessa definição, Deus corresponde a Natureza da qual todos os corpos são criados. Assim “(...) se segue, muito claramente, em primeiro lugar, que Deus é único, isto é que não existe, na natureza das coisas, senão uma única substância, e que ela é absolutamente infinita” (SPINOZA, 2011, p. 22).

Há, portanto, uma única e mesma substância constituindo o universo inteiro, e essa substância é eterna porque, nela, existir, ser e agir são uma só e mesma coisa. Essa substância é Deus (CHAUI, 2005, p. 43).

A noção de substância referida aquilo que é causa de si mesmo capaz de ser inteligível por si mesma e produzir a existência das demais coisas como potência de autoprodução e produção mostra que só pode haver uma única substância, que “ao causar a si mesmo, fazendo existir sua própria essência (...) faz existir todas as coisas singulares que O exprimem porque são efeitos de sua potência infinita” (CHAUI, 2005, p.43). Dessa forma, há duas maneiras de “ser e existir”, a substância e os seus atributos e os efeitos dessa substância, pois, não há a separação entre a substância e os efeitos produzidos por ela, já que são imanentes entre elas.

Essa conceituação será determinante para o rompimento de uma relação transcendente entre um ser supremo separado do mundo, e dela decorre a inseparabilidade entre pensamento e corpo, que são entendidos como atributos dessa substância absoluta constituindo uma mesma coisa. Nesse sentido, “a substância pensante e a substância extensa são uma só e a mesma substância, compreendida ora sob um atributo, ora sob o outro” (SPINOZA, 2011, p. 55). Os atributos são definidos como “aquilo que de uma substância o intelecto percebe como constituindo a sua essência” (p.). Segundo Bove (2010) “(...) não existe causalidade do corpo sobre o espírito, nem inversamente: há causalidades nos corpos e nos espíritos, que podem ser pensadas em conjunto” (BOVE, 2010, p. 29). Nessa medida, a ideia de uma primazia da razão sobre o corpo, ou a supremacia dessa será impossível. Assim, seguiremos com Spinoza para discutir a autonomia de sujeitos produzidos no discurso moderno como destituídos de razão e nessa lógica esvaziados de suas potencialidades.

2-1- A autonomia em Spinoza: a linha de ruptura do dispositivo

Deleuze e Guattari (2010b) chamam Spinoza de “o príncipe dos filósofos” posto que desde o início atribuiu a imanência sua devida condição, e para além, produziu uma filosofia genuinamente imanente sem derrapar em falsos questionamentos e sem reintroduzir a transcendência. De acordo com os filósofos da diferença, Spinoza “sabia plenamente que a imanência não pertencia senão a si mesma, e assim que ela era um plano percorrido pelos movimentos do infinito, preenchido pelas ordenadas intensivas” (DELEUZE; GUATTARI, 2010b, p. 60). O plano de imanência construído pela *Ética* apresenta “mundos possíveis enquanto conceitos” (DELEUZE; GUATTARI, 2010b, p. 59) percorridos pela pesquisa na constituição de conceituações que expressassem nossa problemática. Como uma filosofia maldita por judeus e cristãos alavancou nossos pensamentos acerca da autonomia e das práticas políticas no século XXI?!

Deus como uma potência infinita manifesta-se nos modos finitos ao constituir as coisas singulares, “com efeito, as coisas singulares são os modos pelos quais os atributos de Deus exprimem-se de uma maneira definida e determinada” (SPINOZA, 2011, p. 105). Assim, não há a definição de uma única substância para pensar os seres vivos, pois os corpos singulares são compostos por uma infinidade de relações com outros corpos, desse modo, definem suas estruturas por meio de movimento e repouso, velocidade e lentidão na medida que são determinados a uma ou outra composição, e aí as diferenças são estabelecidas. Dessa forma “(...) cada corpo deve ter sido necessariamente determinado ao movimento ou ao repouso por uma outra coisa singular (...)” (SPINOZA, 2011, p. 62).

Spinoza (2011) define a existência de três afetos primários: o desejo, a alegria e a tristeza. O desejo relaciona-se com a potência de agir, não está baseado numa relação de objeto: “ter desejo por algo/alguém”, mas, vinculado a essência do ser enquanto age procurando aumentar suas potencialidades. “Portanto, o desejo de um indivíduo discrepa do desejo de um outro, tanto quanto a natureza ou a essência de um difere da essência do outro” (SPINOZA, 2011, p.137). A alegria é o afeto que permite a mente alcançar uma maior perfeição. E a tristeza conduz a mente a uma perfeição menor (SPINOZA, 2011). O conceito de *conatus* apresenta o esforço ativo na produção de uma existência que tende a perseverar em seu ser, sendo que

“esse esforço só pode ser o de uma real apropriação de si quando, chegado a um certo grau e/ou a um certo limiar de atualidade da potência” (BOVE, 2010, p.75).

Na parte III da *Ética* há o desenvolvimento das relações entre os afetos e as potências do corpo. Os afetos passam a ser distinguidos de dois modos: a afecção (*affectio*) como o estado do corpo enquanto sofre a ação de um outro corpo. Segundo Deleuze (2009) “a afecção [*affectio*] é uma mistura de dois corpos, um corpo que se diz agir sobre outro, e um corpo que recolhe o traço do primeiro. Toda mistura de corpos será chamada de afecção” (DELEUZE, 2009, p.30).

E o afeto (*affectus*) a variação contínua da potência de agir pelo aumento ou diminuição experimentadas com a alegria ou tristeza. Os afetos produzem ideias correlatas, diferenciadas em três tipos: afecções, noções e essências. A idéia-afecção baseia-se na representação dos efeitos afastado da apreensão do que causou dada afecção. A afecção produz uma ideia confusa e inadequada porque precisa recorrer a outras coisas para explicá-la, caso contrário sua compreensão será impossível (DELEUZE, 2009).

Deleuze (2009) discorre sobre as ideias afecções: 1. a ideia cujo efeito favorece o corpo; 2. a ideia cujo efeito compromete ou destrói o corpo. São relacionadas a variação dos afetos, pois quando se experimenta um afeto de alegria há o aumento da potência de agir, e a experimentação do afeto de tristeza permite a sua diminuição. Então, ao nível das afecções os corpos continuam padecendo pela produção da qual são causa inadequada ou parcial, já que mesmo na alegria trata-se de uma ideia produzida de modo exterior. Esses afetos são definidos como paixões por vincularem-se a passividade dos corpos preenchidos por causas externas (DELEUZE, 2009). Afinal, “o próprio da paixão, em qualquer caso, consiste em preencher a nossa capacidade de sermos afetados, separando-nos ao mesmo tempo de nossa capacidade de agir, mantendo-nos separados dessa potência” (DELEUZE, 2002, p. 33). A saída das idéias-afecções ocorrerá com a conquista da potência de agir quando os corpos deixam de passar por variações contínuas.

As idéias-noções mostram a saída desse mundo passivo na qual os afetos são produzidos nos corpos por outras coisas ao consolidarem um conhecimento baseado nas causas, e não no efeito (DELEUZE, 2009). Os afetos de alegria são trampolins para a criação de ideias adequadas, que permitem ao corpo alcançar sua potência de agir, e tornar-se causa ativa de si

mesmo. A potência de agir conquistada e não mais passando por variações contínuas dá lugar a idéia-essência, que será alcançada por “um pequeno número dentre nós (porque é muito difícil) ” (DELEUZE, 2009, p. 29). A partir das idéias-noções chegamos a um nível de conhecimento mais próximo da perfeição, na formação de “ideias que são como puras intensidades” (DELEUZE, 2009, p. 56). Nesse ponto, os corpos estão na posse completa das suas potências de agir, tornando-se capazes de produzirem seus próprios afetos. Assim, o percurso ético consistirá no fortalecimento da alegria com o afastamento das afecções tristes (DELEUZE, 2009).

De acordo com Deleuze (2002) Spinoza não cessou de denunciar o “homem das paixões tristes” (DELEUZE, 2002, p. 31), e apresentou uma filosofia de vida que denuncia “tudo o que nos separa da vida, todos esses valores transcendentais que se orientam contra a vida, vinculados às condições e às ilusões da nossa consciência” (DELEUZE, 2002, p. 32), convidando-nos a nos reunir com nossa potência de agir (DELEUZE, 2002). Nesse trajeto percebemos a relação entre a potência de agir e a liberdade, pois, quando se entra na posse da potência de agir há uma produção de afetos como causa interna eficiente, longe de toda imagem oriunda de causas externas.

É assim que Espinosa destaca os dois critérios que fazem perfeição (isto é, a potência de agir ou de existir) do corpo humano: a enorme amplitude do poder desse corpo de afetar e ser afetado (enorme amplitude que, sozinhas, em sua riqueza relacional, a cultura, a política e a história podem efetivamente atualizar), e sua aptidão à autonomia, como também sua singularização, no e pelo aumento tendencial de sua complexidade (BOVE, 2010, p. 104).

Segundo Bove (2010), a autonomia define-se a partir dessa força interna alcançada na liberdade com aptidão em produzir ideias adequadas. A partir dessa noção refutamos a definição moderna de uma autonomia como símbolo da racionalidade de sujeitos morais, pois a “Natureza espinosana” produz uma infinidade de modos finitos divididos entre uma passividade da autonomia e a atividade de uma autonomia quando se chega ao nível da produção dos próprios afetos (BOVE, 2010). Assim todos os sujeitos possuem condições de tornarem-se autônomos, visto que, a distinção será ao nível das idéias produzidas pelos corpos singulares. Os critérios de determinação do que é sujeito pela via da razão constitui um pensamento sustentado na definição de perfeição-imperfeição, que “são, na realidade, senão modos de pensar, quero dizer, noções que nos acostumamos a formar porque comparamos entre si os indivíduos da mesma espécie ou gênero (...)” (CHAUÍ, 2005, p. 87).

Entretanto, na filosofia spinozista não há definição de uma essência específica dos corpos singulares, pois, não se fala de gêneros ou espécie, mas de potência, na qual as coisas serão definidas pelo que podem²³ (DELEUZE, 2009).

Perfeição, imperfeição, gênero, espécie, termos envolvendo negação, os transcendentais são universais abstratos ou entes de imaginação, modos de pensar inadequados resultantes da comparação entre os indivíduos, e simples consequências da fraqueza da imaginação para manter a diferenciação da multiplicidade das coisas singulares que afetam o corpo (CHAUÍ, 2011, p. 227).

Bove (2010) afirma que “somos tão perfeitos quanto podemos ser: não nos falta absolutamente nada, nunca. Sempre extraímos as consequências da potência ou da força que temos (...)” (BOVE, 2010, p. 31). Nesse sentido, a razão não constitui o parâmetro de definição dos corpos singulares, mas, a efetuação da potência, pois “as coisas não são mais definidas por uma essência qualitativa, o homem animal racional, mas são definidas por uma potência quantificável” (DELEUZE, 2009, p.85). Logo, a razão firmada como essência dos seres humanos designa na filosofia spinozista um certo tipo de afetos capaz de efetuar uma potência de agir em sua singularidade, porquanto “os afetos do homem racional não são os mesmos que aqueles do louco” (DELEUZE, 2009, p. 107).

Na correspondência com um interlocutor interessado em discutir sua perspectiva sobre o mal Spinoza dá um exemplo deveras útil ao que avaliamos interessante pensar nas relações da autonomia na Reforma Psiquiátrica. Spinoza explica ao seu correspondente que Deus não pode ser causa do mal. Não há em Deus uma produção do mal. O mal não está num estado ou numa essência, mas, deverá ser avaliado a partir das relações, pois, o que pertence a uma essência será sempre uma perfeição que exprimirá determinada potência (DELEUZE, 2002). A partir da análise acerca do cego, Spinoza exemplifica essa perspectiva mostrando que não há *falta* de visão no cego já que ele não pode ser afetado pela luz, a falta de visão só existe quando há a comparação com pessoas videntes (DELEUZE, 2002).

²³ Deleuze e Guattari (2012b) afirmam que Spinoza evitou definições dos corpos por meio de noções como gênero ou espécie passando a enumerar as afecções de que são capazes. O etólogo Vox Uexkül buscou definir no mundo animal os afectos passivos e ativos de que um bicho é capaz no agenciamento individuado que faz parte, nessa etologia analisada por meio dos afetos vê-se todo universo de complexidade, na qual, um cavalo de carga está mais próximo de um boi do que de um cavalo de corrida. O carrapato experimenta três afetos (DELEUZE; GUATTARI, 2012b).

Assim, Deus como causa de todas as coisas só poderá existir em afirmação. Ele não pode ser a causa da *não-visão* ou da *falta* de bondade nas pessoas, pois, todas as coisas são perfeitas na maneira como podem realizar sua potência, e “no caso do cego, a visão não pertence a sua natureza e ele continua perfeito, mesmo sem enxergar” (AZEVEDO, 2013, p. 26). Essa noção de falta ou privação decorre da imaginação ao produzir ideias inadequadas na comparação entre os corpos singulares (DELEUZE, 2002). Seguimos nessa linha para afirmar que a noção de autonomia tendo a razão como medida e por isso faltante aos sujeitos definidos como louco constitui uma ideia inadequada baseada na comparação entre os sujeitos. Entretanto, os sujeitos nascem passivos e por isso serão afetados ao acaso, daí o projeto ético da vida consiste em sair dessa passividade na criação de um modo ativo de existência (DELEUZE, 1997). Nesse sentido, a concepção de autonomia spinozista discute o que podem os sujeitos na medida que produzem ideias adequadas distinto das formas naturalizadas de enunciação que evocam uma determinada forma de vida devendo os outros modos encaixarem-se nesse modelo.

Então, embarcamos nessa conceituação como uma saída desse universo moral na qual as potências de agir estão desvinculadas da produção dos seus afetos. Segundo Deleuze (2009) os afetos de alegria nos fazem passar por coisas que não passaríamos se estivéssemos afetados pelas paixões tristes, pois eles solicitam a formação “do que é comum ao corpo afetante e ao corpo afetado” (DELEUZE, 2009, p. 49). Desse modo, buscando afastar-se da tristeza tomamos essa noção de autonomia como um trampolim para a produção de ideias adequadas na confecção de modos de vida ativos no movimento antimanicomial.

3-Reforma Psiquiátrica: O Movimento Antimanicomial²⁴

As Reformas Psiquiátricas foram movimentos políticos e sociais iniciados no pós-Segunda Guerra Mundial questionadores das práticas e funções dos hospitais psiquiátricos (AMARANTE, 1995). Utilizamos o plural pelas diferenças práticas e teóricas que proporcionaram distintas transformações nessas realidades. Passos (2009) define que o campo das Reformas Psiquiátricas é pleno de controvérsias. Desse modo, operamos com a distinção conceitual mais corrente que classifica os movimentos de Reforma Psiquiátrica em dois: O primeiro relacionado ao final da Segunda Guerra Mundial com a perspectiva de renovar as atribuições da psiquiatria nos hospitais psiquiátricos ao defender que ela havia perdido a sua função terapêutica, e deveria retomá-la a partir de uma série de medidas. O segundo movimento definiu-se a partir do debate mais radical referente a “função” da psiquiatria e do hospital psiquiátrico, questionando o lugar atribuído a loucura ao retirá-la do vazio social na qual foi lançada para analisa-la a luz da história (AMARANTE, 1995).

A principal referência desse segundo movimento consiste na Reforma Psiquiátrica Italiana, com críticas radicais à produção das doenças mentais resultante na exclusão e violência perpetradas no interior dos manicômios. As transformações italianas serviram de base para os movimentos que buscaram produzir mudanças teóricas e assistenciais na relação estabelecida com a loucura para além de uma mera segregação social. Essas encontraram espaço profícuo no Brasil dentro das discussões do Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM) iniciado com a luta por melhores condições de trabalho nos serviços psiquiátricos (AMARANTE, 1995).

No decorrer dos anos as discussões avançaram para além da demanda trabalhista ao agregarem diferentes atores sociais e políticos como estudantes, usuários e familiares, e a parceria com demais movimentos sociais que se mobilizavam pelo fim da ditadura militar para além das pautas específicas (AMARANTE, 1995). Doravante, na década de 1980 o

²⁴ Goulart (2007) escolheu o uso desse termo como um marcador político do conteúdo inerente aos movimentos sociais da Reforma Psiquiátrica italiana com base no debate incessante de destruição das instituições asilares e segregadoras. Entendemos essa posição importante para as demais Reformas Psiquiátricas sustentadas no caráter de crítica radical a instituição psiquiátrica para que não se percam em meio as capturas efetuadas pelos mecanismos de poder, assim, escolhemos o termo para definir da onde parte nossas discussões da Reforma Psiquiátrica brasileira e o Movimento da Luta Antimanicomial.

MTSM tornou-se espaço aglutinador da luta pela transformação da realidade dos hospitais psiquiátricos e da *loucura* no país. E então, no Congresso de Bauru²⁵ ocorreram mudanças no aspecto organizativo do MTSM com a inserção da pauta acerca da desinstitucionalização da loucura²⁶, ampliando as perspectivas para um Movimento da Luta Antimanicomial cujo lema “Por uma sociedade sem manicômios” afirmava o rumo da luta empreendida nos anos seguintes com discussões acerca do fechamento dos hospitais psiquiátricos e a reorganização da atenção e cuidado inseridos na comunidade (AMARANTE, 1995).

Após intensas mobilizações sociais a lei 10.216 aprovada em 2001 ao tratar dos “direitos das pessoas com transtorno mental” inseriu algumas pautas da Reforma Psiquiátrica na legislação brasileira. A Política de Saúde Mental instituiu uma série de mudanças no cuidado até então restrito ao espaço hospitalocêntrico. A principal alteração será a afirmação do encerramento dos leitos de longa internação para a criação de serviços abertos e inseridos na comunidade (AMARANTE, 1995).

A desinstitucionalização da loucura propõe um novo lugar para a subjetividade apreendida na rede discursiva do saber psiquiátrico. Alverga e Dimenstein (2006) discutem que

(...) distintamente de uma reinserção social – que implica, quase sempre, a culpabilização do indivíduo colocado à margem, bem como uma avaliação da falta de adequação social e necessária adaptação ao que lhe marginalizou –, sabe-se que a reforma deve buscar a emancipação, não meramente política, mas, antes de tudo, uma emancipação pessoal, social e cultural, que permita, dentre outras coisas, o não-enclausuramento de tantas formas de existência banidas do convívio social; que passe a encampar todas as esferas e espaços sociais; que permita um olhar mais complexo que o generalizante olhar do igualitarismo; e busque a convivência tolerante com a diferença (ALVERGA; DIMENSTEIN, 2006, p. 303).

²⁵ O II Congresso Nacional de Trabalhadores de Saúde Mental conhecido como “Congresso de Bauru” constitui o marco histórico de criação do Movimento da Luta Antimanicomial brasileiro, momento na qual há a transição de um movimento de luta trabalhista para o entendimento de uma pauta política mais ampla na transformação da realidade de atenção e o cuidado disponibilizados aos sujeitos considerados loucos. O lema “Por uma sociedade sem manicômios” sintetiza a mobilização coletiva criada a partir desse momento na luta por uma sociedade cujas relações sociais não fossem sustentadas pela exclusão e o aprisionamento pela via da doença com um discurso moral de desqualificação dessas existências (AMARANTE, 1995).

²⁶ O termo desinstitucionalização aplicado inicialmente nos movimentos de reforma estadunidenses ganhou o tom de uma mera desospitalização. A apropriação do conceito pelo movimento italiano rompe com essa perspectiva ao apontar “(...) um projeto de desinstitucionalização, de desmontagem e desconstrução de saberes/práticas/discursos comprometidos com uma objetivação da loucura e sua redução à doença” (AMARANTE, 1995, p. 49). Dessa forma, a desinstitucionalização da loucura compõe o processo de superação do modelo manicomial e a invenção de novas práticas de cuidado, rompendo com o discurso desqualificante da loucura (AMARANTE, 1995).

Nesse sentido, as discussões da Reforma Psiquiátrica não são dirimidas com a concessão de direitos, mas ampliadas cada vez mais, pois dizem respeito a transformação radical da sociedade considerando “outras rotas possíveis que possam não apenas lutar contra a sujeição fundante da sociabilidade capitalista, mas também instigar a desconstrução cotidiana e interminável das relações de dominação” (ALVERGA; DIMENSTEIN, 2006, p. 303). Nessa dinâmica busca-se restituir o lugar da produção de subjetividade, Palombini e Oliveira (2012) afirmam que a operação radical proposta pela Reforma Psiquiátrica será a devolução dessa subjetividade louca ao plano de subjetivação, seja na cidade, no território, nas redes sociais (PALOMBINI; OLIVEIRA, 2012).

Amarante (2015) discorre sobre a Reforma Psiquiátrica como um processo social complexo²⁷ abrangendo quatro dimensões: dimensão teórico-conceitual, técnico-assistencial, jurídico – política e sócio-cultural. A dimensão teórico-conceitual refere-se “ao conjunto de questões que se situam no campo da produção dos saberes, que dizem respeito a produção de conhecimentos, que fundamentam e autorizam o saber/fazer médico-psiquiátrico” (AMARANTE, 2015, p. 113). A dimensão técnico-assistencial abrange a questão acerca de qual modelo assistencial é possibilitado a partir das definições epistemológicas, teóricas-conceituais, dessa forma, “(...) não é de se estranhar que o modelo assistencial psiquiátrico seja calcado na tutela, na custódia, na disciplina, na vigilância” (AMARANTE, 2015, p. 115). O campo jurídico-político abarca as discussões que visam “(..) rediscutir e redefinir as relações sociais e civis em termos de cidadania, de direitos humanos e sociais” (AMARANTE, 2015, p. 116). Já a dimensão sócio-cultural expressaria “(...) o objetivo maior do processo de reforma psiquiátrica, ou seja, a transformação do *lugar social* da loucura” (AMARANTE, 2015, p. 116).

A partir dessas noções percebemos o quão “complexo” é o processo de desconstrução manicomial, tanto os manicômios de concreto quanto os mentais²⁸. Lancetti (1991) afirma que “não se inicia a destruição do manicômio se não se violentam os manicômios mentais profissionais e ideológicos, a saber: acreditar que se cura, aderindo a uma teoria e reduzir a

²⁷ Segundo Amarante (2015) esse termo foi criado por Franco Rotelli buscando ressaltar o processo enquanto algo em constante movimento configurando várias dimensões que existem interligadas.

²⁸ Pelbárt (1993) afirma que há uma forma de pensamento sustentada pela razão que é encarceradora, nesse sentido, tanto quanto libertar os loucos dos manicômios é urgente libertar o pensamento dessa lógica carcerária e excludente de outros modos de existência, destruir os manicômios mentais é dar passagem a desrazão como um modo inédito de pensamento e vida.

política à oposição” (LANCETTI, 1991, p. 146). Portanto, as práticas da Reforma Psiquiátrica são sustentadas antes de tudo por uma política no sentido da dimensão inventiva dos processos de subjetivação que se fazem presente no constante embate com forças que buscam conservar uma subjetividade²⁹.

Consoante a Yasui (2006) ressaltamos a noção política da ‘dimensão jurídico-político’, enfatizando “(...) a luta política para uma transformação social” (YASUI, 2006, p. 20) nas palavras do autor

Busco com esta proposta destacar o conceito político, ressaltando as tensões e conflitos decorrentes das ações produzidas pela Reforma Psiquiátrica (RP), as quais provocam e interrogam a relação entre Estado e Sociedade. Ações estas encarnadas em protagonistas que constroem um conjunto de princípios e proposições, articuladas a um processo que tem como resultado não apenas mudanças no aparato jurídico do Estado, mas ativa e muda os atores sociais, cria contradições, inventa instituições de cuidado, transforma as políticas municipais, provoca as universidades (YASUI, 2006, p. 20).

Dessa forma, afirmamos o Movimento da Luta Antimanicomial como o lugar do embate político que coloca as discussões da Reforma Psiquiátrica no plano da luta social e coletiva. Apesar de algumas análises sociológicas não caracterizarem o Movimento da Luta Antimanicomial como movimento social pelas definições oriundas do século XIX que afirmam esses como a organização e ação dos trabalhadores, há no início do século XX o entendimento da sociedade como lugar de política. E nesse interim, os partidos e sindicatos deixaram o protagonismo das lutas sociais (MELUCCI, 2001). No Brasil, a partir da década de 1970 emergiram novas formas políticas, de acordo com Sader (2001) desenvolveu-se um “novo sujeito político” a partir dos movimentos sociais populares que politizavam questões do cotidiano. Assim, surgiram “novos movimentos sociais” que Gohn (2011) caracteriza como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2011, p.335). Contudo, devemos atentar para não definir qualquer ação coletiva muitas vezes conservadoras na busca apenas pela manutenção do status quo da sociedade como movimento social, apesar das distintas categorias analíticas o denominador comum seria a luta pela transformação da realidade social (GOHN, 2011).

²⁹ Essa dimensão inventiva composta por uma ética-estética e política é apresentada por Guattari (2012) como um paradigma distinto do paradigma cientificista. Assim, a ética não diz respeito a uma apropriação de códigos morais impostos de forma transcendente, mas de uma criação processual a partir das experimentações cotidianas. A estética diz respeito a produção artística da vida, tomando os processos de subjetivação como movimentos criativos, e não apenas receptores de uma dada subjetividade. E a política a forma como esses processos de subjetivação são apropriados pelo indivíduo numa relação consigo mesmo, implicando esses movimentos éticos e estéticos a cada momento a escapar das endurecidas relações de saber-poder, inventando novos modos de existência (GUATTARI, 2012).

Entendemos o Movimento da Luta Antimanicomial como mobilização coletiva com características de movimento social, tal como a transformação societária, tendo em vista que a luta pelo fim dos manicômios assenta-se sobre discussões que atravessam todo o campo social, desde as práticas econômicas, políticas, sociais e culturais. Desse modo, não há uma análise da loucura, melhor dizendo, da produção da loucura sem colocar em cena a composição atual das relações sociais. Deleuze e Guattari (2010a) discorreram acerca da correspondência entre a produção de esquizofrenia,³⁰ figura contemporânea da loucura, com o modo de produção econômico e social de uma sociedade capitalista.

Nesse sentido, a desconstrução de uma sociedade manicomial passa pela criação de um novo modo de existência. Guattari e Rolnik (2000) discorrem que nos novos movimentos sociais à tentativa de “produzir modos de subjetividade originais” (GUATTARI; ROLNIK, 2000, p. 45), já Coimbra e Nascimento (2009) afirmam que “resistir não é simplesmente se opor. É algo muito mais difícil e complexo: é criar, é produzir rupturas, é afirmar outras lógicas, outras realidades” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2009, p. 53). Assim, ao olhar as manicomialidades reproduzidas nos serviços substitutivos o Movimento da Luta Antimanicomial surgiu como espaço profícuo na construção de outra relação social com a loucura capaz de “resistir ao poder bem como se furta ao saber, mesmo se o saber tenta penetrá-los e o poder tenta apropriar-se deles” (DELEUZE, 2013a, p. 120) tanto pela via da tutela quanto da noção moderna de autonomia. Segundo Torre e Amarante (2001) “novas subjetividades e um novo lugar para o sujeito louco só são produzidos em relação com o social” (TORRE; AMARANTE, 2000, p. 83), nessa perspectiva uma transformação social produzirá um novo lugar para essa subjetividade-louca, bem como, novos modos de subjetivação produzirão outros laços de sociabilidade.

No contexto atual o Movimento da Luta Antimanicomial passou por transformações nos últimos anos. Observa-se a fragmentação em dois movimentos independentes: Rede Nacional Internúcleos (RENILA) e Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLAM) por impasses quanto a forma de organização estrutural e metodológica de movimento social

³⁰ Deleuze e Guattari (2010a) distinguem um pólo esquizo de um pólo esquizofrênico, o primeiro surge como produção constante, já o segundo consiste na captura desse processo em farrapo psiquiatrizado, sendo que essas capturas se dão a partir de uma sobrecodificação do desejo nas máquinas sociais e técnicas do capitalismo.

(VASCONCELOS, 2012). A dispersão dos atores políticos e sociais desses espaços, principalmente os usuários (SOALHEIRO, 2012). O avanço do neoliberalismo com uma política de privatização contundente, transformando em mercadoria direitos sociais conquistados as duras penas, como, o desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS)³¹ com a justificativa que não dá certo abrindo aos poucos para a iniciativa privada (BAHIA et al, 2014), implicando também na Política de Saúde Mental, visto que, está vinculada ao SUS.

Entretanto, na presente pesquisa a atenção voltada às experiências dos usuários nos espaços políticos e sociais nos quais participam não foi influenciada por essa divisão do Movimento da Luta Antimanicomial. No caso do Espírito Santo, a vinculação dos usuários se faz ao MNLAM por meio do Núcleo Estadual da Luta Antimanicomial. Assim, ao longo do texto mantivemos como referência o termo Movimento da Luta Antimanicomial para referir-se aos espaços institucionalizados, em contrapartida os termos luta antimanicomial ou antimanicomialidade são referentes a uma ética que afirma a vida em sua variação, recusando os discursos apaziguadores da loucura como doença mental.

Portanto, há uma aposta na constituição de modos de vida potencializadas pelos espaços de lutas sociais, e para além das restrições do Movimento da Luta Antimanicomial a uma função,³² afirmamos “a construção coletiva do protagonismo (...) e a criação de formas concretas que produzam um usuário-ator, sujeito político” (TORRE; AMARANTE, 2001, p. 84). A constituição de existências não-tuteladas abertas as dimensões criativas dos processos de subjetivação será o interesse da pesquisa ao afirmar a potência da loucura fora das artimanhas desqualificantes na qual foi submetida pelo discurso de doença, ou falta de razão. A aposta na produção de sujeitos políticos no campo da loucura como invenção de novos modos de vida voltou o olhar para o Movimento da Luta Antimanicomial como dispositivo de produção de subjetividade.

³¹ A Reforma Sanitária como uma transformação do conceito de saúde e de sociedade produziu a inserção da saúde como direito de todos e dever do Estado na então recente constituição criada com a abertura política do país. O Sistema Único de Saúde (SUS) compreende a organização sanitária desse compromisso social com a produção de saúde da população diferente de uma concepção curativista na qual a doença é o foco, o SUS assenta-se na noção de promoção de saúde como princípio básico (PAIM, 2009).

³² Chamamos de função os modos de operar dos movimentos sociais na luta contra o aparelho de Estado na execução das garantias legislativas, ainda baseados numa “(...) ilusão de que se possa possuir o poder de Estado para usá-lo de uma outra maneira, de forma mais democrática, mais participativa, para melhorá-lo” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2009, p. 51). Como por exemplo, a luta do Movimento da Luta Antimanicomial para que os Estados brasileiros cumpram efetivamente a lei 10.216 com o fechamento dos hospitais psiquiátricos ainda abertos pelo Brasil.

3.1- Reforma Psiquiátrica e autonomia: O que fazemos com os nossos sonhos?³³

Lembrança de uma autonomia II

Estávamos em abril de 2014, na cidade de Niterói-RJ, no XIII Encontro Nacional do Movimento da Luta Antimanicomial, espaço de debate e formulação de política para o Movimento da Luta Antimanicomial construir até o próximo encontro (2017). Passamos os dias entre mesas, discussões, plenárias iniciais, e GT's. Como todo encontro de movimentos sociais, os GT's debatiam os assuntos e apresentavam as possibilidades de ações e debates para a plenária final avaliar e decidir. As discussões permeavam os temas da Reforma Psiquiátrica, os avanços e retrocessos, tais como a Política de Saúde Mental, a reorganização dos serviços substitutivos, as condições de habitação, os benefícios, economia solidária, dentre outros temas. Soubemos que um companheiro que foi conosco – Delegação Espírito Santo-, colocou em um GT a discussão acerca da gratuidade do transporte para além dos ônibus, queria a expansão desse direito e gostaria que o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial encampasse essa luta. Ao que tudo indicava, a questão havia passado para as decisões da plenária final, mas até onde soube, com muitos incômodos. Tanto que ao chegar na plenária final ouviu-se falas do tipo, “mas, isso é importante?” com tentativas de passar por essa questão de forma rápida, despercebida, para alguns não era uma questão importante. Mesmo assim nosso companheiro decidiu ir a frente defender sua ideia e solicitar a abertura para o debate, algo que se faz com todo ponto que causa divergência. A ida do nosso companheiro a frente causou ainda mais desconforto, ele dizia “por que a gratuidade/meia passagem deve ser para todos os transportes, quem não quer fazer um cruzeiro?!”. Os murmurinhos aumentaram de volume. E ao final de sua fala explicaram o porquê dessa discussão não ser importante para o MNLAM naquele momento, as dificuldades na consolidação da Reforma Psiquiátrica como Política Pública delineou os anos de 2012, 2013, 2014 como áridos e precisava-se avançar nas outras pautas relacionadas as ações que pudessem fazer frente aos retrocessos que surgiram pelo caminho. Nosso companheiro entendeu, o seu ponto foi para votação, os votos recusaram essa questão como foco de luta no decorrer dos anos seguintes até o retorno do próximo encontro. O nosso companheiro deixou seu recado “não vou desistir não!” Rimos com ele, ficamos felizes com a sua coragem de ir a frente expor sua opinião na contramão da vontade de muitos. Permitimos dar passagem aquela questão de outro modo para além da rapidez e do tempo curto de uma

³³ Aqui tratamos do sonho não rivalizando com o real, mas como a produção de sua outra versão, pois entendemos que o sonho guarda um pouco de fabulação com os delírios oníricos.

plenária final deixamo-nos envolver “Por que outros meios de transporte não são acessíveis para certo público? ” Ou até “por que as passagens de avião são tão caras? Por que quando a classe popular teve acesso ao poder de compra e pôde voar desconfortos surgiram na elite?! Por que incomoda um aeroporto virar rodoviária?!” “E os cruzeiros...?!” Quando permitimos acompanhar a questão colocada com outro tempo, sem pressa, sem correria, desnaturalizando lugares e espaços damos passagem a diversas questões que permeiam nossas vidas e dizem respeito ao acesso e circulação das pessoas, dizem respeito as lutas por uma vida sem catracas³⁴. Nosso companheiro pôde não ter colocado a questão da forma compreendida como a correta por algumas pessoas, e talvez a questão fosse desimportante, mas, conseguiu colocar em debate algo que acreditava ser pertinente, defendeu sua idéia, não recuou frente a olhares inquisidores, por isso acreditamos que “as coisas que levam a nada têm grande importância”.³⁵

³⁴ Compreendemos as catracas como mecanismo impeditivo da circulação das pessoas, essa ideia surge a partir das discussões do Movimento Passe Livre e Tarifa Zero. org. que percebem nas roletas dos ônibus e metrô um impeditivo de circulação extrapolada para pensar as diferentes catracas reais e imaginárias instaladas no cotidiano para segregar as pessoas.

³⁵ Trecho do poema de Manoel de Barros chamado “Matéria de poesia” (BARROS, 1990).

Os historiadores de Michel Foucault contam que o texto conhecido como “História da Loucura” o levou a ser acusado de invenção. A psiquiatria da década de 1960 rejeitou aquele texto como real, e de algum modo não era, pois Foucault afirmou anos depois praticar uma espécie de ficção histórica (RODRIGUES, 2009a).

De certa maneira, sei muito bem que o que digo não é verdade (...). Sei muito bem que o que fiz é, de um ponto de vista histórico, parcial, exagerado (...). Tento provocar uma interferência entre nossa realidade e o que sabemos de nossa história passada. Se sou bem-sucedido, essa interferência produzirá efeitos reais sobre nossa história presente (FOUCAULT, 1994 apud RODRIGUES, 2009b, p. 24).

Foucault (2013), ao analisar os movimentos de configuração da psiquiatria na sociedade ocidental a partir dos séculos XVII e XVIII deslindou toda uma política manicomial exercida pela função social do saber psiquiátrico desde meados do século XIX, que culminou na sua consolidação como guardião da “verdade” sobre a loucura. Assim, os escritos presentes na “História da Loucura” são ficções que mostram como a psiquiatria tornou-se um saber científico objetivando nessa trama a loucura como doença mental. Logo, quem esperou encontrar nas suas páginas uma etiologia da doença mental ratificando o conhecimento psiquiátrico por meio de uma linha evolutiva encontrou “a partir de uma realidade política que a torna verdadeira” (FOUCAULT, p.236, 1994 apud RODRIGUES, p.233, 2009a) uma história ficcionada.

De acordo com Castelo Branco (2015), as análises históricas de Foucault acerca de diversos campos menores, dentre eles a loucura, apresentou como “são exercidas modalidades de poder de tamanho macrossocial em consonância e adequadas aos poderes micropolíticos” (CASTELO BRANCO, 2015, p. 91). Assim,

(...) o enclausuramento e a internação, a partir de História da loucura, são fenômenos de amplo alcance social e político, que devem estar no cerne das análises sobre as técnicas de poder e de controle social iniciados no final do século XVIII (CASTELO BRANCO, 2015, p. 94)

A “História da Loucura”, ficção ou não, contribuiu com as movimentações antimanicomiais na medida que abriu todo um campo de problematização em torno da naturalidade com que a loucura era exposta na sua desqualificação como doença. Os sonhos de uma sociedade na qual a diferença não fosse soterrada pelos discursos homogêneos de uma pretensa igualdade revestida de uma arte de governar produtora de exclusão e miséria foram alimentados pela

possibilidade de questionar as práticas que tornaram a loucura algo perigoso e excluído da sociedade.

No Brasil, essas idéias aportaram cerca de 30 anos atrás mobilizando todo contexto político e social de um país que sonhava com o fim da tortura e a liberdade dos seus presos políticos por uma ditadura civil-militar que assolou o país por 21 anos (1964-1985). Esses sonhos fortalecidos um no outro deram alguns resultados. No contexto da Reforma Psiquiátrica houve o reconhecimento de uma Política de liberação dos sujeitos loucos enclausurados nos manicômios com a criação de serviços abertos na comunidade. Assim, o Hospital Psiquiátrico tornou-se o modelo que deveria ser ultrapassado por novas práticas baseadas no sonho de uma “sociedade sem manicômios”, que segue contínuo e intermitente buscando alterar a lógica de exclusão dominante na relação com a diferença.

Porém, análises atuais das relações de poder-saber apontam uma estratégia no campo da loucura que prossegue enclausurando esses corpos mesmo com a determinação prescrita do fechamento dos hospitais psiquiátricos. As transformações em curso desde o final do século XX no diagrama de forças de uma sociedade disciplinar permite avaliar a expansão das comunidades terapêuticas e clínicas particulares; as reformas de estruturas arcaicas com a justificativa de humanização; e os serviços substitutivos com funcionamento manicomial, não como retrocessos de um sonho, mas como novos mecanismos de uma relação de poder que aos poucos avança sobre as práticas sociais e políticas da Reforma Psiquiátrica.

Foucault (2010b) cunhou o termo sociedade de segurança, logo depois, Deleuze (2013b) denominou como sociedade de controle esse novo regime, na qual, fazem parte o desenvolvimento de novas tecnologias, o crescimento da informática, as mutações do capitalismo industrial em tecnológico ou criativo, a globalização, os direitos humanos e a democracia (DELEUZE, 2013b). A forma de confinamento clássica das sociedades disciplinares (prisão, escola, hospício) será substituída pela segurança plena dos sujeitos exercida a céu aberto. As legislações tornam-se insuficientes abrindo espaço para medidas extralegais que não tomam caráter de arbitrarias porque são apresentadas como necessárias a proteção da sociedade. Nesse discurso da segurança plena o Estado resguarda o direito de

intervenção em todos os espaços da vida cotidiana para garantir o controle total de possíveis riscos (FOUCAULT, 2010b).

A norma substituída por modulações da normalidade (PASSETI, 2013) permitiu a abertura das grandes estruturas de confinamento as idéias reformistas, pois, uma sociedade democrática dará aos seus cidadãos a ilusão do acesso justo e igualitário a todos (DELEUZE, 2013a). Dessa forma, aos poucos, os manicômios abrem-se para a lógica dos direitos humanos, como aponta Passeti (2009) “os loucos passam a ter direito a serem loucos; a loucura deixa o asilo e se multiplica em postos de atendimento, ainda que permaneça sendo uma doença a ser medicada” (PASSETI, 2009, p. 160). Nesse sentido, a existência da loucura alcançou direitos civis baseado na lógica protetiva dos direitos humanos. Porém, continua a mercê dos discursos que determinam atenção especial aqueles que *podem* surgir como “perigo” a sociedade. Afinal, na lógica de controle não se “pretende somente a transparência panoptica para localizar os corpos que desacatam e deles se precaver, como na sociedade disciplinar; ela pretende governar o invisível” (PASSETI, 2009, p.158). Desse modo, o discurso da segurança plena efetuado no intuito de garantir que os cidadãos estejam assegurados criminaliza qualquer delito, ação ou sujeito que infrinja as regras mínimas dessa segurança por meio do controle contínuo dos comportamentos.

Dessa forma, torna-se importante desnaturalizar o conjunto de práticas produtoras dessa subjetividade contemporânea relacionada a abstração desse Sujeito de direitos, e atentar-se para a produção histórica desse conceito correspondente a certa lógica de regulamentação da vida em curso nos últimos anos (COIMBRA; NASCIMENTO, 2009). Seguimos com Deleuze (2013b) na afirmação de que “os direitos do homem³⁶ não nos obrigarão a abençoar as “alegrias” do capitalismo liberal do qual eles participam ativamente” (DELEUZE, 2013b, p. 217), voltando a atenção para os modos de subjetivação produzidos nessa ideia de democracia liberal burguesa, visto que, a biopolítica modulada pelo controle desenvolve existências cada vez mais penetradas pelo capital (PELBÁRT, 2011).

³⁶ Os direitos dos homens ou direitos humanos consiste numa gama de “direitos” concedidos aos indivíduos, principalmente ao final da Segunda Guerra Mundial com a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, contudo avaliamos que há uma certa produção de indivíduo para ser inserido nesses direitos. Nesse sentido, propomos uma desnaturalização dessa noção de direitos humanos, colocando em análise os processos históricos e sociais que configuraram essa ascensão de direitos (COIMBRA et al, 2009).

Foucault (2010b) afirmou a importância de “designar, no que se passa atualmente, o que há de específico, remeter-se a essa especificidade e lutar contra ela, tentando analisá-la e achar as palavras e descrições que lhe convém” (FOUCAULT, 2010b, p. 174). Assim, questionamos os modos de subjetivação em curso nesse período: Quais relações produzidas com a existência da loucura numa sociedade de controle?

As funções exercidas pela tutela na constituição de uma subjetividade docilizada, infantilizada e submissa não compõem os modos atuais de subjetivação, mas, são reintroduzidas pela sustentação de uma “racionalidade carcerária, explicativa e, muitas vezes, despótica” (MACHADO; LAVRADOR, 2001, p. 46) que obstruem as potências de agir ao evocarem desejos nascidos da tristeza.³⁷ Nesse sentido, não se trata de um retorno às práticas de tutela como produção de uma subjetividade aprisionada ao esvaziamento de sua potência, pois, a autonomia modulada pelo controle constitui relações na qual os sujeitos loucos são convocados a tomarem parte dessa sociedade, mas são excluídos, visto que, “a sociedade de controle inclui e articula o discurso da exclusão (...) gerando fusões uniformizadoras que contornam as diferenças” (PASSETI, 2009, p. 161).

As lembranças narradas dão a ver essas relações ao apresentarem fatos ocorridos com três personagens tomados como referências quando se trata de proclamar a autonomia. Na primeira lembrança, os dois são referenciados nos discursos que dizem respeito a vida após a saída dos manicômios. Já a segunda lembrança mostra a referência quando se fala da participação dos usuários nos espaços do Movimento da Luta Antimanicomial. Porém, de maneiras distintas foram desqualificados, tanto na expulsão de um espaço público, quanto na dificuldade de expor uma opinião no espaço social e político do Movimento da Luta Antimanicomial.

Essas histórias apontam a função de exaltar uma forma de autonomia com a imposição de parâmetros de ação, que subjagam os diferentes modos de vida. Bem como algumas questões ouvidas no decorrer da pesquisa de diferentes formas e em distintos espaços vinculados a Reforma Psiquiátrica, que quase sempre seguiam essas perspectivas: “Quais os limites da

³⁷ Os desejos nascidos da tristeza referem-se ao desejo de apropriar-se do outro e do desejo do outro (CHAUÍ, 2005, p. 66), anulando quaisquer resquícios de singularidade, diminuindo a intensidade do conatus, e produzindo servidão que “é deixar-se habitar pela exterioridade, deixar-se governar por ela, e mais do que isso, Espinosa a define literalmente como alienação” (CHAUÍ, 2005, p. 62).

autonomia para esses sujeitos? Como dar a autonomia para esses sujeitos? Esses questionamentos compõe esse movimento de exaltação da ascensão de “sujeitos autônomos” mas, numa noção *prêt-à-porter* de autonomia produzem relações despóticas e hierarquizantes pelo assujeitamento dessas subjetividades.³⁸

Quando noções como limite ou dar autonomia são evocadas, as discussões mantem-se ao nível da moral ao implicarem relações com algo de superior como um limite transcendente, ou a ideia de concessão por alguém. Torna-se importante desnaturalizar os discursos que tendem a reproduzir relações messiânicas com a experiência da loucura, visto que, “a autonomia não é uma condição que, uma vez conquistada, nos leve ao estado de equilíbrio e bem-estar permanente” (AGUIAR; ROCHA, 1997, p. 100).

A autonomia habilitada para essa sociedade sem colocar em causa a produção dessas subjetividades provoca-nos a pensar na atribuição de direitos como uma forma de controle da existência da loucura. Nesse sentido, como continuar sonhando uma relação com a loucura que não seja carcerária e despótica? Como falar da produção de autonomia sem reintroduzir a noção de direito a biopolítica³⁹?

A partir do entendimento da autonomia como liberdade discutimos um modo de resistir a essa lógica cada vez mais individualizante. A liberdade, no sentido spinozista, não está relacionada ao livre-arbítrio ou a vontade, mas, baseia-se na conquista da potência de agir que busca consolidar-se como causa adequada de si (CHAUÍ, 2005). Essa conquista ocorre de modo coletivo pela produção de um conhecimento coletivo, complexo e relacional por meio das composições com outros corpos (BOVE, 2010).

Negri e Hardt (2005) afirmam que a questão “não é juntar indivíduos isolados, mas construir de maneira cooperativa formas e instrumentos comunitários e conduzir ao reconhecimento (ontológico) do comum⁴⁰” (NEGRI; HARDT, 2005, p. 46). Nesse sentido, o sujeito spinozista é complexo, pois corresponde aos aspectos singulares de uma potência de existir junto aos

³⁸ O assujeitamento das subjetividades corresponde a um modo de subjetivação que produz sujeitos submissos e obedientes a dominação, com isso, as resistências se perdem em meio as enunciações de individualizações e culpabilizações reguladas por um exercício de poder que incide sobre todos os espaços das vidas dos sujeitos (COIMBRA et al, 2009).

³⁹ Segundo Passeti (2009) há uma convocação atual para a participação, mas reduzida a uma inserção nessa relação de poder sobre a vida, daí o nome “participação nas biopolíticas”.

⁴⁰ Ontológico diz respeito ao ser, uma teoria da constituição do ser. O comum refere-se a uma dimensão ao mesmo tempo ontológica e política relacionada a produção dos sujeitos, de modo que, o sujeito spinozano composto por singularidades como parte de um todo constitui uma totalidade ativa (BOVE, 2010).

aspectos partilhado de modo comum com outras potências. Desse modo, a ética correlata a ontologia leva-nos a pensar nessa potência comum como constituição de uma resistência ativa (BOVE, 2010). Segundo Bove (2010) Spinoza emprega o termo *repellere*, ao contrário dos trabalhos de sua época que utilizavam *resistere*, dando abertura para pensar a resistência produzida pela consolidação de uma potência de agir, já que *repellere* evoca resistir, impelir, repelir, pois, a potência de agir ao mesmo tempo que se efetua “se afirma e se opõe dinamicamente a tudo que lhe faz obstáculo (BOVE, 2010, p. 114).

Desse modo, a partir do momento que relações de poder e saber resultaram na ascensão da existência da loucura como sujeita de direito afirmamos a passagem para a constituição de outros modos de subjetivação capazes de resistir a essa modelagem. Segundo Negri e Hardt (2005) “resiste-se somente quando se tem a capacidade de construir-se como sujeito, e é somente assim que se pode falar em estratégias constituintes” (NEGRI; HARDT, 2005, p.183). Nesse sentido, o louco desconsiderado sujeito pelo modo de subjetivação que operava na tecnologia do anormal quando alçado ao lugar de produção de subjetividade, ainda que imerso na lógica dos direitos, poderá produzir resistência a essa relação de poder. Se torná-lo sujeito de direitos constituiu o caminho para a reinvenção dos processos de subjetivação afirmaremos a fina linha entre captura e resistência, onde a vida como lugar de incidência do poder também emerge como espaço de resistência ao fazer variar suas formas (DELEUZE, 2013a).

Sabemos que a autonomia não poderá corresponder a *expressão* dos modos de subjetivação produzidos no Movimento da Luta Antimanicomial pelas distintas visibilidades desse conceito equivocado. Mas, escolhemos uma linha, vinculada a conquista da potência de agir, e acompanhamos o seu traçado nos espaços sociais do Movimento da Luta Antimanicomial, percebendo os efeitos produzidos nesse percurso. A autonomia como produção de novos modos de vida não será tomada como objeto, uma vez que, a “pesquisa cartográfica consiste no acompanhamento de processos, e não na representação de objetos” (BARROS; KASTRUP, 2015, p. 53), mas como agenciamento⁴¹ que “remete ao modo concreto de

⁴¹ O conceito de agenciamento criado por Deleuze e Guattari diz respeito a produção, afirma a natureza como uma fábrica produtora de real (DELEUZE; PARNET, 1998). Desse modo, “todo agenciamento incide sobre uma dupla dimensão: 1) uma dimensão relativa às modificações corporais (ações e paixões) ou estados de coisas que efetuem um acontecimento, remetendo-os a uma formação de potências; 2) uma outra dimensão relativa às transformações incorporais ou enunciados de linguagem (atos) que efetuem o acontecimento na sua face incorporal e que remetem a um regime coletivo de enunciação. Estas duas dimensões são necessariamente atravessadas por um duplo processo e um duplo movimento: processo de descodificação das formas (forma

produção de realidade em qualquer dimensão, material e imaterial, e não a uma verdade que representaria o real” (FUGANTI, 2010).

própria do regime corpóreo e da forma própria do regime de signos ou da linguagem); e um movimento de desterritorialização ou de dessubstancialização das substâncias (das substâncias corporais ou coisas – estados do movimento – e das substâncias incorpóreas ou palavras – estados do sentido ou do tempo). (...). As duas dimensões estão em pressuposição recíprocas e se atravessam e se conjugam, apesar de suas formas próprias heterogêneas manterem-se irreduzíveis e autônomas” (FUGANTI, 2010).

4- Sobre o Método

Pesquisar é produzir dupla-captura. Núpcias entre dois reinos⁴². Pesquisadora e *pesquisados*, companheiros de militância, personagens de ficções e parceiros da aposta cotidiana por uma vida antimanicomial. A dupla-captura descrita em vários momentos da Filosofia da Diferença, consiste no movimento constante, principalmente em relação ao devir, que não é a efetuação em um estado, pois passa entre termos, “não há um termo de onde se parte, nem um ao qual se chega ou se deve chegar” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 10). Dessa forma, não há máquinas binárias do tipo “questão-resposta” pois o que se passa na pesquisa não é troca ou assimilação de dados, mas um agenciamento entre os termos da pesquisa, pois “ainda que houvesse uma troca, uma mistura, mas [sic] alguma coisa que está entre os dois, fora dos dois, e que corre em outra direção” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 15).

A relação de dupla-captura coaduna-se com o pressuposto da Análise Institucional francesa de uma pesquisa que também produza intervenção na realidade na qual está inserida, com a discussão da inseparabilidade entre conhecer e fazer, tendo em vista, a modificação produzida no campo social pelas análises de pesquisa. Portanto, afirmar uma pesquisa-intervenção é produzir ruptura com o paradigma da neutralidade e objetividade que promove a separação entre o pesquisador e o campo de pesquisa, e assumir que toda investigação constitui um ato político ao produzir interferências no plano social (AGUIAR; ROCHA, 2003).

Os caminhos metodológicos dessa pesquisa assentaram-se na entrevista como experiência de escuta “no sentido de abertura para ser afetado pelo que se produz no encontro” (ARAGON, 2007, p. 33) e como experiência do dizer que permitiu aos nossos parceiros construir narrativas acerca de suas vidas ocupando o lugar de autores das suas histórias, rompendo com certa discursividade que os restitui o lugar de objeto da intervenção de outros.⁴³ Dessas experiências emergiu um plano comum a partir de uma imbricação dos encontros com João das Dores e Dandara, como afirma Aragon (2007)

⁴² Ao longo de toda discussão filosófica Deleuze e Guattari fazem alianças com outros conhecimentos como a biologia, a música, a arquitetura. Essa relação de dupla-captura é exemplificada com a relação orquídea-vespa, por isso reinos, um reino animal e outro vegetal que entram em uma relação singular de algo que estaria entre os dois (DELEUZE; GUATTARI, 2012b).

⁴³ Segundo Thomson (2000) o ato de contar histórias permite aos sujeitos assumirem o lugar de narradores de suas vidas.

Um mundo-próprio se forma a partir do encontro. Não como uma mistura de individualidades ou como uma unidade de conjunto, mas como o surgimento de uma partitura inédita que ultrapassa o constituído num movimento paradoxal de virtualização e atualização (ARAGON, 2007, p. 56).

As *análises* atentaram-se para os enunciados agenciados nessa máquina de pesquisar, que não remetem jamais a um sujeito autor da fala (DELEUZE; GUATTARI, 2014), mas as questões-problemas que deram passagem ao modo concreto de produção da realidade e não verdades já prontas, pois o enunciado “é o produto de um agenciamento sempre coletivo, que põe em jogo, em nós e fora de nós, populações, multiplicidades, territórios, devires, afetos e acontecimentos (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 65). Desses enunciados produzimos fragmentos como pedaços de discussões que não remetem a uma forma original, pois “existe entre eles um vazio, um espaço vago que possibilita fabulações” (SANTOS, 2014, p. 16), e quando se tocam, em possíveis encontros, formam laços, dissolvem rastros, recompõem-se, de modo que, produzem um trajeto de ideias,⁴⁴ que inspiraram a produção das ficções, e foram por essas inspiradas.

Afirmamos o pesquisar como produção de conhecimento coletivo entre as pessoas envolvidas, comportando não apenas dados teóricos ou empíricos, mas, um problema político ao dobrar-se sobre as transformações produzidas nas existências dos sujeitos (PASSOS; BARROS, 2015). Desse modo, uma prática de pesquisa implicada com o mundo que a rodeia compôs com a ficção arranjos éticos de uma possibilidade de novos modos de subjetivação. Consoante a Certeau (2011) afirmamos que a convenção criada na modernidade que separa a ciência/científico da realidade na tentativa de um conhecimento neutro não passa também de uma ficção.

⁴⁴ No prólogo de *Crítica e Clínica* Deleuze (1997) apresenta os problemas que compõe aquela escritura relacionada ao “escrever”, e afirma que os “problemas traçam um conjunto de caminhos. Os textos aqui [sic] apresentados, e os autores considerados, são tais caminhos. Uns são curtos, outros mais longos, mas eles se cruzam, tornam a passar pelos mesmos lugares, aproximam-se ou se separam, cada qual oferece uma vista sobre os outros (...) Toda obra é uma viagem, um trajeto, mas que só percorre tal ou qual caminho exterior em virtude dos caminhos e trajetórias interiores que a compõem, que constituem sua paisagem ou seu concerto” (DELEUZE, 1997, p. 10).

4.1- Cartografia dos Afetos

Segundo Deleuze e Guattari (2012a) todo o indivíduo e toda sociedade são atravessados por diferentes linhas ao mesmo tempo de modo molar e de modo molecular⁴⁵. No plano macropolítico⁴⁶ são produzidos como sujeitos em uma sociedade que atua por totalizações, hierarquizações e segmentaridade a partir das referências ao modo padrão que no ocidente é o homem, branco, racional e consumista (DELEUZE; GUATTARI, 2012b). A primeira linha responsável pelas binarizações que forjam nesse plano social determinações como adulto x criança, homem x mulher, louco x racional; a segunda linha surge como uma flexibilidade a esse padrão produzindo pequenas modificações com passagem a desvios para além das durezas da primeira linha (DELEUZE; PARNET, 1998). E a terceira linha “é simples e abstrata” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 147), nomeada como linha de fuga produz furos nas durezas oriundas das primeiras linhas fazendo vazar resistências a essas organizações totalizantes.

Segundo Rolnik (2011) “toda e qualquer formação do desejo⁴⁷ no campo social se dá através do exercício ativo dessas três linhas- sempre emaranhadas, sempre imanentes umas às outras” (ROLNIK, 2011, p. 52). A cartografia constitui o ato de desemaranhar essas linhas captando suas bifurcações abertas pelo/ao tempo forjando paisagens delineadas no campo social como modos de existências produzidos no movimento incessante das linhas, pois “nesse percurso nada mais é fixo; nada mais é origem, nada mais é centro, nada mais é periferia, nada mais é, definitivamente, coisa alguma” (ROLNIK, 2011, p. 61). Dessa forma, os movimentos percorridos e produzidos pela cartografia são constitutivos de uma micropolítica, que não diz respeito a “(...) uma diferença de tamanho, escala ou dimensão” (ROLNIK, 2011, p. 59), mas, a composição ao mesmo tempo que seus processos (ROLNIK, 2011).

⁴⁵ Segundo Guattari e Rolnik (2000) a diferença entre esses níveis não é opositiva. O molar corresponde aos estratos produzidos na segmentariedade dura (família, profissão, trabalho), já o molecular diz respeito aos fluxos, intensidades, devires, ainda não formalizados ou sobrecodificados pelas linhas duras. Porém, esses dois níveis não se contradizem, pois, coexistem nos movimentos produzidos ao longo dos processos de produção nas máquinas sociais. Segundo Rolnik (2011) “eles correspondem a duas formas de individuação, duas espécies de multiplicidade, duas espécies de evolução – em suma, duas políticas (ROLNIK, 2011, p. 59).

⁴⁶ O plano macropolítico constitui a política que dá visibilidade a subjetividade como um produto, refere-se ao mapa cristalizado dos territórios produzidos nas formações históricas. É “a segmentação operada por essa linha dura vai recortando sujeitos, definidos por oposições binárias do tipo homem/mulher, burguês/proletário, jovem/velho, branco/negro, etc; (ROLNIK, 2011, p. 60)

⁴⁷ A concepção de desejo diz respeito ao movimento constante de produção de realidades, não é falta ou vinculado a ideia de sentimento, ou posse, o desejo é o que produz, cria, inventa os processos de subjetividade. O desejo é criador de conexões (DELEUZE, GUATTARI, 2010a).

A partir de uma prática cartográfica adotamos a entrevista como ferramenta para acompanhar o movimento das três linhas na confecção de planos de realidade. A entrevista como procedimento cartográfico constitui um manejo ético que visa intervir “para fazer com que os dizeres possam emergir encarnados, carregados da intensidade dos conteúdos, dos eventos, dos afetos ali circulantes. A fala deve portar os afetos próprios à experiência” (TEDESCO et al, 2013, p. 304). Dessa forma, a entrevista visa a experiência nos dois planos: a experiência de vida e a experiência ontológica. Segundo Eirado et al (2010) a primeira constitui “os processos motivacionais, as emoções, tanto quanto a dimensão experiencial dos processos cognitivos que advêm da reflexão sobre as vivências do sujeito” (EIRADO et al, 2010, p. 84). Já a segunda, a partir da noção de “enação⁴⁸” propõe pensar a coemergência dos sujeitos e do mundo, nesse sentido “a enação põe em cena a gênese, o processo pelo qual sujeito e mundo se produzem mutuamente” (EIRADO et al, 2010, p. 88), no plano cartográfico essas experiências são consideradas inseparáveis (TEDESCO et al, 2013).

Nessa pesquisa a tarefa do cartógrafo de dar passagem aos afetos que surgem nas paisagens psicossociais utilizando tudo que lhe servir como matéria de expressão (ROLNIK, 2011) foi acompanhada por uma linguagem ficcional a partir da noção de ficção como potência de desestabilização do saber-poder (FOUCAULT, 1994 apud RODRIGUES, 2009b).

Falar em ficção como um conceito que pode interpelar a ciência, não significa um apelo ao belo ou ao sensível, em oposição ao mundo duro e violento. Se a ciência pode incluir uma dimensão narrativa, autoral, não é com a condição de abrir mão de seus efeitos de poder, mas porque é assumindo o poder como inerente à prática histórico-científica, pode vir a pensar o seu exercício com rigor ético (SILVA, 2014, p. 582).

A proposta de analisar a produção de autonomia de dois usuários dos serviços substitutivos da saúde mental *a partir da* participação no Movimento da Luta Antimanicomial foi efetuada com a partilha das suas histórias de vidas guiada pelos temas: 1-as experiências no processo de adoecimento/internação; 2- a chegada nos serviços substitutivos de saúde mental; 3- a participação nos espaços sociais e políticos do Movimento da Luta Antimanicomial; 4- e seus

⁴⁸ A enação consiste no termo criado pelos biólogos chilenos Maturana e Varela, e afirma o movimento no qual as coisas a medida que são produzidas também se autoproduzem. Os autores discutem um conhecimento que se produz em coemergência entre sujeitos e mundos, assim, o conhecimento não está “lá fora” esperando para ser apreendido, mas depende dos sujeitos que se envolvem nesse processo (EIRADO et al, 2010).

desdobramentos para outros lugares. As entrevistas funcionaram como máquina de contar histórias, desse modo, os temas se aproximavam da noção de enredo⁴⁹, e não de uma relação pergunta x resposta. Segundo Sousa (2012) “a boa questão abre, portanto, um horizonte de histórias, reflexões, hipóteses, permitindo a quem responde aproximar-se um pouco mais de sua experiência” (SOUSA, 2012, p. 87). Nesse sentido, as conversas foram gravadas, e os áudios continuamente retomados, tanto no processo de transcrição, quanto em momentos que buscávamos retomar experiências surgidas naquele ambiente de contação de histórias.

Assim, nossa atenção mobilizada pelas experiências narradas e aquelas produzidas no ato da fala percebeu o surgimento no início da conversa de uma certa relação representacional na qual nossos personagens se colocavam a narrar suas histórias de vida de forma fidedigna numa espécie de linha reta desvinculada de suas produções. Algo que contrariou o modo como dispomos nossos *questionamentos* na perspectiva da ampliação de um espaço de conversa na qual os afetos pudessem comparecer. Afinal, o objetivo não era responder as questões, mas sair delas (DELEUZE; PARNET, 1998). Desse modo, mantivemos a atenção nas reentrâncias das histórias, pois, nosso interesse voltado a composição de uma pesquisa processual entende que “pesquisar com a cartografia é encontrar-se com reentrâncias fugidias de dimensões mínimas que abrem problemáticas ilimitadas, sem espaço para binarismos advindos da partição abstrata do mundo em categorias estanques” (COSTA et al, 2012, p.47).

⁴⁹ O enredo refere-se a trama na qual se desenvolvem as ações e os cenários das histórias narradas. Assim, as questões propostas no roteiro buscavam ampliar o relato para além de meros fatos respondidos, mas uma composição com um desenvolvimento de ações, cenários, envolvendo os participantes em um ambiente narrativo.

4.2- A dimensão ficcional da entrevista

Por que o mundo que nos diz algum respeito- não poderia ser uma ficção?

(Nietzsche, Além do Bem e do Mal, aforismo 34)

A partir das proposições de alguns autores referente a ficção abordamos uma dimensão ficcional da entrevista na produção de uma pesquisa atenta aos processos desencadeadores de novos modos de subjetivação. Constituímos uma zona de vizinhança entre as práticas literárias e os procedimentos metodológicos de um conhecimento aberto a inventividade. As entrevistas foram forjadas como possibilidade de invenção de outros modos de existências pelos seus próprios personagens.

As conversas com João das Dores e Dandara deixaram espaços a serem preenchidos pelos aspectos ficcionais produzidos no ato de contarem suas histórias, muito mais reveladores do que uma pretensa adequação do que seriam “de verdade”. João das Dores e Dandara são *marcados* socialmente por vários signos (loucos, usuários da saúde mental, incapazes, entre outros), contudo, buscamos atentar-se para a força criativa presente nos processos de subjetivação ampliado pelo imaginário produzido sobre si mesmo. Na contramão de um suposto enquadramento a realidade tal como se apresenta já constituída afirmamos o plano genético na qual a cartografia participa ativamente da produção de realidades ao mesmo tempo que produz conhecimento (PASSOS; EIRADO, 2015).

Desde seus primeiros movimentos a pesquisa voltou-se para o que os usuários teriam a dizer. A escolha de João das Dores e Dandara deu-se a partir da proposta de analisar a autonomia por meio da participação política, com isso, buscamos pessoas com vínculo consolidado no Movimento da Luta Antimanicomial, e também outros espaços sociais, à princípio como um desdobramento desse modo de vida criado a partir da inserção nos espaços de militância. Então, sabendo do engajamento de João das Dores e Dandara por ouvi-los e vê-los constantemente próximos as discussões antimanicomiais fizemos o convite para escutar as suas histórias de vida e conversar sobre autonomia. Nesse momento, tornaram-se os personagens de uma pesquisa que criou um universo ficcional para compor com essas

histórias outras versões possíveis de uma realidade antimanicomial. O poema de Fernando Pessoa intitulado Tabacaria⁵⁰ inspirou-nos a criar um personagem que tem nele todas as dores do mundo. Mas porque elas são dores, são também sonhos, e porque são sonhos ele pode lutar. Durante a conversa, sentimos com João todas as suas dores e por isso, não podíamos deixá-lo como um “João-qualquer”. Ele era o João das Dores. Dores que viraram matéria para as suas lutas. Assim, como o encontro com histórias tão próximas, ainda que distantes no tempo, remeteu-nos a Dandara dos Palmares e sua resistência contra a escravidão, imaginar o quanto essas histórias se aproximavam e o quanto se afastavam mostrou a vida de uma Dandara atualizada ao século XXI. Dessa forma, interseccionamos o caráter processual da cartografia como criadora de mundos com a construção imaginária das pessoas acerca das suas vidas.

Levy (2011) afirma que o espaço literário constitui um espaço imaginário onde tudo é imagem, não no sentido tradicional do termo que tem a imagem como continuação do real e posterior ao objeto: primeiro o objeto depois sua imagem. Mas, a partir da leitura blanchotiana⁵¹ a autora pensa na relação imagem – objeto como algo contemporâneo, ou seja, constituem duas faces de uma mesma moeda, a imagem apresenta-se como outra versão, outra possibilidade do objeto. Nesse sentido, “o mundo criado pela literatura -mundo este imaginário- não se constitui como um não mundo, mas como o *outro de todo o mundo*” (LEVY, 2011, p. 28), pois, o universo ficcional não opõe o real ao imaginário, verdadeiro ao falso, mas, refere-se à invenção de existências imanentes a si mesmas.

Rancière (2009) rompeu com essas dicotomias ao discorrer sobre a revolução estética realizada na segunda metade da modernidade, a partir de meados do século XX, que revogou a linha que separava realidade e imaginário, até então mantidas em pólos opostos pela distinção entre a razão dos fatos e a razão das ficções. Assim, as fronteiras entre fatos históricos e científicos alicerçados sobre a racionalidade empírica em oposição a racionalidade das ficções tornou-se indefinida, com isso, as narrativas dos fatos que

⁵⁰ O famoso poema de Fernando Pessoa “Tabacaria” diz na primeira estrofe “Não sou nada. Nunca serei nada. Não posso querer ser nada. À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo.”

<http://www.revistabula.com/522-os-10-melhores-poemas-de-fernando-pessoa-2/>

⁵¹ Maurice Blanchot escritor e crítico de literatura francês criou o conceito de fora “para pensar essa nova relação entre literatura e real (...)” (LEVY, 2011, p. 11). Blanchot acompanha a ruptura de paradigmas introduzidas na Literatura a partir do século XX, e então, Foucault e Deleuze expandem o conceito de fora para outros campos além da literatura (LEVY, 2011).

sucederam sofrerão alterações compondo novas visibilidades sobre o que *poderia suceder* (RANCIÈRE, 2009).

O filósofo exemplifica com a análise do filme “O túmulo de Alexandre” na qual os autores ficcionaram a história da Rússia pós-comunismo por meio da narrativa sobre o cineasta Alexandre Medvedkine, uma figura “real” com histórias reais sobre a União das Repúblicas Soviéticas Socialistas (URSS) embaralhadas por diferentes combinações: arquivos, documentários e ficção, propondo ao público outras *possibilidades de pensar essa história*. Desse modo, a ficção “articula o realismo que nos mostra os rastros poéticos inscritos na realidade mesma e o artificialismo que monta máquinas de compreensão complexas” (RANCIÈRE, 2009, p. 57).

O escritor argentino Juan Saer também teceu críticas sobre essa distinção entre ficção e realidade difundida nas ciências sociais. E livrando-se dessas questões formulou uma perspectiva denominada “antropologia especulativa” ao afirmar que o ficcional compõe as dimensões antropológica da sociedade (COSTA, 2014). Saer (2009) rompeu com as distinções entre real e ficção, dando lugar a análises complexas por meio da visibilidade desses pretensos discursos acerca da verdade.

Podemos, portanto, afirmar que a verdade não é necessariamente o contrário da ficção, e que quando optamos pela prática da ficção não o fazemos com o propósito obscuro de tergiversar a verdade. Quanto à dependência hierárquica entre verdade e ficção, segundo a qual a primeira possuiria uma positividade maior que a segunda, é desde já, no plano que nos interessa, uma mera fantasia moral (SAER, 2009, p.2).

Na fabricação de mundos sensíveis expandimos as fronteiras entre ciência e arte, pois nossas “questões” não se detinham aos fatos ocorridos na vida de João das Dores e Dandara numa “lógica de repetição que nos fazem ouvir o que sempre ouvimos” (SOUSA, 2012, p. 87), mas o preenchimento entre os fatos⁵² por afetos e sensibilidades numa função-fabuladora⁵³, que

⁵² Consideramos os fatos como algo já ocorrido nas experiências de João das Dores e Dandara, por exemplo, a frequência de João das Dores e Dandara nos CAPS’s, a participação no Movimento da Luta Antimanicomial, as situações cotidianas de suas vidas.

⁵³ Deleuze (1997) discute a função-fabuladora como uma emoção que permite a indiscernibilidade entre ficção e realidade, visto que, ao contar uma história há a abertura para se pensar, imaginar, criar as situações vividas, há todo uma possibilidade de transformação que aos poucos vão dando forma aos conteúdos narrados. Ao contar uma história, os fatos não podem ser representados tal qual foram vividos, pois há uma abertura a inventividade, a constante produção, que tem com esse real uma relação de duplo, não de erro, ou falso, pois a ficção amplia as possibilidades dessa multiplicidade de histórias.

não tem relação com histórias inverossímeis, que “faltem com a verdade”, antes, porém, fabular é da ordem do delírio. E o delírio não será tomado como algo patológico referido aos transtornos mentais conforme figuram nos manuais classificadores (DSM ou CID) ou como uma fuga da realidade (SILVA, 2014), mas enquanto uma realidade que se desdobra em outras versões na qual esses sujeitos passam de objeto passivo de intervenção para criadores de suas potencialidades.

O percurso metodológico da pesquisa faz aliança com a definição de Certeau (2011) de uma “nova espécie de ficção” como um artifício que “não se julga pelo real que, supostamente, lhe faz falta, mas pelo que ela permite fazer e transformar” (CERTEAU, 2011, p.47). E desamarrada das distinções que lhe conferem padrão subalterno ao real pelos rigores positivistas da ciência produz um discurso que dá forma ao real “sem qualquer pretensão de representá-lo ou ser credenciado por ele” (CERTEAU, 2011, p.48).

A partir dessas configurações optamos por uma análise dos “dados” que não colocassem a perder essa dimensão ficcional. Assim, por meio da noção de trama exposta por Veyne⁵⁴ (2014) encontramos ferramentas para discutir uma forma de olhar o conteúdo das entrevistas como efeitos éticos da escolha metodológica feita na pesquisa. Segundo Veyne (2014) a história não se constitui de fatos isolados e totalizantes, nem um “geométral” de opiniões na qual todas possuem sua verdade parcial, mas de tramas, “uma mistura muito humana e muito pouco ‘científica’ de causas materiais, de fins e de acasos” (VEYNE, 2014, p. 42). As tramas correspondem a uma fatia da vida isolada na qual seus itinerários possuem laços objetivos na descrição dos fatos.

Nenhum historiador descreve a totalidade desse campo, pois um caminho deve ser escolhido e não pode passar por toda parte; nenhum desses caminhos é o verdadeiro ou é a História. Enfim, o campo factual não compreenderia lugares que se iria visitar e que se chamariam acontecimentos: um fato não é um ser, mas um cruzamento de itinerários possíveis (VEYNE, 2014, p. 45).

⁵⁴ Veyne (2014) apresenta uma discussão de história distinta da que circula hegemonicamente ao buscar entender os processos históricos como narrativas, dentre tantas outras, sem insistir na ascensão de uma Ciência Histórica. Segundo o autor “a história não é uma ciência e não tem muito a esperar das ciências; ela não explica e não tem método; melhor ainda, a História, da qual muito se tem falado nesses dois últimos séculos, não existe” (p.136). Assim “os historiadores narram fatos reais que têm o homem como ator; a história é um romance real” (p.137). Nesse sentido, tomamos emprestado do autor essa noção para pensar as histórias narradas por nossos personagens, e então, separar uma trama buscando compreendê-la.

Dessa forma, os historiadores narram tramas a partir do itinerário escolhido, pois “o objeto de estudo nunca é a totalidade de todos os fenômenos observáveis, num dado momento ou num lugar determinado, mas somente alguns aspectos escolhidos” (VEYNE, 2014, p. 44). Nossa análise buscou compreender as tramas e então explicá-las. De acordo com Veyne (2014) a explicação significa “mostrar o desenvolvimento da trama” (VEYNE, 2014, p. 82), “elas são o sentido que o historiador dá a narração” (VEYNE, 2014, p. 84), de modo que, lembra a leitura de um romance, pois diz respeito a uma prática semelhante à forma usual de narrar a vida (VEYNE, 2014), visto que, “ na vida cotidiana, se me perguntam “por que você está com raiva? ” Eu não enumerarei as causas, mas, farei uma pequena narração formada de intenções e de acasos” (VEYNE, 2014, p. 84).

4.3 – “No real da vida, as coisas acabam com menos formato, nem acabam. Melhor assim. Pelejar por exato, dá erro contra a gente” (Guimarães Rosa).

João das Dores e Dandara apesar das diferentes vivências entraram no circuito psiquiátrico de forma violenta e brusca. Transformados em usuários dos serviços substitutivos da saúde mental, desdobraram uma participação frequente nos espaços sociais do Movimento da Luta Antimanicomial e também outros espaços sociais e políticos. Conhecemos um pouco suas histórias quando na época da graduação em psicologia nos envolvemos no Movimento da Luta Antimanicomial. E no início do mestrado acompanhamos suas participações no X Encontro Nacional do Movimento da Luta Antimanicomial e o XI Encontro Nacional de Usuários e Familiares do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (Niterói/RJ-2014), aumentando o desejo por ouvi-los no intuito de analisar a produção de autonomia a partir das participações no Movimento da Luta Antimanicomial, com a perspectiva de saber se o MLAM seria capaz de produzir autonomia como modo de subjetivação.

No entanto, no processo de *análise* esse “a partir” perdeu lugar de destaque na problemática da pesquisa. Com uma análise efetuada no desassossego implicada e implicante com os modos de viver narrados (RODRIGUES, 2012), expandimos nossa atenção para uma certa prática de reestabelecer origens para a autonomia agindo em nós.

De tal forma que o aforismo nietzschiano “quem luta com monstros, que se cuide para não se tornar um monstro ao fazê-lo. E se olhas por longo tempo para dentro de um abismo, o abismo também olha para dentro de ti” (NIETZSCHE, 2012, p. 103) mostrou de forma amarga o modo como produzíamos um olhar para as histórias de João das Dores e Dandara voltado a buscar um estado na qual fosse possível classifica-los. O abismo da racionalidade insistia nas tramas que traçassem um caminho: definir se João das Dores e Dandara eram autônomos, concentrando atenção na busca de “resultados” que explicassem esse aspecto. O “monstro da razão moderna” a partir de uma lógica dicotômica apontava uma trajetória que seguia da tutela-participação no MLAM -se tornaram autônomos?

Esse movimento reificava a autonomia como objeto similar a noção moderna, deixando a pesquisa parecida com os fatídicos *trailers* de alguns filmes que nos poucos segundos de exibição mostram todo o enredo. O conceito de Spinoza afirmado como linha de fuga rebatido ao plano molar por olhares treinados a buscar classificações mostrava uma totalização

operando em nós, afinal, do que adiantava falar de potência, se a transformávamos em palavra de ordem?

Quando percebemos esse movimento, buscamos compreender o que se passava. Estaríamos remontando certa discussão que figura atualmente como uma reinserção social desses sujeitos, sem colocar em causa a forma como essa sociedade está organizada? Pensar a autonomia através dessa linha explicativa não é reproduzir uma forma subjetividade? Se prosseguisse nessa lógica, onde estaria a potência desse trabalho?

Segundo Deleuze e Guattari (2012a) cada linha esconde um perigo.

Fugimos diante da fuga, endurecemos nossos segmentos, entregamo-nos à lógica binária, seremos tanto mais duros em tal segmento quanto terão sido duros conosco em tal outro segmento; reterritorializamo-nos em qualquer coisa, não conhecemos segmentaridade senão molar, tanto no nível dos grandes conjuntos aos quais pertencemos, quanto no nível dos pequenos grupos onde nos colocamos e daquilo que se passa conosco no mais íntimo ou mais privado (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 119).

Dessa forma, não basta afirmar uma linha de fuga, pois essa pelo seu caráter belicoso pode ser facilmente rebatida ao plano molar ou produzir destruições dela mesma e das outras linhas, de modo que, a tarefa do cartógrafo é manter atenção no traçado dessas linhas e no perigo que as constituem (ROLNIK, 2011). A autonomia correlata a potência de agir capturada por uma lógica dicotômica serviria a quê? A classificação se João das Dores e Dandara eram autônomos ou não a partir das experiências narradas produziria o quê? Caso a resposta figurasse de forma positiva: colocá-los em uma posição distinta de outros usuários? Caso a resposta surgisse negativa: Lamentaríamos a atual configuração da Reforma Psiquiátrica?

Essas questões deram visibilidade a um manicômio-em nós atuando na pesquisa, pois correspondeu ao que se passa no processo da Reforma Psiquiátrica quando se tende a recuperar uma sociabilidade tida como perdida ou reorganizar uma normalidade reconhecida como correta empreendida pela égide da razão. “Tratar-se-ia de substituir a utopia despótica, que consiste em transformar a loucura em doença mental, numa doce captura do diferente, com o argumento “democrático” de que todos somos cidadãos? ” (LANCETTI, 1991, p. 140).

Foucault (2010b) discorre sobre esse fascismo “que está em todos nós, que persegue nossos espíritos e nossas condutas cotidianas, o fascismo que nos faz amar o poder, desejar essa coisa que nos domina e nos explora” (FOUCAULT, 2010b, p. 105). Esse desejo miúdo que alimentamos, mesmo sem saber, cotidianamente nas relações estabelecidas com os outros. Assim como o fascismo, o manicômio atravessado nas relações produzidas desde o século XIX recai sobre as linhas de fuga rebatendo-as ao plano molar de um confinamento das subjetividades em uma forma previamente organizada.

O pequeno manicômio de estimação que entretemos surgiu reestabelecendo uma moral. No entanto, advertidos a lutar contra o poder e feri-lo onde ele aparece (FOUCAULT, 1982), deslocamos o olhar para fissuras que dessem passagem a outro modo de narrar as histórias de João das Dores e Dandara. Uma vez que, essa ciência que classifica até os órgãos do sabiá⁵⁵ não constitui a nossa aposta na produção de conhecimento. Seguimos com Lavrador (2012) na preocupação com os desejos de manicômios⁵⁶ fazerem-se presentes nas relações com a experiência da loucura quando essas mostram possibilidades de desvio desse mundo repleto de valores transcendentais, e por isso produzem incômodos sendo silenciadas pela via da desqualificação. Nesse sentido, a autora interpela: “Como conseguir rachar ‘as coisas e as palavras’, que se grudaram nos valores transcendentais para deixar advir uma ‘gagueira na própria língua’, como uma linha quebrada que aproveita as bifurcações e cria desvios?” (LAVRADOR, 2012, p.410).

Assim, a dimensão ficcional que intuímos ganharia mais visibilidade no processo de *transmissão dos dados*, levou-nos a buscar “o que é menor, aquilo que agita um estado de coisas, que faz problema, deste modo, ouvidos, narizes, bocas, mãos, se põe a vasculhar um acontecimento” (COSTA et al, 2012, p. 45) não referido ao futuro de utopias, ou o passado de vitórias, mas o presente dessas transformações.

⁵⁵ Trecho do poema de Manoel de Barros presente no Livro sobre o nada (BARROS, 1996).

⁵⁶ “Os desejos de manicômios se expressam através de um desejo em nós de dominar, de subjugar, de classificar, de hierarquizar, de oprimir e de controlar. Esses manicômios se fazem presentes em toda e qualquer forma de expressão que se sustente numa racionalidade carcerária, explicativa e despótica. Apontam para um endurecimento que aprisiona a experiência da loucura ao construir estereótipos para a figura do louco e para se lidar com ele” (MACHADO; LAVRADOR, 2012, p.46).

Nesse sentido, pela fabulação reencontramos experiências⁵⁷ que racharam ao meio a autonomia para percebê-la ali onde ela cresce. Explicitamos esse movimento com a história de Dandara relacionada com a medicação que será amplamente discutida nos fragmentos, visto que, aqui gostaríamos apenas de relatar a reprodução de modelos totalizantes e dicotômicos: durante a conversa esse relato produziu em nós uma sensação de força, tanto que lembramos da estória acerca de Dandara dos Palmares. Porém, no período de *análise* questionamos essa experiência insistindo em definir-lhe um estado. Quando percebemos esse movimento endurecido buscamos as anotações produzidas após a entrevista e ouvimos novamente o áudio, e então retomamos a conexão feita com a resistência quilombola de Dandara dos Palmares. Enxergamos que deixávamos passar movimentos imperceptíveis por um olhar colonizador de afetos.

Dessa forma, o que pediu passagem foi o ínfimo deslocamento de novos modos de vida, na qual “o novo não comparece como inovação, mas, como intempestivo, como diferença, como desvio” (SILVA, 2014, p. 581), pois, a ficção fala de “um mundo que não é utópico no sentido de um mundo ideal, mas artificial, inventado com o único objetivo de interrogar as formações de um presente que na sua objetividade moderna é cada vez mais carcerário (SILVA, 2014, p. 589). Assim, deixamos a noção de uma autonomia vinculada aos espaços sociais do Movimento da Luta Antimanicomial para um mergulho nos afetos que dessem passagem a experimentações antimanicomiais, vestígios antimanicomiais. Como criar espaços antimanicomiais capazes de arranhar as manicomialidades subjacentes ao modo como somos constituídos nessa sociedade?

Deleuze e Guattari (2014) analisando a obra de Kafka discutem a literatura menor “não é a de uma língua menor, mas antes a que uma minoria faz em uma língua maior” (DELEUZE, GUATTARI, 2014, p. 35), com isso apresentam o uso minoritário da língua como produção de uma gagueira. Como a discussão sobre a autonomia pode produzir uma

⁵⁷ Segundo Bondía (2002) a experiência constitui a “possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender avontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar se tempo e espaço” (BONDÍA, 2002, p.24).

antimanicomialidade capaz de arranhar essa sociedade manicomial, visto que, não falamos de outro mundo, mas, desse mundo desdobrado em outras versões?

Será possível pensar a autonomia sem evocar territorializações das práticas de tutela, ou sem reterritorializá-la na conceituação moderna de autonomia?⁵⁸

A análise da produção de autonomia *a partir* da participação no Movimento da Luta Antimanicomial deu lugar as discussões de processos surgidos ao nível de singularizações, pois, “contra essa subjetividade em série da maioria, as alternativas afirmam as múltiplas subjetividades singulares das minorias” (ROLNIK, p. 2011). Além disso, percebemos como o Movimento da Luta Antimanicomial pode atuar como um trampolim na consolidação de um sujeito que saiba das suas potencialidades, mas pode sucumbir às prescrições travando todo o processo. Guattari (1985) discutiu a produção de uma forma de movimento social que acabava por reproduzir o papel do Estado na confecção de paixões tristes, bem como afirma Rolnik (2011) que o mito da revolução acabou por criar uma produção de subjetividade “fechada e reativa” (ROLNIK, 2011, p. 133) na qual “a realidade viva e atual provoca tamanha ojeriza (...) capturados pelo mapa da sociedade revolucionária escolhido por seu valor de futuro” (ROLNIK, 2011, p. 133). Nesse sentido, escolhemos a trama cujas relações produzidas nesse *presente*⁵⁹ pudessem expor modos de existência produzidos no instante em que novas possibilidades de afetar e ser afetado são experimentadas.

⁵⁸ Quando falamos em território não remetemos ao espaço físico geográfico, mas, como um “conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda série de comportamentos, investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos” (GUATTARI; ROLNIK, 2000, p. 323). Esse território aberto as interferências pode sofrer processos de desterritorialização definido como a operação da linha de fuga, assim “a espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente (...)” (p. 323). Já a reterritorialização consiste na tentativa de recomposição desse território atravessado pelo processo de desterritorialização (GUATTARI; ROLNIK, 2000). O capitalismo consiste no principal exemplo de um sistema baseado nas reterritorializações, buscando capturar os processos ocorridos nas linhas de fuga.

⁵⁹ Pelbárt (2011) discutindo a intercessão Deleuze-Nietzsche sobre os conceitos de presente, devir, acontecimento e história, afirma que as análises sobre o passado devem ser feitas a partir da força do presente e também da luta contra esse mesmo presente efetuando uma discussão que privilegia o instante ao contrário de uma que aborta o novo pelo excesso de História que carrega, pois tanto as expectativas em torno de um futuro quanto a fixação no passado produzem um presente impermeável a novidades (PELBÁRT, 2011).

5- Fragmentos

A dimensão ficcional produziu entrevistas como espaço de experimentação na qual se juntam aos fatos narrados os afetos e sensações experimentados nesse universo de pesquisa, tal postura ética-metodológica assume um modo de apresentar a trama escolhida por meio dos enunciados que podem ser uma afecção, uma sensação, uma questão, uma lembrança, visto que, não se referem a enunciação de um sujeito, mas aos agenciamentos produzidos. Dada a aposta ética da pesquisa decidimos não remontar as falas literais, mas compor um universo de pesquisa misturando os afetos, sensibilidades, e fabulação às histórias contadas, produzindo itinerários agrupados a um estilo de narração que por seu caráter fragmentário não se propõe a esgotar um assunto, mas, ampliar possibilidades de discussões.

A medida que mergulhamos na geografia dos afetos inventamos pontes de linguagem para fazer essa travessia (ROLNIK, 2011), com isso, os fragmentos possuem espaços vagos a serem ocupados pelas ficções. Desse modo, o exercício de cartografar as histórias que ouvimos, transformou os afetos que emergiram em elementos para a criação das ficções, que ora se prendem a realidade para daí constituir-se, ora partem do imaginário para dar passagem a sensações que por vezes não sabemos o que fazer ao senti-las.

Assim, aos enunciados misturamos fabulações oriundas de um imaginário atento as intensidades dos corpos emaranhados nas diferentes linhas, às vezes capturados pela segmentaridade dura que insiste em modelar os corpos em territórios cristalizados, outras vezes vazando suavidades nessas durezas com a constituição de outros territórios junto aos afetos experimentados. Os fragmentos também são pistas⁶⁰ para que as ficções não sejam lidas em busca de uma interpretação, mas experimentadas com as interlocuções que

⁶⁰ “O termo “pista” deve ser entendido como nos romances e filmes policiais, onde cada descoberta leva sempre a outra, faz mudar de caminho, mobiliza a revisão de estratégias anteriores para seguir em frente. Esta aventura é sempre acompanhada de um intrigante interlocutor, ou seja, o autor. O ato de interpretar, em geral, é a procura de uma essência oculta, cuja manifestação procuramos através dos aparatos simbólicos. A relativização compreenderia a análise das variações ou alterações desta manifestação. Nestas duas estratégias, a aventura das pistas é rejeitada por uma procura de objetos imóveis, de falsas dúvidas e, principalmente, pela ausência de interlocutores. Uma procura solitária de verdades já encontradas. O criminoso será sempre o mordomo” (BAPTISTA, 2000, p. 26).

estabelecemos com outros discursos, visto que, funcionam como pedaços de textos articulados entre si e com os operadores conceituais⁶¹. Segundo Costa (2014),

para lidar com um território tão incerto como o das possibilidades, afetos e sensações, a ficção tem como aliado sua libertação do juízo de verdadeiro e falso: ela versa sobre um campo de possibilidades singulares e não de certezas gerais. Entre a potência de produzir variações e a consistência com as demais relações do mundo, aí se dão os pensares da ficção (COSTA, 2014, p. 560).

A percepção do manicômio-em nós remontando uma linearidade explicativa da produção de autonomia levou-nos a uma outra posição. Abandonamos o olhar que buscava apontar um certo estados de coisas, desde a cristalização na ideia de um processo em curso ou o produto resultante desse processo para pensar potências em ato. Se tirássemos uma foto dos mapas intensivos de João das Dores e Dandara, e iluminássemos a paisagem com a constituição em ato de um novo modo de vida, o que veríamos?

As experiências relacionadas com a medicação, apesar de diferentes, apontaram para transformações nas potencialidades de João das Dores e Dandara. Os conceitos de latitude e longitude⁶² tornaram-se ferramentas nessa atenção a ampliação dos graus de potência. E sob tal grau de potência houve a passagem de um corpo cuja capacidade enquanto sujeito político estava ampliada. E o que pode um corpo militante? João das Dores e Dandara dão passagem a posicionamentos críticos que atuam como trampolins na consolidação desse grau de potência conquistado.

Daí não falamos nada que venha de um lugar novo. Continuamos discutindo potência e afeto, porém, agora olhamos para os movimentos produzidos por João das Dores e Dandara de um outro campo. Foucault (1999a) em um debate coletivo acerca do “Confinamento e da Psiquiatria” discute o termo dissidência a partir da noção de *dis-sension*, ou seja uma “diferença de sentir, de pensar” (FOUCAULT, 1999a, p.138). Nesse entendimento intentamos produzir um movimento dissidente na discussão da autonomia, colocando-nos em um outro campo para dar passagem a uma diferença de pensar o conceito e suas relações na Reforma

⁶¹ Os operadores conceituais podem “surgir tanto de um filme quando de uma conversa ou de um tratado de filosofia” (ROLNIK, p. 2011, 65).

⁶²A latitude como o conjunto de afectos que o corpo é capaz sob tal grau de potência, e a longitude o conjunto dos elementos materiais de um corpo sob relações de movimento e repouso, velocidade e lentidão (DELEUZE, GUATTARI, 2012b). Esses elementos produzem os mapas de afetos que dão a ver as relações produzidas a medida que novos afetos são experimentados, novas composições são feitas e re-feitas.

Psiquiátrica. Ademais, ressalta-se a diferença entre a dissidência, e seu similar em inglês dissensão, que segundo o texto refere-se a manter-se no mesmo campo, mas pensando diferente (FOUCAULT, 1999a). Dessa forma, buscamos colocar em causa uma *dis-sension* no campo da luta antimanicomial para salvar um pouco da alegria que restava⁶³.

⁶³ Deleuze (1997) fala da necessidade de se salvar um pouco de alegria para que haja passagem a um grau maior de perfeição na saída desse mundo das afecções cuja passividade produz a diminuição da potência de agir. Um pouco de alegria como trampolim para novos vãos.

5.1- Geografia dos afetos

“(...) há toda uma geografia nas pessoas, com linhas duras, linhas flexíveis, linhas de fuga etc.. ” (Diálogos).

5.1.1- João das Dores

Abuso de poder⁶⁴.

Quantos jovens negros ou quase brancos de tão pobres são tratados como pretos⁶⁵ nas periferias do Brasil sentem cortar na carne essa navalha. Abuso de poder. João das Dores sentiu. Mas, a vida não deixou que ele entrasse para as estatísticas de homicídios cometidos pela polícia, apesar de ter entrado para outra estatística.

Traumas, lapsos na memória, depressão, dificuldades. Uma vida transtornada no encontro com o abuso de poder. Porém, João das Dores teimou em sobreviver. A vida para alguns é teimosia.

E enquanto muitos banalizam ações cotidianas, como pegar ônibus, ir ao supermercado. Ele aprendeu a valorizar cada uma, aos poucos, até mesmo a travessia para o outro lado de uma ponte. Alguns não compreendem essa empolgação com coisas tão corriqueiras, afinal são cidadãos comuns.⁶⁶ E João das Dores soube bem cedo que não seria um.

Os problemas iniciais que teve por não ser um cidadão comum já o haviam calejado, e aos poucos percebeu, que não precisava insistir com nada. E então aprendeu a “dor e a delícia de ser o que é”. Havia sido usuário da saúde mental. Agora era militante. Fazia questão de frisar essa última parte, no entanto, quando essas duas posições se encontraram aprendeu muitas coisas.

A primeira relacionada com o uso das medicações, passou mais de um ano sendo acompanhado pela sua equipe, que divulgava a todo canto como a melhor do mundo. Essas experimentações permitiu que conhecesse gradativamente o funcionamento do seu corpo, e as relações produzidas, as diferenças manifestadas com cada ingestão diferente. Resolveram

⁶⁴ O abuso de poder policial refere-se as relações na qual a prática exercida por esses agentes excede-se em teor de violência (já que entendemos que ela sempre será violenta). No Brasil há uma prática policial extremamente agressiva, sobretudo nas periferias, sumiços de pessoas, mortes inexplicáveis, agressões compõe o cenário de uma lógica abusiva.

⁶⁵ Música Haiti de Caetano Veloso.

⁶⁶ João das Dores utiliza esse termo para referir-se as pessoas que não tiveram/tem uma experiência com o enlouquecimento, desde internações psiquiátricas, surtos, ou acompanhamento nos serviços de saúde mental. Resolvemos manter o termo porque constitui um marcador das diferentes experiências de vida utilizado na linha narrativa de João das Dores, não se trata de uma hierarquização, mas, apenas retrata as diferentes formas de vida.

parar com todas as medicações. Mas, em pouco tempo percebeu que não estava bem, e então com confiança nos seus parceiros de cuidado pode voltar atrás, e decidiu que precisava de um, ao menos um comprimidinho.

O engajamento na militância antimanicomial levou-a a novos espaços. Aprendeu o funcionamento de um espaço político institucional e assumiu uma cadeira no Conselho Municipal de Pessoas com Deficiência.

Conheceu diferentes pessoas, de lugares distintos, multiplicou suas relações, e envolvendo-se em mais espaços coletivos.

Um dia, sua equipe melhor do mundo decidiu que estava na hora da alta. Um motivo de felicidade. A partir daí criou uma nova rotina, visitar os amigos para manter os laços de amizade, além de permanecer no trabalho da economia solidária produzido pelo seu CAPS. Era tão bom esses encontros, que decidiu estender para todos os CAPS da região, a militância havia permitido várias amizades, visitaria a todos!

Apesar de todos esses engajamentos João das Dores ainda não se sentia um militante completo. Sentia falta de algumas coisas, algumas não sabia nem como nomear. Porém, uma delas, que mais o incomodava era não poder exercer completamente a forma militante compartilhada pelos cidadãos comuns. Acreditava que não podia contribuir *completamente* com o movimento social por não manejar do conhecimento militante dos cidadãos comuns, achava-se limitado, queria partilhar de alguns conteúdos relacionados a prática militante, e também produzir alguns, mas sentia-se incapaz por acreditar ter um *déficit* formativo.

Havia sido afastado precocemente dos bancos escolares, e teve dificuldades de inserção em alguns espaços vinculados a educação pelos *traumas* remanescentes das violências vivenciadas nas relações manicomiais. Apesar dessa sensação não o impedir de participar desses espaços, pois buscava um jeito de superação ao menos no nível pessoal, era algo que ficava latejando. Não desistiria da Luta Antimanicomial por causa disso, mas ficava triste em alguns momentos, sentindo-se um peso morto.

5.1.2- Dandara

A vida não foi fácil para ela. Também, quem mandou nascer: nordestina, negra e pobre? Não! Não se trata de Macabea. É Dandara. Ainda não é a do Palmares, apesar de terem tanto em comum que três séculos não puderam apagar. Essa Dandara, assim como milhares de brasileiros nas décadas de 1970 e 1980 veio ao sudeste vencer na vida. Mas, encontrou por essas bandas dor e sofrimento. Uma mulher forte e sobrevivente das agruras de uma vida precária, não conseguia mais ter forças para viver derrubada por centenas de comprimidos dados para curar sua “loucura”. Desse jeito nem lembrava a guerreira homônima que tanto lutou pela liberdade do seu povo.

Porém, alguma coisa aconteceu. Dandara não se deixou abater por essa condição. Tomou uma decisão. Deveria reduzir aquela quantidade imensa de remédios, precisava voltar a vida. Mas, as vias de diálogo foram fechadas. E então, ela resolveu agir de outro modo. Suspendeu o uso da medicação. Em segredo. Para sustentar essa realidade decidiu atuar, tornou-se uma versão dela mesmo fazendo o uso da medicação. Assim, ninguém desconfiaria que havia parado com a medicação, e esperava que seu plano funcionasse.

Precisava compartilhar aquelas experiências de algum modo, ai começou a escrever, já que não podia contar a ninguém, contaria a si mesma. Começou a escrever sobre tudo.

Um dia sentiu uma pontada de angústia com aquele tanto de medicação que ainda pegava, não sabia se era medo, ou culpa, mas pesou. Não sabia o que fazer com aquela pilha de medicação. A angústia fez com que partilhasse o seu segredo.

Então, descobriu que não era uma boa atriz, pois quando relatou seu segredo para sua surpresa muitas pessoas haviam percebido que ela não estava tomando a medicação. “Serelepe como estava”? Era óbvio que não tomava nada.

De alguns recebeu apoio, de outros ameaças e queixas. A psiquiatra tentou expulsá-la do CAPS. O educador físico apresentou o Movimento da Luta Antimanicomial.

Foram momentos angustiantes até o veredicto final. Será que seria expulsa do CAPS? Não podia acreditar nisso. Logo agora?

Lembrou como chegou lá depois da internação psiquiátrica, um sofrimento atrás do outro.

Estava toda confusa não sabia ao certo o que havia ocorrido, só via as marcas de violência pelo corpo. Odiou aquele lugar. E agora teria que ir para um reduto de loucos, não podia

acreditar naquilo. No CAPS seu medo aumentou, descobriu que era esquizofrênica, e que viveria dopada pelo resto da vida.

O que aconteceu? Olhava no espelho e não se reconhecia mais. A angústia atingiu níveis estratosféricos, precisava tomar uma medida. Parou a medicação. E por incrível que pareça, conseguiu respirar um pouquinho. Entendeu algumas questões que ainda a incomodavam. E diferente de Macabea se questionou: Será que era esquizofrênica mesmo?

E ao se questionar abriu-se para conhecimentos acerca de si, dos outros, do universo. Decidiu que sua história não seria mais contada pelos outros.

Escolheu outro modo de sentir suas experiências, despediu-se daquela Dandara preconceituosa que entrou no CAPS torcendo o nariz, e envolveu-se com as questões coletivas que permeavam aquele espaço. Estava estudando Direitos Humanos e sentia uma outra Dandara surgindo. Agora podia contar sua vida sem ressentimento, sem mágoa ou culpa. Sua vida como uma resistência transbordava de afetos, permitindo que não se apegasse a antiga Dandara, nem as suas perdas. Mas, cada dia aprendia mais sobre aquela Dandara que surgia, sem o peso de um olhar julgador sobre si mesma.

Sua história antes tão amesquinhada pelos sofrimentos da vida e contadas a partir de uma versão única ganhou outros contornos e abriu-se para o mundo. Até os *hermanos* argentinos puderam ouvi-la contar suas lutas por uma vida digna.

Assim, ser esquizofrênica ou não, tornou-se o menor dos seus problemas. Nada que uma pesquisa na *internet* não resolvesse.

5.2- A potência da vida de resistir

As práticas são o que as pessoas fazem “não uma instância misteriosa (...) um motor oculto” (VEYNE, 2014, p. 248), porém, acostumados a tomar os objetos como verdades não olhamos as práticas que o forjaram e afeitos a modelos tomamos formas consolidadas, sem pensar no processo que as constituíram criamos “grandes noções eternas⁶⁷” como a Política e a Militância, que naturalizadas buscam-se moldes perfeitos. Contudo, essas naturalizações, como o alto consumo de psicofármacos precisam ser estranhadas, pois na saúde mental apontam a gradual substituição dos manicômios de concreto pelas “grades farmacológicas.”⁶⁸

No universo da pesquisa surgiram duas histórias vinculadas a esse contexto. De um lado, a redução na quantidade de medicação composta pelo diálogo entre usuário e trabalhadores do serviço substitutivo com uma experimentação ao longo de 14 meses das doses e medicações. Acompanhando as reações do corpo a cada mudança até a decisão conjunta da quantidade adequada de medicação. A prescrição atenciosa e sensível a demanda do usuário faz parte do direito desses sujeitos de participarem ativamente das decisões acerca do seu “tratamento” (BRASIL, 2013). Guattari (2012) salienta que

os medicamentos, pela mesma razão que qualquer outro vetor terapêutico, devem ser “negociados” com os pacientes; implicam uma escuta sensível de sua incidência, devendo as doses e os horários de ingestão ser objeto de diálogo mantido entre o doente e aquele que prescreve (GUATTARI, 2012, p. 176).

Porém, os psicofármacos tornaram-se um ponto de incidência desse controle exercido a céu aberto, alguns autores apontam o fenômeno contemporâneo da medicalização da vida como o “processo de tornar passível de diagnóstico, tratamento e prevenção alguns eventos e condições até então considerados pertinentes e próprios da existência humana” (SOALHEIRO; MOTA, 2014, p. 66-67). E essa relação influencia o campo da Reforma Psiquiátrica trazendo consequências para o trabalho cotidiano de desinstitucionalização da loucura desse discurso de doença amalgamado as relações hierarquizadas do saber psiquiátrico. Segundo Caponi (2009)

⁶⁷ VEYNE, 2014, p. 248.

⁶⁸ Certa vez no HEAC-Adauto quando conversávamos com um paciente acerca da sua possível liberação, ele afirmou que estaria fora dos muros do hospital, mas as “grades farmacológicas” o estariam prendendo”.

novos diagnósticos e novos transtornos surgem a cada dia, levando-nos a agrupar num mesmo espaço classificatório fenômenos tão diversos e heterogêneos como a esquizofrenia, a depressão, os transtornos de ansiedade e sono, as fobias e os mais variados e inimagináveis tipos de comportamento considerados indesejáveis (CAPONI, 2009, p. 503).

Nesse cenário a experiência de João das Dores constitui resistência a essa lógica abusiva e perversa incidente nos serviços de saúde mental. Por outro lado, a experiência de Dandara mostrou a manutenção dos comportamentos qualificados como indesejáveis ou *perigosos* sob controle, efetuados por essa expansão no consumo de psicofármacos e a pouca abertura ao diálogo nas relações entre *médico-usuário*. Dandara apresentou uma série de efeitos colaterais com as medicações prescritas, e mesmo com diversas tentativas de diálogo com o profissional da psiquiatria foi constrangida a prosseguir com os altos níveis de consumo. Porém, ela ousou romper essa relação na qual o seu corpo e suas idéias eram ignoradas ou coagidas, e parou a medicação em segredo, e se pôs a escrever. Escrevia sobre o segredo, suas angústias e medos, as ameaças recebidas, os pensamentos. Escrever. Virou máquina de escrita. Essa experiência também aponta para resistências a lógica de controle dos corpos via excesso de psicofármacos.

São potências de agir buscando sair de um limite péssimo relacionado ao consumo indiscriminado de psicofármacos, originado de demandas externas para o alcance de um limite ótimo por meio do conhecimento das suas capacidades vinculada a ingestão, ou não das medicações. Essas experimentações permitiram a criação de uma noção comum relacionada ao uso da medicação e as suas potencialidades. Segundo Deleuze (2009) as noções são criadas a um nível local, pois não existe o alcance de todas as noções comuns de uma só vez, mas, elas são produzidas a partir de um gatilho de alegria que proporciona uma nova expansão das potencialidades. Nesse sentido, “não há mais noção abstrata, nem uma boa fórmula para o homem em geral. O que conta é qual é seu poder em você” (DELEUZE, 2009, p. 50). Assim, afirmamos que houve a criação de uma noção daquilo que compunha com seus corpos, permitindo-os sair do acaso dos encontros com essas substâncias e discursos impositivos de relações que não eram convenientes.

O salto de vidas imersas numa lógica de controle e manicomial para a consolidação desse novo grau de potência efetuou-se nos lugares na qual não estavam rebatidos ao plano molar da loucura como doença, mas, constituíam outras relações deslocada dessa posição passiva na qual se é objeto da intervenção de outros saberes para um lugar ativo na qual suas

experiências produzem conhecimento coletivo para intervenções. Ali puderam consolidar um conhecimento acerca do que eram capazes, seja um consumo menor de medicação do que antes, seja uma interrupção escondida, e com isso, a criação de estratégias para afirmar essa escolha. As experiências de João das Dores no Conselho Municipal de Pessoas com Deficiência e de Dandara no Curso de Formação em Direitos Humanos permitiram esse movimento da vida de afastar-se daquilo que a impede de efetuar a sua potência para compor-se concretamente com o que é conveniente a sua potência. Nesse sentido, cada um a seu jeito, deu passagem ao que discorreremos abaixo como autonomia possível. O que é possível na medida que novos modos de afetar e ser afetado são criados?

5.3- A autonomia possível⁶⁹

“A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso, a palavra foi feita para dizer” (Graciliano Ramos).

Quando encontramos a definição de autonomia na filosofia de Spinoza “cuidávamos estar perto do porto, mas somos lançados em pleno mar,”⁷⁰ pois, o rompimento com a concepção moderna de autonomia não adiantou quando reificamos a mesma lógica na busca policialesca de afetos ativos nas experiências de João das Dores e Dandara. Essa classificação acerca da presença ou não de autonomia corresponde ao funcionamento de uma macropolítica produtora de sujeitos totalizados nos discursos de uma forma de vida tomada como universal.

Dessa forma, bifurcamos esse caminho que já seguia fora da estrada principal, e, buscamos intercessores⁷¹ na filosofia de Spinoza que pudessem sustentar a aposta ética da vida em constante invenção. Buscamos o quinhão de ficção inerente as experimentações teóricas (PELBÁRT, 1993) para discutir a autonomia sem invocação de formas transcendentais ou dicotomias. Nesse movimento reencontramos uma frase de Dandara despercebida na busca afoita por classificações.

Autonomia é agir!

Pareceu-nos que a noção de produção inerente a “produção de autonomia” funciona para as perspectivas vinculadas a concepção moderna, e assim, enquanto for colocada sobrecodificará outros modos de pensar a autonomia, sobretudo os micropolíticos. Nesse sentido, para fazer funcionar outras relações com a existência da loucura, que não seja carcerária, despótica ou messiânica a autonomia requer um olhar não viciado nos grandes projetos de subjetividade, visto que, a tendência dessa lógica será rebater na modelagem produzida pela racionalidade

⁶⁹ O que é então o possível, ou o “possível como tal?” Deleuze afirma de bom grado, que o que se trata de criar são novas possibilidades de vida. Uma possibilidade de vida não é o conjunto de atos a realizar ou a escolha de tal profissão, de tal lazer, nem mesmo de tal gosto ou preferência particulares (...) A invenção de novas possibilidades de vida supõe, portanto, uma nova maneira de ser afetado (ZOURABICHVILI, 2000, p.).

⁷⁰ Deleuze, 1990.

¹⁰⁴ Os intercessores são as condições do pensamento para continuar em movimento, pois sem eles não há criação, na concepção de Deleuze o processo de criação com Guattari foi feito por meio de roubos, ambos roubaram um ao outro, sendo que roubar não é imitar ou repetir, mas é da ordem da invenção, um duplo roubo, que amplia as possibilidades de criação de um novo solo conceitual, pois a potência do falso que sustenta os intercessores não se contrapõe a verdade, mas, produz uma série de ficções que inventam o verdadeiro (DELEUZE, PARNET, 1998).

moderna. Desse modo, preferimos discutir não uma “produção de autonomia”, mas o possível na autonomia. Nessa mudança de percepção a ação evocada na frase de Dandara surgiu como movimento que faz saltar na existência essa possibilidade de vida autônoma agenciada por uma nova distribuição de afetos.

Na leitura deleuzeana o possível é criado pelos acontecimentos inventivos de novos afetos, sensibilidades e percepções, que com agenciamentos tornam-se um modo de vida. Nesse sentido, o possível não é algo novo que passa a existir substituindo uma realidade velha, no entanto, é algo que precisa ser criado a partir de condições que tornem possível a constituição dessa nova realidade (ZOURABICHVILI, 2000). Segundo Pelbárt (2011) o possível mostra uma “zona de possibilidade e de realidade, onde potência e ato já não podem ser distinguidos” (PELBÁRT, 2011, p. 195). Assim, na autonomia o possível interpela as condições atuais da invenção de acontecimentos que possam perturbar essa realidade onde o endurecimento e o apego ao velho surgem e fazem morada, buscando compor-se com agenciamentos imersos numa perspectiva antimanicomial.

Voltemos a experimentação de Dandara: a partir da sua escrita ela se afastava de relações não convenientes com o seu corpo, ampliava seu grau de potência, e constituía uma noção comum da sua capacidade de afetar e ser afetada, mas, essa possibilidade de vida quase se perdeu quando a descoberta de seus atos provocou a ameaça de expulsão do CAPS. Havia na experiência de Dandara a produção de uma nova distribuição afetiva capaz de ampliar suas potencialidades. Mas, a inserção dessa experiência com velhos agenciamentos sustentados pela lógica de controle dos corpos por meio dos altos índices de consumo de psicofármacos poderia bloquear a abertura dessa possibilidade de vida. Ainda bem, que houve a condição de outras relações com outros corpos potencializarem esse movimento, e ela pode criar uma noção comum a respeito da composição do seu corpo com os psicofármacos.

Dessa forma, afirmamos que a autonomia como produção de conhecimento dos poderes de afetar e ser afetado para o fortalecimento de potências de agir aptas a conduzirem uma vida ética trata-se de composições. Entre a invenção de uma nova distribuição de afetos e agenciamentos moleculares capazes de consolidarem um modo de existência cada vez mais próximo da alegria.

Nesse sentido, a produção da autonomia talvez recaia nos agenciamentos territorializados, reduzindo as experimentações com a reprodução de codificações manicomiais, contudo, a

potência da autonomia como possibilidade de constituir uma vida ética consiste em resistir a esses agenciamentos, e compor-se com fluxos moleculares⁷², instituindo movimentos diferenciais ao escapar dessa captura manicomial. Assim, a partir de qual grau de potência há a produção de uma vida não dominada por causas exteriores? Qual conjunto de afetos é capaz de iniciar um grau de potência autônomo? Logo, sempre haverá um agenciamento e um poder de ser afetado que entram em relação resultando na criação de um novo modo de vida.

Dessa forma, falar de autonomia é primeiro pensar nas relações produzidas no contexto da Luta Antimanicomial, e então compor-se com os outros corpos, buscando a ampliação dessas potencialidades, afinal, não será apenas o “usuário” que sairá *mais autônomo* dessas relações.

⁷² “Cada indivíduo deve lidar com esses grandes agenciamentos sociais definidos por códigos específicos, que se caracterizam por uma forma relativamente estável e por um funcionamento reprodutor: tendem a reduzir o campo de experimentação de seu desejo a uma divisão preestabelecida. Esse é o pólo estrato dos agenciamentos (que são então considerados "molares"). Mas, por outro lado, a maneira como o indivíduo investe e participa da reprodução desses agenciamentos sociais depende de agenciamentos locais, "moleculares", nos quais ele próprio é apanhado, seja porque, limitando-se a efetuar as formas socialmente disponíveis, a modelar sua existência segundo os códigos em vigor, ele aí introduz sua pequena irregularidade, seja porque procede à elaboração involuntária e tateante de agenciamentos próprios que "decodificam" ou "fazem fugir" o agenciamento estratificado: esse é o pólo *máquina* abstrata (entre os quais é preciso incluir os agenciamentos artísticos). Todo agenciamento, uma vez que remete em última instância ao campo de desejo sobre o qual se constitui, é afetado por um certo desequilíbrio. O resultado é que cada um de nós combina concretamente os dois tipos de agenciamentos em graus variáveis” (ZOURABICHVILI, 2004, p. 9).

5.4- A militância: “Um conceito só vale pela vida que lhe é dada”⁷³

Junho de 2013 atravessou nosso corpo como uma flecha⁷⁴, tal qual uma correnteza arrastou coisas de lugar, desfigurando o rosto de uma certa militância branco, européia, e preocupada com o futuro da revolução.⁷⁵

Em 2014, já no mestrado, produzíamos um território capaz de comportar movimentos de resistências, desde então tão necessários, quando o projeto de pesquisa delineou-se com o desejo por ouvir histórias dos usuários da saúde mental inseridos no Movimento da Luta Antimanicomial. Parecia um respiradouro. De modo que fugíamos de conceitos endurecidos tais como militância, dar consciência, revolução, entre outros termos comumente utilizados nos movimentos sociais, mas as questões políticas e ações coletivas interessavam. Nesse processo mantendo-se afastada das durezas impostas por certa subjetividade militante reificávamos outras totalizações sacudidas pela importância dada ao lugar de militância por João das Dores e Dandara. O entendimento do que se passava nas suas experiências vinculadas a participação política irrompeu em meio aos fatos cotidianos prenhe de novidades que podíamos rebater ao plano molar da definição dos sujeitos políticos ou dar passagem a outras possibilidades.

Spinoza (2014) articula uma concepção de sujeito político não relacionada a contratualidade entre Estados e cidadãos, modelo do qual os sujeitos loucos foram apartados. O rompimento spinozano dessa concepção jurídica que atribui o lugar de sujeito político ao ser racional com capacidade de estabelecer o contrato com o Estado na gestão da sua vida (CHAUÍ, 2003) constitui campo fértil para pensar modos de subjetivação políticos onde outrora se estava deslocado desse processo.

⁷³ GUATTARI, 2012, p. 177.

⁷⁴ Alguns autores definem os fatos ocorridos em junho de 2013 como um acontecimento, por produzir uma nova distribuição de afetos e percepções que pelo caráter político colocaram no cerne do debate as formas contemporâneas de resistência. Julho de 2013 reverbera até hoje no corpo de todos os brasileiros que estiveram minimamente próximos as ações que percorreram os Estados de diferentes formas. Raquel Rolnik definiu como um terremoto que abalou o país, segundo a autora “ (...) o sismo introduziu fissuras na perversa aliança entre o que há de mais atrasado/excludente/prepotente no Brasil e os impulsos de mudança que conduziram o país na luta contra a ditadura e o processo de redemocratização; uma aliança que tem bloqueado o desenvolvimento de um país não apenas próspero, mas cidadão.” (ROLNIK, 2013).

⁷⁵ Deleuze e Guattari (2012a) afirmam que a nossa sociedade tem necessidade de produzir rostos. A máquina abstrata de rostidade atua sobrecodificando significações e subjetividades na produção de uma certa expressividade. Segundo os autores “essa máquina é denominada máquina de rostidade porque é produção social de rosto, porque opera uma rostificação de todo o corpo, de suas imediações e de seus objetos, uma paisagificação de todos os mundos e meios” (p. 54). Dessa forma, “até mesmo o louco deve ter um certo rosto conforme o que se espera dele” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 32).

O direito natural de cada homem define-se, portanto, não pela razão sã, mas pelo desejo e pela potência. Ninguém, com efeito, está determinado naturalmente a se comportar conforme as regras e as leis da razão; ao contrário, todos nascem ignorantes de todas as coisas e a maior parte de suas vidas transcorre antes que possam conhecer a verdadeira regra de vida e adquirir o estado de virtude⁷⁶ (...) (SPINOZA, 2014, p. 280-281).

O ser político, portanto, refere-se ao sujeito ético, que busca perseverar em seu ser, dessa forma, em Spinoza todos tomam parte dos negócios políticos, pois o “o político se apresenta, então, como modo do ser” (NEGRI, 2003, p. 112) prosseguindo com Chauí (2003) que afirma “a fundação política em Espinoza dispensa o conceito de pacto para determinar a gênese da vida política” (CHAUÍ, 2003, p.298).

João das Dores e Dandara mostraram a militância como um lugar importante para suas vidas. As relações criadas com a vinculação aos espaços sociais fazem ver o quanto afirmar-se militante e estar nos espaços na qual esse lugar é reconhecido configura motivo de alegria para os nossos personagens. Nos seus relatos ressaltam histórias que tem como pano de fundo as viagens, passeios ou andanças relacionadas a temática da Luta Antimanicomial. João das Dores contou sobre as vezes que participou dos encontros nacionais do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial, as visitas rotineiras aos CAPS's da região que vive, a inserção em outros espaços políticos além do Movimento da Luta Antimanicomial. Dandara viajou a Argentina para apresentar um relato sobre sua experiência de vida, voltou a trabalhar, e também, esteve inserida em outros espaços sociais e políticos.

Nesse sentido, preferimos seguir com Negri (2003) ao afirmar a dimensão material presente no conceito de militância apesar da desvalorização vivida na crise do socialismo nos meados de 1990 ainda há uma energia visceral oriunda da força dos revolucionários que lutaram e sonharam tanto tempo por um mundo novo (NEGRI, 2003).

Permanecemos, então, ainda que com muitas reticências, no terreno da militância. E insistimos, mais do que na sua fórmula linguística, na dimensão material do nome comum. Militância é, portanto, resistência e ruptura, descoberta da singularidade (de si e do evento), produção de sentido comum: eis os momentos essenciais dessa

⁷⁶ “A virtude é a própria potência humana, que é definida exclusivamente pela essência do homem, isto é, que é definida exclusivamente pelo esforço pelo qual o homem se esforça por perseverar em seu ser. Logo, quanto mais cada um se esforça por conservar o seu ser, e é capaz disso, tanto mais é dotado de virtude e, conseqüentemente à medida que alguém se descuida de conservar o seu ser, é impotente” (SPINOZA, p. 170, 2011).

experiência, eis o que a torna irreduzível a qualquer outra (NEGRI, 2003, p. 162-163).

As histórias de João das Dores e Dandara levou-nos a dar passagem a esse conceito de forma concreta no cotidiano como um monumento que “não comemora, não celebra algo que se passou, mas transmite para o futuro as sensações persistentes que encarnam o acontecimento: o sofrimento sempre renovado dos homens, seu protesto recriado, sua luta sempre retomada” (DELEUZE; GUATTARI, 2010b, p. 209). Assim, falamos da militância pelos agenciamentos experimentados a partir da ruptura com as práticas, tanto psiquiátrica quanto militantes organizativas de uma espacialidade definida e circulação por espaços homogêneos. João das Dores e Dandara ousaram sair dos caminhos previamente montados, arriscando outras rotas.

O agenciamento-militância deu-se relacionado a circulação que pode ser até o outro lado da ponte, outro país, outro Estado, outro bairro, visto que, não diz respeito a quilômetros percorridos, mas da saída para ver o mundo muitas vezes interrompida pelas grades reais e também farmacológicas. A subjetividade de João das Dores e Dandara paralisada no território da doença mental e do perigo consumia roteiros disponibilizados de forma transcendente por outros, no entanto, a partir do momento que romperam esse circuito, e lançaram-se na vida abriram-se a novas maneiras de serem afetados.

Assim, os espaços heterogêneos fazem parte da constituição desses corpos militantes, pois, nos encontros produzidos nessas circulações ampliaram a possibilidade de conhecimento, que antes estava restrita aos destinos previamente montados, tal qual as “viagens quase imóveis” feitas pelos turistas modernos, o paradoxo atual na qual “tudo circula (...) e, ao mesmo tempo, tudo parece petrificar-se” (GUATTARI, p. 149, 2012).

Spinoza (2011) utiliza a palavra em latim “*ocursus*” para falar dos encontros, inicialmente relacionados as ideias-afecções, já que o mau encontro ocorre quando um corpo não compõe com o outro corpo, e aí enfraquece o conatus, no bom encontro há a composição entre os corpos, aumentando as potências de agir (SPINOZA, 2011). Dessa forma, a questão é: como fazer encontros convenientes para sair desse acaso na produção dos próprios encontros, pois, “no encontro ao acaso entre corpos podemos selecionar a ideia de certos corpos que convêm com o nosso e que nos dão alegria, isto é, aumentam nossa potência” (DELEUZE, 1997, p.

184). Nesse sentido, torna-se fundamental o deslocamento de lugares fixados para que se possa alcançar novos voos, por isso, insistimos no encontro não a partir da perspectiva do acaso, mas da quantidade, afinal, quanto mais encontros experimentados maiores serão as experiências na produção de conhecimento acerca dos afetos e da capacidade de afetar e ser afetado. Neves (2009) fala dessa experimentação da “química do mundo” para dizer dessa multiplicidade dos encontros necessária a formação de um modo de existência ativo. E Deleuze (2009) discute que “nós não fazemos jamais progresso sobre uma linha homogênea, é um acaso aqui que nos faz progredir lá, como se uma pequena alegria houvesse soltado o gatilho” (DELEUZE, 2009, p. 19).

Assim, essas subjetividades enlouquecidas e enclausuradas em territórios endurecidos e herméticos articulados com as noções de incapacidade, dependência, e regras transcendentais, podem a partir da descoberta de espaços na qual não são mantidas nessas condições abrir-se a novas relações com passagem a instauração de um novo território, e esse, dependendo de sua composição articula um modo de vida militante.

5.5- O *ethos*⁷⁷ antimanicomial

João das Dores contou como as experiências relacionadas aos psicofármacos e as viagens junto ao grupo foram importantes nas transformações pelas quais passou, contudo lamenta a atual ausência dos usuários nos espaços sociais e políticos do Movimento da Luta Antimanicomial, pois esses poderiam se beneficiar de experiências transformadoras tal qual João das Dores, visto que, são espaços propícios a novas articulações. João das Dores, também questionou os motivos dessas ausências.

Figueiró et al (2011) no âmbito da IV CSMI no Estado do RN e também no cotidiano dos serviços avaliaram as ausências dos usuários nos espaços políticos ou até mesmo uma participação escassa, e afirmaram que

“(...) o que vimos, em geral, foi uma escassa participação de usuários no processo da conferência. Quando essa participação acontece, geralmente é atravessada por questões como a pouca instrumentalização política para uma potente e efetiva participação no processo político da conferência. Além disso, assistimos a um predomínio de técnicos e acadêmicos a frente desses espaços, relegando o usuário ao lugar de espectador diante de processos decisórios importantes (...). Esse fato pode ser entendido como um simples reflexo do que é comum que aconteça durante todo o processo de participação dos usuários nos serviços: o distanciamento entre eles e as práticas institucionais (FIGUEIRÓ et al, 2011, p. 55).

O descolamento dos usuários dos espaços políticos e sociais diz respeito a problemática atual do campo da Reforma Psiquiátrica, que ainda que avance no âmbito dos investimentos nos equipamentos de saúde mental e recursos humanos segue com dificuldades de aumentar ou tornar efetiva a participação política dos usuários nesse processo que acaba ganhando um tom de atenção técnica e especializada (FIGUEIRÓ; DIMENSTEIN, 2010). Almeida et al (2010) na pesquisa realizada em uma “associação de usuários, profissionais e amigos da saúde mental” percebeu o “enrijecimento e a desarticulação” no que tange ao

constante direcionamento das pautas para assuntos de cunho burocrático. Tal engessamento está relacionado a uma desarticulação entre os diretores da associação entre si e destes com os usuários. Estes alegam que pouco do que viram nas discussões das assembleias estava interligado com o cotidiano vivenciado dentro ou

⁷⁷ Foucault (2000) discorre sobre o *ethos* como uma atitude na qual o exercício de uma vida ética põe-se atuar. Desse modo, “por atitude, quero dizer um modo de relação que concerne à atualidade; uma escolha voluntária que é feita por alguns; enfim, uma maneira de pensar e de sentir, uma maneira também de agir e de se conduzir que, tudo ao mesmo tempo, marca uma pertinência e se apresenta como uma tarefa” (FOUCAULT, 2000, p. 341-342).

fora dos serviços. Ademais, uma das grandes dificuldades da associação está em reunir as pessoas, integrá-las. O número de participantes, em vez de crescer, vem diminuindo no decorrer das assembleias. Dentre os possíveis fatores apontados pelos usuários para essa pouca presença, estão desde a acomodação deles em manter seu percurso limitado entre casa e serviço, passando pela pouca informação que circula sobre a associação, até uma falta de interesse em virtude da formalidade característica das reuniões (ALMEIDA et al, 2010, p. 584).

Nesse sentido, não falamos de participação como a frequência nesses espaços, mas da condição efetiva de intervenção que os usuários da saúde mental possam ter. A partir do apontamento de João das Dores desse esvaziamento como problemático para uma militância antimanicomial buscamos avaliar durante o diálogo a forma organizativa desse espaço político e social. Além de respostas culpabilizantes de cunho individual, tais como o discurso da “falta de vontade dos usuários” ou mesmo culpabilizantes de outros atores políticos procuramos discutir a forma militante produzida atualmente que incide sobre os espaços do MLAM.

Há um modelo de movimento social assentado em um plano de organização⁷⁸ vinculado ao fazer política como participação representativa pleitora de direitos que reproduz as paixões tristes comunicada pelos poderes. Nesse plano de organização se produz certa subjetividade militante⁷⁹ que pode relacionar-se com o esvaziamento dos usuários que não se vêem enquanto sujeitos políticos nesses espaços pela forte tendência a racionalização dos discursos e procedimentos. Assim, como povoar o Movimento da Luta Antimanicomial com os usuários dos serviços de saúde mental que conforme dito por João das Dores constituem segmento imprescindível nas ações empreendidas por esse espaço social e político?

Rolnik (2011) afirma que “macro e micro tem que ser igualmente investidas, caso contrário poderia acontecer de uma boicotar a outra” (ROLNIK, 2011, p. 167-168), a partir desse aspecto discutimos a necessidade de certa antimanicomialidade ao nível micropolítico criar

⁷⁸ Um plano de organização “concerne, a um só tempo, ao desenvolvimento das formas e à formação dos sujeitos e é também, se se quer, estrutural e genético. De qualquer maneira, ele dispõe de uma dimensão suplementar, de uma dimensão a mais, de uma dimensão oculta, já que não é dado por si só, mas deve sempre concluído, inferido, induzido a partir do que organiza (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 108).

⁷⁹ Essa subjetividade consiste na resistência a dominação no plano macropolítico, porém no plano micropolítico deixa-se capturar novamente por um endurecimento dessa feita militante, ao bloquearem os movimentos de transformação oriundos das linhas de fuga. Assim, em torno de um ideal político “constroem seus territórios, necessariamente endurecidos, já que fechados aos movimentos do desejo (ROLNIK, 2011, p. 133).

sensibilidades capazes de produzir um espaço político consistente à luta antimanicomial defendida ao nível macropolítico. Consoante a afirmação de Guattari (2000) que a democracia talvez se expresse ao nível das grandes organizações políticas e sociais, mas, ela só ganha consistência se existir no nível molecular com condições de criar novas práticas que impeçam o retorno de velhas estruturas, afirmamos uma ética antimanicomial capaz de impedir as velhas, porém reinventadas, lógicas manicomiais.

Dessa forma, torna-se importante analisar como funcionam esses espaços atualmente, posto que, a captura da loucura não ocorre apenas no âmbito das relações terapêuticas, mas sempre que se coloca em cena uma modelagem dessas subjetividades. Lancetti (2011) ao narrar sua memória acerca das transformações iniciais dos primeiros NAPS fala também da burocratização que minou algumas experiências. Segundo o autor “um dos grandes obstáculos dos CAPS é a centralização em si mesma e sua pouca abertura para o território” (LANCETTI, 2011, p. 46), e prossegue afirmando que na prática observou que qualquer estabelecimento que agrupe “doentes mentais” tende a cronificar-se (LANCETTI, 2011).

Acreditamos que se passa algo similar na organização social e política do Movimento da Luta Antimanicomial com uma cronificação militante que tende a afastar a criatividade tão importante para as resistências atuais, tendo em vista, o caráter molecular das práticas de controle. Segundo Rauter e Peixoto (2009)

Temos hoje uma forma de panoptismo molecularizado. Não precisamos mais de edifícios arquitetônicos para a vigilância. A vigilância, ela mesma, é feita à distância e também a partir da própria subjetividade de cada um. Subjetividades sintonizadas às frequências de uma sociedade que se quer produtiva, acética e livre de tudo o que possa dela diferir. Controlam-se os corpos através das regulações bioquímicas. Controlam-se as subjetividades mediante saberes-práticas terapêuticas nas quais os usuários não interferem (RAUTER; PEIXOTO, 2009, p. 272).

Nesse sentido, discutimos uma ética militante que não se trata de um livro de regras ou um guia de bolso, mas uma prática de vida. Um ethos antimanicomial em um plano de consistência⁸⁰ que ressalte o caráter heterogêneo dos espaços da Luta Antimanicomial, buscando relações de heterogêneos enquanto heterogêneos sem que percam suas qualidades, ou se afastem, ou entrem em um processo de homogeneização.

⁸⁰ O plano de consistência será definido apenas por velocidades, lentidões, movimentos e repousos capaz de produzir diferentes composições entre os corpos, pois “é realmente um plano de imanência porque não dispõe de nenhuma dimensão suplementar ao que se passa sobre ele (...)” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 110).

Os aspectos do ritornelo dão passagem a essas questões de forma a afirmar uma ética antimanicomial produtora de um plano de composição capaz de acolher movimentos de resistências. São três aspectos: componente direcional, componente dimensional e componente de passagem. O componente direcional constitui a saída do caos em busca de um território, quando em meio ao caos procura-se uma estabilização, Deleuze e Guattari (2012b) dão o exemplo da criança no escuro que busca estabilidade entoando uma cantiga (DELEUZE;GUATTARI, 2012b).

O outro aspecto refere-se ao traçado de um centro estabelecendo um ponto no caos com segurança na constituição de um território. Esse é o componente dimensional “para a organização de um espaço, e não mais para a determinação momentânea de um centro. Eis que as forças do caos são mantidas no exterior tanto quanto possível, e o espaço interior protege as forças germinativas de uma tarefa a ser cumprida (...)” (DELEUZE; GUATTARI, 2010b, p. 122).

E o componente de passagem diz respeito a operação capaz de desterritorializar esse território, que será uma instância provisória, sempre transitório. É no componente de passagem que “enxertam-se ou se põe a germinar “linhas de errância”, com volteios, nós, velocidades, movimentos, gestos e sonoridades diferentes” (DELEUZE; GUATTARI, 2010b, p. 123). O ritornelo implica na coexistência desses três componentes, pois não são três momentos sucessivos, eles coexistem (DELEUZE; GUATTARI, 2012b).

Alinhando os componentes do ritornelo ao tema desse trabalho imaginamos em meio ao caos o traço de um ponto antimanicomial, organizando um espaço na qual “muitos componentes bem diversos intervêm, referências e marcas de toda espécie” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p.122) e então, protegidos do caos germina-se uma determinação para esse espaço, o em-casa, uma dimensão antimanicomial, e a partir daí estabelece-se um território antimanicomial.

Deleuze e Guattari (2012b) afirmam que o território será constituído após a criação de marcas expressivas produtoras de uma assinatura territorial. Assim, primeiro há uma expressão que constitui o território, e então pode-se organizar funções. A partir dessas definições

percebemos a confusão que pode colocar em causa o esvaziamento dos usuários e a fragmentação desses espaços ao se confundir a função com o próprio território.

Dessa forma, pensar na expressividade do território antimanicomial anterior a determinada função compõe “uma política que busca escapar das formas de assujeitamento, sempre apontando para o lado dos processos criativos, daquilo que insistentemente se desprende e que sempre dita uma outra composição possível” (COSTA, 2006, p.2). Nessa medida, a luta antimanicomial constitui-se primeiro como uma expressão, uma assinatura territorial, para então, acolher funções, como a mobilização coletiva.

O ethos antimanicomial como expressividade desse território que acolherá a função de luta social e coletiva, ao mesmo tempo que se abrirá as forças do fora que não retomaram o caos original, pois, a abertura será para a improvisação (DELEUZE; GUATTARI, 2012b), constituiram um movimento social assentado num plano de consistência constituído junto aos aspectos de um ritornelo não preocupado em reproduzir formas e modelos, mas, inventar novos modos de resistência.

O que faz pensar se atualmente não se consegue compor um espaço de militância com diferentes modos de vida o desafio não é um futuro sem manicômios, mas, como dar passagem aos modos singulares de existência sem querer/tentar modela-los?

O movimento circular do ritornelo mostra a possibilidade de compor um território antimanicomial que garanta uma dimensão, ao mesmo tempo, que coloca em fuga o próprio território. A partir de uma ponta de desterritorialização capaz de impedir a cristalização em formas, nem uma militância endurecida, nem uma dispersão total no caos, discutimos um território aberto as linhas de fuga, não o caos inicial da desordem, mas, a improvisação de um território que está sempre de passagem, sempre retornando sobre si para transformar-se.

Essa relação contrapõe-se as formas militantes e os rituais padronizados dos movimentos sociais que refletem mais uma neurose militante do que a produção efetiva de resistência. Fazem parte dessa ritualística as longas assembleias, os exaustivos debates, as falas interrompidas, os atos públicos cujos repertórios não mudam, e a hierarquização do

conhecimento. Arraes et al (2012) ao acompanharem a IV CNSM-I no RN em 2010 elencaram alguns analisadores acerca da participação social dos usuários nesse espaço, um deles diz respeito ao formato da conferência, que “uma vez estruturada de maneira fortemente acadêmica e expositiva” (ARRAES et al, 2012, p.78) restringiu à prática do controle social, as autoras dão como exemplo o controle da fala dos usuários. Algo similar ocorreu também no Encontro Nacional do Movimento da Luta Antimanicomial em 2014 conforme narrado na segunda lembrança.

A burocratização do debate refletida na preocupação em seguir a pauta e as inscrições, por um lado, viabilizam a consecução do processo participativo e democrático de conferência e garantem o fluxo das discussões. Por outro lado, no entanto, tal preocupação termina por inibir a participação de alguns segmentos envolvidos, sobretudo dos usuários (...). Neste caso observado, a obsessão pelo controle do tempo de fala dos usuários em suas intervenções, depoimentos e contribuições, redundou no constrangimento da sua participação efetiva. É o duplo sentido do controle social (ARRAES et al, 2012, p. 78).

Nesse sentido, como desorganizar esse plano de formas na qual comparecem ações que se afastam de um cotidiano antimanicomial, ainda que a luta antimanicomial seja o motivo da organização desse espaço. Como criar uma militância no plano de consistência antimanicomial? Como construir uma luta antimanicomial na própria militância?

A partir do questionamento de João das Dores pensamos o que poderia um espaço político na qual os usuários participassem de forma contundente. Será que as contribuições desses sujeitos poderiam desorganizar essa ritualística na criação de um outro modo de militância?

Pelbárt (1993) fala do “direito a desrazão” como a possibilidade de

poder pensar loucamente, significa poder levar o delírio à praça pública, significa fazer do Acaso um campo de invenção efetiva, significa liberar a subjetividade das amarras da Verdade, chame-se ela identidade ou estrutura, significa devolver um direito de cidadania pública ao invisível, ao indizível e até mesmo, por que não, ao impensável” (PELBÁRT, 1993, p. 108).

Se o Movimento da Luta Antimanicomial se abrisse primeiramente ao “direito a desrazão” para então, organizar as lutas sociais e políticas poderíamos pensar em uma resistência alegre?

Afinal, se os ‘poderes’⁸¹ precisam nos afetar de tristeza porque as nossas lutas reproduzem essas afecções? Não caberá aos movimentos de resistência a produção de afetos alegres?

Pensamos a formação política como algo na qual o controle incide e que, por isso mesmo, poderia dar passagem a uma expressividade antimanicomial. Entendemos a formação política como a tarefa empreendida pelos movimentos sociais na busca por qualificar seus debates, afastar-se do senso comum, e sustentar as lutas sociais (...). Assim, uma formação política reúne aspectos teóricos, metodológicos e também, éticos, concernente ao projeto político em disputa. Nesse sentido, o MLAM entendido como um movimento social que engloba diferentes atores políticos, com diferentes saberes, tanto técnico quanto prático, bem como a complexidade oriunda da experiência com a loucura ao produzir uma formação política *singular* pode criar uma consistência antimanicomial.

Assim, falamos de um conhecimento que manteria os saberes heterogêneos enquanto heterogêneos na confecção de um território antimanicomial. Não se trata de uma instrumentalização para a luta com ferramentas distantes da realidade de muitos ali presente, mas, uma expressividade com condições de criar uma ética militante.

Rodrigues e Peres (2012) analisaram a percepção da importância de um espaço de formação política dentro do MLAM, e discutem a dificuldade de definir se há efetivamente uma formação política dentro do movimento, apesar da importância de tal espaço ser afirmada de diversas formas. Todavia, a questão pareceu ser o *como*, como fazer uma formação política no MLAM levando em consideração os aspectos singulares desse movimento? (RODIRGUES; PERES, 2012). As questões que colocam em análise “o como” efetuar dado empreendimento mostram-se como um primeiro passo na busca de uma consistência militante, pois de nada servem discussões acerca da necessidade de uma formação política caso ainda se recorra as mesmas formas que reproduzem modelos manicomiais e excludentes ao reforçarem uma hierarquia pela via do conhecimento.

⁸¹ Spinoza (2014) aponta criticamente a política das paixões tristes necessárias ao exercício do poder, as paixões tristes, como a esperança e o medo, constituem o laço entre os sacerdotes e os déspotas. Fuganti (1991) afirma que “é evidente que o indivíduo que espera, não age. Ele é impotente para produzir o próprio futuro. A esperança e o medo são, sem dúvida, paixões tristes. E se constituem nas piores paixões, na medida em que são estimuladas e provocadas pelo Estado como mecanismos de captura e controle do desejo, na articulação com a recompensa e o castigo (...) O temor dos castigos e a esperança das recompensas: são essas as paixões tristes que mais servem aos Estados e as religiões (FUGANTI, 1991, p. 65).

Nesse sentido, pensamos a literatura como um dispositivo de formação política capaz de acolher os diferentes saberes que permeiam os espaços do Movimento da Luta Antimanicomial na produção de uma singularidade. A literatura permite pensar a discussão dos fatos prementes ao âmbito político e social de um espaço de mobilização coletiva sem que haja a hierarquização de conhecimentos. Segundo Rancière (2009) tanto os enunciados políticos quanto os literários fazem efeito no real ao definirem “relações entre modos do ser, modos do fazer e modos do dizer” (RANCIÈRE, 2009, p. 59), nesse sentido, não há diferença entre esses modelos de palavra. A partir disso, afirmamos a configuração de um regime de enunciação político-militante a partir da literatura.

Nessa perspectiva buscamos na literatura uma prática que desacomode e inquiete as formas totalizantes de um exercício político excludente pelo seu caráter padronizado a uma certa racionalidade. Segundo Costa (2014), a poética é capaz de “cerzir relações entre perspectivas heterogêneas sem igualá-las, apenas imbricando-as em uma realidade singular” (COSTA, 2014, p.563), pois multiplica realidades com a expansão de universos ao não se referir a busca por verdades absolutas, mas, a criação de histórias singulares agenciadas de modos coletivos.

Carolina de Jesus, mulher, negra, moradora de uma favela na região de São Paulo nos meados da década de 1950, tornou-se atualmente uma das referências ao se discutir a produção literária de mulheres negras. A partir de sua prática de diário deixou narrativas acerca dos cenários rotineiros de uma vida marginalizada em vários aspectos pela segregação imposta por essa sociedade junto as críticas a essa realidade dura que a circundava.

A escrita de Carolina de Jesus mobilizadora de afetos, sensações e percepções capazes de perturbar e desacomodar práticas e histórias naturalizadas impostas como se fossem versões únicas: Uma catadora de papelão pode virar escritora? Uma escrita de diário pode produzir críticas políticas ou sociais?

Lamela Adó (2013) aponta a literatura como intermediária “de nós mesmos, fazendo de nossa vida literatura e da literatura uma passagem de vida, tendo, enfim, toda literatura e toda invenção teórica como uma passagem autobiográfica” (LAMELA ADÓ, 2013, p.127). Nesse sentido, uma prática que reúna vida e escrita tornando o cotidiano matéria de conhecimento parece dar condições para que um movimento heterogêneo se mantenha heterogêneo, pois os saberes ali reunidos constituem a poética necessária a produção do conhecimento militante.

A escrita de Dandara como conhecimento sobre si⁸² produzindo no ato da escrita pessoal um modo de subjetivação aponta pistas para a intercessão entre literatura e prática política na produção de saber a partir dos afetos produzidos nos corpos. Fazer do cotidiano matéria de conhecimento militante permite a criação de um plano de composição imanente a realidade da qual trata.

⁸² Foucault (1992) discute a escrita de si como função etopoiética de exercício de si, visto que, o ato da escrita pessoal torna-se um modo de subjetivação . O exercício de si corresponde a “uma certa relação a si; essa não é simplesmente ‘consciência de si’, mas constituição de si” (FOUCAULT, 1992) que implica um exercício ético no qual o homem “problematiza o que ele é, e o mundo no qual ele vive” (FOUCAULT, 1992).

5.6- A amizade como o plano de forças de uma política pública

A história de Dandara remeteu-nos a uma História do Brasil construída em cima de uma série de esquecimentos resultante no desconhecimento dos personagens negros que construíram o país com sangue e lágrimas. Mas, ao ouvi-la resgastamos a força presente na história de Dandara dos Palmares. A vida de nossa Dandara segue como resistência a dominação que mesmo com diferentes nuances não cessa de capturar os corpos negros. A noção de periculosidade ao reunir loucos, negros e pobres na mesma virtualidade, ou seja, “dependendo de uma certa natureza (pobre, negro, semi-alfabetizado, morador de periferia, etc etc etc) poder-se-á vir a cometer atos perigosos, poder-se-á entrar para o caminho da criminalidade” (COIMBRA, 2006) vinculou os “problemas psiquiátricos” a essa camada da população a partir da chegada em meados do século XIX da psiquiatria como modernização do país (BAPTISTA, 1999).

Um fragmento do diário de Lima Barreto mostra a diferença de tratamento na psiquiatria notável desde os tempos do Brasil-Império.

Os guardas em geral, principalmente os do pavilhão e da secção dos pobres, têm os loucos na conta de sujeitos sem nenhum direito a um tratamento respeitoso, seres inferiores, com os quais eles podem tratar e fazer o que quiserem. (BARRETO, 1956, p. 66).

Lembramos de um episódio na época do estágio no HEAC-Adauto quando utilizamos uma enfermaria para acessar o pátio masculino. Algo raro de fazer, e por isso o choque quando no alto da escada fomos levadas por segundos ao pátio de Barbacena⁸³, e vimos a quantidade de corpos negros espalhados pelo chão. Voltamos ao pátio do HEAC com uma sensação sempre renovada. Ouvir Dandara renovou mais uma vez essa sensação. O quão longe estamos de Barbacena?

As discussões acerca das políticas públicas exigem uma passagem por esses fatos pela proximidade com a máquina de Estado reprodutora de lógicas racistas, preconceituosas, totalizantes e dicotômicas. Partilhamos da concepção que distingue as políticas de Estado das

⁸³ O Hospício de Barbacena em Minas Gerais foi considerado um dos maiores do Brasil, em meados do século XX recebeu centenas de pessoas que seguiam nos “trem de doidos”. Basaglia visitou o lugar em 1979 e com grande espanto afirmou que estivera em um campo de concentração tal qual os nazistas. O documentário “Em nome da razão” de Helvecio Ratton, filmado em 1979, mostra nas imagens ainda em preto e branco o horror e a miséria produzidos em Barbacena (ARBEX, 2013)

políticas públicas ao compreenderem que “o público diz respeito à experiência concreta dos coletivos de forças sempre em movimento. Daí estar em um plano diferente daquele do Estado enquanto figura paralisada e transcendente da modernidade” (MONTEIRO et al, 2006, p. 11).

A partir dessa distinção enxergamos a cristalização das políticas de Estado como controle de determinadas camadas da população pela via da inclusão social com intervenções definidas como necessárias na submissão dessas virtualidades perigosas. A atuação da periculosidade como dispositivo na produção de subjetividade incide na Política de Saúde Mental de diferentes formas. Entretanto, as experiências coletivas produzem constantes embates às lógicas que tendem a cristalizar as políticas públicas em algo transcendente fora das relações cotidianas. O exercício de desnaturalizarmos as questões que aos poucos tornam-se hábito apontou esses movimentos endurecidos, e a composição de práticas que pelo seu exercício coletivo afirmam resistências aos discursos de controle e perigo.

Assim a alta e o alto consumo de psicofármacos surgiram nas histórias como o embate desse plano de formas que busca capturar essas subjetividades na forma de perigo social, mas também, como plano de forças capazes de deslocar essas relações totalizantes ao dar passagem a incômodo⁸⁴ e proposições. Nesse sentido, o “entendimento do coletivo a partir de relações estabelecidas entre dois planos- o plano das formas e o plano das forças- que produzem a realidade” (ESCÓSSIA, 2012, p.53), buscam os movimentos que operam ações coletivas, produzindo constantes desarranjos nas estabilidades oriundas das formas já constituídas. Assim, o plano de forças em uma política pública consiste em produzir conexões que ampliem cada vez mais o coeficiente de coletivização (ESCÓSSIA, 2012).

João das Dores teve alta do CAPS. E Dandara aguarda ansiosa esse momento que está próximo, porém, nos nossos ouvidos a palavra ALTA incomodou pela forma como preencheu o espaço das conversas, algo raro, deveras esperado, quase de outro mundo, “dádiva dos deuses aos pobres mortais”. A forma como a ALTA preencheu o universo da pesquisa alinhada as relações com o excesso de psicofármacos expressam as estratégias biopolítica de

⁸⁴ Dandara mostrou-se incomodada com o alto consumo de medicações ainda realizada pelos companheiros de CAPS, e os chamou de zumbis. Achamos um bom termo para definir o que se passa na Política de Saúde Mental, já que os zumbis são definidos na cultura popular como criaturas mortas, que foram reanimadas e vivem perambulando, na maioria das vezes, controladas por forças externas

controle dos corpos, e apontam o plano de formas na qual a Política de Saúde Mental comparece como sujeição. Mas, quais estratégias podem ser produzidas para que a Política de Saúde Mental seja gestada no âmbito efetivo do público?

Os manicômios produtores de mortes leva a ver no atual diagrama de forças na qual os serviços substitutivos estão inseridos uma reanimação desses mortos para mantê-los sob controle. No entanto, acreditamos na produção de um plano de forças na Política de Saúde Mental vinculados aos processos coletivos que se furtem a dicotomia indivíduo x sociedade. Nessa medida, uma Política de Saúde Mental efetivamente pública não terá a alta como figura transcendente, mas a composição cotidiana de uma desinstitucionalização da loucura de toda relação de poder que insista em remontá-la a uma certa institucionalização.

João das Dores e Dandara romperam com esse plano de formas quando exultantes pelo processo de alta sinalizaram a vontade de compor relações com o serviço substitutivo distinta de algo vinculado a posição de usuário ou ex-usuários. Eles afirmaram um lugar ativo de participação capaz de transmitir aos outros companheiros suas experiências. Imaginamos o que aconteceria se João das Dores e Dandara pudessem transmitir aos companheiros ainda zumbis a sensação produzida durante as nossas conversas que fez a pesquisa dar uma volta sobre si mesma?

Talvez, não se trate de uma transmissão de experiências, pois, essa pode evocar o sentido de uma audiência passiva ou de um discurso moral, e de certa forma grupos nesse estilo já existem⁸⁵. Contudo, falamos do contágio dessas experiências, atentos aos limites de cada um, pois são histórias distintas e as mudanças acontecerão na “medida do possível”, como salienta Dandara. Essa partilha de experiências que não se preocupa com valores transcendentais a serem seguidos, mas com os modos de vida envolvidos consiste nas relações de amizade. De acordo com Spinoza (2011) “é útil aos homens, acima de tudo, formarem associações e se ligarem por vínculos mais capazes de fazer de todos um só e, mais geralmente, é-lhes útil fazer tudo aquilo que contribui para consolidar as amizades” (SPINOZA, 2011, p.353). Segundo Gomes e Silva Junior (2013)

⁸⁵ Fazemos referência aos grupos de auto-ajuda, espaços partilhados em muitos lugares, serviços de saúde, penitenciárias, entre outros, na qual cada pessoa conta sobre as experiências de sua vida.

A condição do viver com (conviver), onde os amigos compartilham ideias e valores, propicia a formação das noções comuns, como conhecimento do modo de relação entre seres singulares. Em outras palavras, as trocas de opiniões, de ideias, valores etc. no diálogo entre amigos possibilitam o conhecimento das noções comuns, isto é, das propriedades comuns que lhes permitem se reconhecerem como homens (modos finitos, no vocabulário espinosano) (GOMES; SILVA JUNIOR, 2013, p. 47).

Nesse sentido, a produção de um espaço singular de amizade permite o exercício de uma configuração dos serviços substitutivos abertos a afetividade, algo mais próximo de uma relação antimanicomial do que a atual configuração com tendência a centralização sobre si mesmo com o peso introduzido pelo modelo biomédico, que se contrapõe a desinstitucionalização como uma transformação radical das narrativas produzidas acerca da loucura. Essa nova posição exercida como prática de amizade alargaria as fronteiras entre os serviços de saúde mental e o movimento social para além de lugares marcados, tais como, trabalhador-militante ou usuário-militante, pois trata-se de uma relação cujo afeto de amizade permite a criação de um ritmo comum. Deleuze (1997) afirma que é necessário aos corpos afetantes que entrem em um ritmo comum em uma “dupla direção simultânea” (DELEUZE, 1997, p. 181), assim “se aprendo a nadar ou dançar, é preciso que meus movimentos e meus repousos, minhas velocidades e minhas lentidões ganhem um ritmo comum aos do mar, ou do parceiro” (DELEUZE, 1997, p.181). A amizade propicia a criação desse ritmo comum.

Dandara contou a história de um companheiro introspectivo que começou a participar de alguns espaços sociais e políticos após vários convites, e aos poucos ele mesmo conseguiu perceber as transformações em sua vida oriundas dessas participações. A alegria sentida por Dandara quando viu as transformações desse sujeito cabisbaixo, calado e isolado para alguém participante, ativo e disponível as experiências propostas, mostra uma relação que ao contrário dos grandes projetos de subjetividade privilegiam pequenas mudanças que em um relacionamento sensível de amizade tem agencia para multiplicar-se.

FICÇÕES

Prólogo

As histórias não precisam de grandes explicações, porém, decidimos compartilhar algumas interferências criativas. *Dandara: entre hospícios e as lutas* ganhou um aspecto mais próximo a realidade por mantermos alguns detalhes ocorridos na realidade, como a Marcha anualmente realizada por setores do Movimento Negro no dia da Consciência Negra, e tendo sido inspirada pela participação de Dandara em um desses atos. *Os Apanhadores de palavras* possui um aspecto mais ficcional do que a história anterior, ali começamos a dar asas ao imaginário ao desenvolver um universo no qual objetos peculiares tem uma função distinta da real. O estilo poético de Manoel de Barros constitui uma das inspirações dessa dissertação assim utilizando a gramática para delirar, tal qual afirmada pelo autor, abrimos-nos a invencione para delirar alguns pensamentos resultado no pequeno texto chamado de *Usando algumas palavras que não tem idioma*. Já *O fantástico na saúde mental* inspirado pelo gênero literário conhecido como realismo-mágico ou fantástico conhecido por expressar no cotidiano acontecimentos sobrenaturais, ao compor narrativas sustentadas pelo absurdo com situações extraordinárias misturadas a realidade⁸⁶. Nossa ideia não foi construir uma narrativa fantástica, mas inspirar-se no aspecto político presente nesse estilo, pois quando pensamos a relação fantástico x real percebemos o quanto nossa realidade atual tem beirado a irreabilidade. *Funes, el memorioso* personagem de um conto de Borges, que narra a história de um homem que tudo recordava, como ele mesmo diz: “*Mais recordações tenho eu sozinho que as tiveram todos os homens desde que o mundo é mundo. E também: Meus sonhos são como a vigília de vocês (...) Minha memória, senhor, é como despejamento de lixos*” (BORGES, 1972, p. 121). Tomamos o personagem emprestado para pensar certa forma militante, e a partir da noção de ações com caráter político realizadas no cotidiano traçamos um contraponto. Inspiradas no “terrorismo poético” proposto por Hakim Bey⁸⁷ pensamos atos políticos e estéticos que não se

⁸⁶ Júlio Cortázar, uma das referências de literatura fantástica afirma que “atualmente, minha noção de fantástico é mais próxima daquilo que chamamos de realidade. Talvez porque a realidade esteja se aproximando do fantástico cada vez mais.” Essa relação fantástico x realidade abre perspectivas políticas para discutirmos a atualidade, possibilidades de resistência em um presente que surge cada vez mais fantasioso, contudo, real. Outros detalhes dessa fala podem ser visto na entrevista <http://revistacult.uol.com.br/home/2013/01/o-jogo-de-cortazar/>

⁸⁷ O terrorismo poético se insere nos movimentos denominados TAZ “Zonas Autônomas Temporárias”, que ganharam visibilidade com a execução de ações criativas, fragmentárias e provisórias como insurgências abertas no cotidiano. Bey (...) define o terrorismo poético como “um ato num Teatro da Crueldade sem palco, sem fileiras de poltronas, sem ingressos ou paredes. Pare que funcione, o TP deve afastar-se de forma categórica de todas as estruturas tradicionais para o consumo de arte (galerias, publicações, mídia). Mesmo as táticas da guerrilha Situacionista do teatro de rua talvez já tenham se tornado conhecidas e previsíveis demais (BEY, 2003 p. 7). Essas ações conjungam uma certa anarquia aos governos e a afirmação de resistências mais próximas de um fazer artístico, buscamos nelas inspirações para pensar ações coletivas que próxima ao riso possam provocar discussões acerca das atuais táticas de luta social.

prendem a uma lógica de futuro da revolução, mas afirmam resistências cotidianas e criativas. Fazer alguém feliz, dar notícias fantasiosas são alguns exemplos dados pelo autor.

Carolina de Jesus compõe a história de Dandara baseado no encontro com certa ancestralidade, uma forma de olhar para o passado como potência desse presente, distinto de um olhar saudosista e apegado. Como bons encontros podem potencializar os corpos singulares? O que podem os encontros que preenchem de alegria os corpos afetantes? Ainda que um delírio (?) o encontro com uma versão de mulher, negra e também desqualificada em alguns discursos, ainda que não o psiquiátrico, poderia dar passagem a que na vida de Dandara? Essas questões candeciaram a escrita dessa história.

1-Dandara: Entre Hospícios e as Lutas

Aquela cena fez seu corpo vibrar. O sol ao bater naquele turbante dourado irradiou uma beleza extraordinária, o céu azul intenso transmitia uma energia que a fez viajar no tempo. Lembrou das poucas histórias que ouviu sobre mulheres negras. Um nome surgiu em meio às muitas cenas que rodopiaram na sua cabeça, Dandara dos Palmares, foi a primeira história que conheceu. Ficou hipnotizada pelo efeito do sol no turbante.

Sentiu uma vontade de conversar com a sua Dandara. Sim, deu-lhe um nome. Dandara segurava um cartaz escrito “SEJA LUZ” com letras coloridas destacando-se do fundo. Quando levantou os olhos do cartaz viu um lindo sorriso, e a expressão de felicidade de alguém que não cabia em si. Precisava saber mais sobre Dandara. Pediu para tirar uma foto do cartaz, e a partir daí, estabeleceu-se uma conexão entre elas, sentiu-se à vontade para iniciar uma prosa. Aquele rosto lhe era tão familiar!

Passados poucos minutos sabia muitas coisas sobre Dandara, havia escolhido o nome certo, pois quanto sofrimento passou na vida. Apesar de toda tristeza das histórias de vida de Dandara podia sentir entre as pausas e respirações uma alegria repleta de possibilidades. As palavras emitidas por Dandara alcançavam seus ouvidos com os acordes graves de Elza Soares que dizia “*A carne mais barata do mercado é a carne negra, a carne mais barata do mercado é a carne negra, a carne mais barata do mercado é a carne negra, que vai de graça pro subemprego e pros hospitais psiquiátricos.*”⁸⁸ Era história de Dandara cantada em um refrão!

Falou que havia lembrado da música ao ouvi-la. Dandara, ficou pensativa, e logo em seguida, começou a cantarolar alguns trechos e juntas terminaram os últimos versos. Dandara disse que só conseguiu entender a complexidade daquela letra após um debate no curso de formação de Direitos Humanos que havia feito, quando a professora apresentou a música junto com fotos embaralhadas do século XIX e de agora. Foi uma atividade intensa, afinal poucas coisas haviam mudado.

As fotos que deixaram Dandara emocionada foram dos Manicômios brasileiros, e com sua recente vivência sabia que aqueles corpos negros espalhados pelos pátios, afastados da sociedade e maltratados, atravessavam séculos de exclusão, fazendo parte do cenário brasileiro mesmo com outras nuances. Dandara lhe perguntou, “se conhecia histórias sobre os

⁸⁸ Música “A carne” de Elza Soares.

Hospitais Psiquiátricos? ” Disse que sim, sabia vagamente por meio de alguns amigos que atuavam na área da saúde.

Dandara, com os olhos marejados, exclamou “é um círculo de violência que soterra a todos que insistem em escapar a esses padrões reconhecidos como certos. E é um horror sucumbir as tristezas produzidas por essa sociedade e ainda ser jogada nesses infernos”.

Quando ouviu essa frase lembrou-se das histórias de muitas mulheres que, taxadas como loucas, foram internadas nos manicômios por ordem dos pais, dos irmãos, da polícia, dos senhores.

Ao olhar Dandara, um arrepio percorreu seu corpo, vê-la ali, lutando pelo seu povo, em Marcha⁸⁹, mesmo com as dificuldades impostas por uma sociedade racista e manicomial. Nesse momento, ao mudar de posição, o sol refletiu novamente naquele turbante dourado. Que cena linda, que sensação maravilhosa, aquele turbante coroava uma guerreira. E que ela pudesse ser inspiração para outras mulheres, novas Dandaras que não se deixem sucumbir. Quer loucas, quer negras, gritem aos quatro cantos que a vida delas vale a pena sim!

E se houvesse um encontro entre sua Dandara e a de séculos atrás? Quais seriam as conversas? E as outras Dandaras, que existiram após Dandara dos Palmares, enlouquecidas, prostituídas, humilhadas, subalternizadas, o que falar para elas? O quão distante estamos do século XIX? O que diria Dandara dos Palmares a Dandar

⁸⁹ Mantivemos o nome “Marcha” porque fizemos uma referência aberta a “Marcha Nacional Contra o Genocídio da Juventude Negra” ocorrida anualmente no dia 22 de novembro, feriado nacional, que marca o Dia da Consciência Negra. Tendo em vista o alto índice de assassinato dos jovens negros no país, o movimento negro tira esse dia para dizer a sociedade que “vidas negras importam”.

2- Apanhadores de palavras

O temporal caía há algum tempo chamando a atenção para o início do verão, brindava com muita água mais um final de ano, entretanto, a confraternização entre amigos chegava ao fim, e aquele pé d'água impedia as pessoas de voltarem para casa.

Agitada olhava pela janela a água deslizando no vidro, só conseguia pensar no dia seguinte que prometia bastante movimento, afinal, todo ano era a mesma coisa quando entrava na terceira semana de dezembro a bagunça reinava, as lojas lotavam, correria por todos os lados. “Precisava ir logo”- pensou. E então, resolveu arriscar, tinha que se preparar para a maratona do dia seguinte. Esperando ardentemente não pegar uma gripe decidiu sair na chuva, quanto antes chegasse em casa melhor.

Alguns amigos animados por aquela mini-aventura resolveram sair na chuva também. Na calçada contaram até três e saíram correndo, mas, quando as gotas d'água começaram a cair sobre eles, convidando-os a um banho de chuva, desistiram de correr, precisavam daquele banho descarrego de final de ano, e então foram diminuindo os passos para deixar água correr.

Naquele instante ouviu o barulho de algo arrastado pela água, algo resistente ao empuxo, era o barulho de algum objeto pesado resistindo em ser levado pela água. Quando virou a esquina deparou-se com algo fosco reluzente arrastado pela água com dificuldade, abaixou-se, qual não foi o espanto ao encontrar aquela relíquia. A água tentava levar embora uma palavra que um dia havia sido ouro, não pensou duas vezes, tirou o lenço, enrolou a palavra, e voltou para perto dos amigos.

Aquela palavra deveria receber um ótimo tratamento, e depois, um lugar de destaque na vitrine da loja. O Antiquário de Palavras deveria receber novamente aquele tipo de palavra. O avô ficaria orgulhoso. Palavra com H(es)istória. Existiam vários tipos de palavras: palavras-monumentos, palavras-malditas, palavras-ruínas, palavras-preciosas, palavras-*outsiders*. Uma imensidão de estilos. E o seu Antiquário era reconhecido por sempre manter uma vasta coleção atualizada, atenta as tendências do momento sem perder a referência do passado. O avô lhe ensinou que toda palavra valia a pena. Aquela então possuía um lugar especial, esteve sumida há algum tempo, mas, as vezes que surgiu caiu no mau uso. Era uma palavra intrigante.

Começou o trabalho de restauração, percebeu que duraria algumas semanas, infelizmente desse jeito não poderia coloca-la na vitrine ainda naquele ano pelo trabalho cuidadoso de restauração, pensando bem, melhor assim, naquela época do ano as pessoas ficam enlouquecidas seria perigoso expor uma relíquia dessas as mãos consumistas.

O trabalho paciente de encontrar a cor original daquela peça, dourado brilhante, demorou mais que o previsto, quase não havia mais essa tinta no mercado, as tendências de cor para palavras eram outras. Muita cautela para deixar aquela palavra brilhante novamente. Contou os dias para poder expô-la. Assim que possível, não perdeu tempo, mudou toda a vitrine do Antiquário para que a palavra tivesse destaque. Lembrou das histórias do avô sobre aquela palavra, e estava feliz em ter uma por perto.

Alguns dias depois entrou na loja um grupo estranho pareciam saído de um filme da década de 1980, com muitos adereços coloridos, as mulheres com flores de plástico no cabelo, roupas floridas, várias pulseiras coloridas adornavam seus braços, e o grupo falava de modo diferente, no início pensou que fossem estrangeiros. Achou a composição do grupo engraçada. Ao atendê-los percebeu que estavam interessados na relíquia recém-exposta, um frio percorreu a espinha, e agora? Uma sensação estranha passou o seu corpo, pensamentos chegavam a galope, não queria que o grupo levasse aquela palavra! Será que sabiam como usá-la? Aquele grupo tão destoante da sociedade saberia o que fazer com aquela palavra? Será que entendiam algo sobre ela? O que sabiam sobre a palavra-monumento⁹⁰ militância? Tentou dissuadi-los, mostrou outras palavras, algumas extravagantes para combinar com o estilo do grupo, mas não teve sucesso. O grupo insistia em levar aquela palavra.

Lembrou do avô ensinando que não se negava palavra para ninguém, “mesmo que intimamente façamos conjecturas acerca do merecimento da palavra para a pessoa não podemos julgar”. As palavras sabiam se virar, muitas quando percebiam que eram mal utilizadas davam um jeito de escapar. Abriu a boca de espanto talvez isso aconteceu com aquela palavra antes de encontrá-la, não havia pensado no porque ela estava largada nas ruas da cidade em meio aquele temporal.

Saiu daquele devaneio ao ouvir: “Será que podemos pintar de outra cor, não gosto desse dourado, o que vocês acham de rosa choque? ” Alguém respondeu “E, que tal colocarmos alguns adereços nela? Vamos deixa-la mais parecida conosco?!” “Ótimo”. O frio na espinha parou no estômago. Insistia em lembrar do avô. Respirou. Não queria fazer julgamentos, mas, não conseguia conceber aquelas pessoas levando uma palavra tão importante.

⁹⁰ Ficamos na dúvida se considerávamos militância uma palavra abandonada ou uma palavra monumento.

Novamente retirada dos devaneios quando alguém lhe chamou a atenção: “Qual o preço da palavra?” Pensou em dobrar o valor. Foi aí que ouviu a conversa baixa do grupo imaginando várias coisas que fariam. Respirou fundo novamente, percebeu o quanto estava sendo tola. Aquele grupo transformaria a palavra. Devem mesmo fazer isso, o dourado brilhante, às vezes, apenas chama atenção e não compõe com o estilo pretendido por essas pessoas. Precisam de uma cor que transmita simplicidade para aquela palavra.

Ficou boquiaberta! Talvez a palavra estivesse em fuga, quando a encontrou naquela noite chuvosa, será que estava sendo mal utilizada? Bem que viu, ela toda desbotada. Realmente o avô tinha razão, não deviriam julgar ninguém. Desejou conhecer melhor aquele grupo, propôs pintar a palavra com a cor escolhida por eles, e pegou a paleta de cores para mostrá-los. Tudo certo!

Quando começou o trabalho de pintura com a nova cor percebeu o quanto aquele grupo estava certo. O dourado produzia um impacto que deixava aquela palavra com ares de soberba, a nova cor deixaria mais leve, próxima e amigável. Os novos donos realmente produziram outras coisas com aquela relíquia.

3-Usando algumas palavras que não tem idioma⁹¹

Ele parecia saído de um poema de Manoel de Barros *aparelhado para gostar de passarinhos* desde a infância. Mas ninguém o entendia.

Quando era pequeno o levaram para um lugar que mais parecia a fábrica que o pai trabalhava. Lá ninguém acreditava que ele podia *escutar a cor dos passarinhos*.

Logo, não durou muito naquele lugar. Tentou voar para outras direções. Mas, foi interrompido de modo brusco, violento.

Com o golpe as borboletas deixaram de ser azuis. Eram borboletas?

Estava completamente confuso.

Agora estava em outro lugar, que também lembrava a fábrica onde o pai trabalhava. Deus o tenha. Lá era diferente, acreditavam nas suas borboletas, eram borboletas? Mas, tentavam dar forma a elas. Ali, nem as borboletas eram livres.

Até que um dia disseram para ir embora, estava livre, mas deveria levar suas borboletas para outro lugar. A essa altura não eram mais borboletas, talvez um pedaço de papel dobrado várias vezes, qual é o nome disso?

O outro lugar era um pouco melhor, pelo menos não tinha fumaça na chaminé. Mas, ali as coisas ficavam desfocadas, embaralhadas.

E foi ali, a primeira vez que sentiu falta das coisas aprendida no primeiro lugar que mais parecia fábrica. Sabia que lá não o compreendiam, não acreditavam nas borboletas! Eram borboletas? Azuis? Não tinha mais certeza! Só aquela sensação continua que perdera alguma coisa.

Resolveu arriscar. Como estaria lá agora, será que acreditariam nas borboletas? Ou também as transformariam no papel japonês?

Tentou, tentou.

Não deu. Agora até aceitavam as borboletas conquanto que elas agissem do modo como fossem determinadas. Forçavam as borboletas a voarem, mas, essas não são de voar. São de ficar pousadas. Só porque tinham asas deveriam voar? Achava isso estranho.

Entristeceu.

Queria um lugar que lhe desse o que precisava da fábrica. Mas, era o que? Só queria um pouco da fábrica, sem ser ela toda, era possível? E também que não quisessem dar forma aquelas estranhas borboletas. Um dia daria um nome para elas.

Mas, precisava saber como nomear as coisas para começar a invencionar! Como se dá nome? Porque o azul é azul? Ele pode ser roxo? Sentia tantas coisas, talvez precisasse fazer uma

⁹¹ Trecho do Poema de Manoel de Barros no Livro das Ignorâncias (2001), os trechos em itálico também foram retirados de poema desse livro.

gramática própria. Mas, as outras pessoas entenderiam? Queria saber para decidir não saber mais se quisesse. Será que era possível um lugar assim?

Oh, olha, olha lá um passarinho!

Passarinho?! Como ele aprendeu a voar? Será que ele sabe ler metáforas?

4-O fantástico na Saúde Mental

Laura estava concentrada preenchendo os prontuários quando bateram na porta da sala, sua presença era solicitada na reunião extraordinária, ao entrar na sala percebeu os companheiros de trabalho em polvorosa, porque algumas pessoas sabiam do que se tratava e aos poucos contavam para os outros, o que aumentava ainda mais a euforia.

A coordenadora entrou na sala avisando que “o anúncio seria breve”, era a respeito da carta convidando os serviços de saúde mental do Universo a participarem do concurso de melhor equipe de saúde mental do planeta. O memorando com os detalhes do concurso começou a circular entre os presentes: como participar, porque participar, as premiações e demais instruções. Deveria ser apresentado um portfólio com a ação extraordinária realizada pelo serviço para uma pré-seleção, e posteriormente um encontro com os vencedores dessa fase para uma apresentação coletiva das ações. Nessa ocasião os serviços fariam uma defesa pública acerca do mérito da atividade sendo avaliados por um júri qualificado com o veredito final. As premiações contavam com dinheiro, viagens de turismo, compra de materiais para os serviços, a elaboração de um livro, mais verbas para o serviço, e a implantação da ação exitosa de forma nacional.

A coordenadora solicitou ao grupo definirem naquela reunião se participariam do concurso. O burburinho aumentou de volume quando todos na sala começaram a falar ao mesmo tempo, alguns empolgados, outros receosos. A coordenadora perguntou:

- Então pessoal vamos participar?!

Alguns profissionais responderam sim, outros não, alguns ficaram em silêncio. Uns começaram a questionar os outros pelas posições tomadas defendendo seu ponto de vista. A coordenadora exclamou a necessidade de um consenso, porque não dava para meia **equipe** participar de um concurso sobre “trabalho em equipe”.

O médico R1 comentou: - Ok, se participarmos, qual ação enviaremos para a disputa?! Qual atividade será escolhida?! Porque, vejam bem o atendimento que eu faço é muito bom, merece um prêmio, mas, vocês só consideram atividade essas coisas “terapêuticas” que vocês fazem!

A enfermeira retrucou dizendo que “era um evento para premiar a melhor equipe e não o melhor profissional, deveriam escolher uma atividade coletiva”.

Gestos de anuência foram feitos por alguns.

A coordenadora afirmou: - “Sim, enviaremos a atividade composta por todos, - e olhando para o médico R1 disse lentamente, - ou quase todos- e que produziu transformações no nosso serviço, principalmente, nos usuários”.

Uma exclamação geral foi ouvida, expressões alegres tomaram conta de alguns rostos. As atividades realizadas naquele serviço foram avaliadas uma por uma, no final da votação alguém exclamou: “Temos até o dia 20 de outubro para fazer a inscrição”.

Laura voltou para *sua* sala. Estava analisando prontuários antes da reunião, queria saber o que fazer para não continuar sentindo-se como um peixe fora d’água ali. Não conseguia parar de pensar “Que raios o Ministério da Saúde queria com aquele concurso? Premiar os serviços com melhores ações? O que isso significava?!”

Quando chegou em casa mandou mensagem para Victória, - a amiga trabalhava no Ministério da Saúde na capital do Universo, - estava confusa e queria mais informações sobre aquele concurso. A amiga respondeu que fazia parte da parceria entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Cultura para conhecer novas intervenções, Victória mostrou-se muito feliz com a ideia, e tentou animar Laura, que insistia com a pulga atrás da orelha.

Mesmo sendo novata, Laura resolveu contribuir na inscrição do serviço no evento. Deixou a cisma para lá. Talvez fosse algo infundado, talvez estava insegura por ser nova, ou tensa pela fama nada boa dos seus antecessores.

No dia seguinte todos estavam em polvorosa, precisavam tomar algumas decisões e começar a preparar o portfólio. A coordenadora comentou algo sobre o potencial da equipe, e que preparariam uma ótima apresentação por isso queria uma dedicação especial ao material que seria produzido. Os profissionais dividiram tarefas: a enfermeira, profissional mais antiga tinha uma pasta com muitas fotos e alguns vídeos que traria para todos verem como havia sido o início da ação escolhida para o concurso. A artista plástica montaria a estrutura do portfólio de forma bem criativa, e perguntou: “Se poderia fazer aquilo como a atividade na sua oficina?!”

Ouviram uma risada! Era a terapeuta ocupacional que gargalhava, a artista plástica ignorou a terapeuta ocupacional e seguiu falando até a coordenadora replicar que entendia a questão da artista plástica, e concordava com a estrutura do portfólio criativa, mas aquilo seria feito pelos profissionais, em conjunto, era até uma forma de produzirem um espaço coletivo entre eles, e não como mais uma oficina...

Laura pensou como seria maravilhoso um espaço com todos juntos elaborando algo. Quem sabe assim não se sentisse mais como “peixe fora d’água”. Combinaram um horário em comum para todos participarem, apenas o médico não se dispôs, mas ninguém se espantou com isso, afinal ele era R1.

No dia seguinte apareceu na sala de reuniões no horário marcado, e percebeu olhares de espanto na sua direção ao sentar na mesa, em seguida a psicóloga comentou: “Calma gente, lembram que a Laura é R3?!” Uma sensação típica de alívio pairou no ar. Foi aí que entendeu porque se sentia um peixe fora d’água, o serviço estava viciado em profissional R1, e ela R3 estava agindo do mesmo modo que o R1 desde que chegou, precisava dar um jeito nisso, não podia se acomodar, precisava mostrar para todos a diferença existente entre essas categorias, senão, ficaria parecendo apenas uma mudança superficial.

Naquele momento separavam os materiais mais velhos, alguém se disponibilizou para transformar as gravações de fita cassete em DVD. A coordenadora mostrou-lhe algumas fotos antigas de usuários que nunca havia visto, e disse que eram os mais antigos que já tinham ido embora. Ao seu lado a artista plástica perguntou sua opinião sobre o rascunho do portfólio, empolgada com as idéias começou a falar, e então percebeu que olhavam para ela, corou, não era acostumada a ser o centro da atenção, nisso, a enfermeira exclamou “Uma psiquiatra que gosta de papel machê”, todas riram, “é muito bom trabalhar com um R3”- afirmou a coordenadora.

Os textos ficaram prontos, uma série de fotografias apresentava a atividade realizada no serviço, e algumas partes dos vídeos contavam a história do trabalho por meio de imagens. O portfólio pronto deixou toda equipe contente com o trabalho realizado, era só fazer a inscrição e esperar.

Laura sentia-se mais à vontade no serviço, e constatava a nítida diferença de atuação entre R3 e R1. Os professores não estavam de brincadeira quando falaram sobre isso. Sentiu-se livre para propor um trabalho com a artista plástica.

Após algumas semanas o resultado da primeira fase do concurso chegou! Foram aprovados! O serviço enviaria 5 pessoas da equipe para a etapa final na capital do Universo. Viajariam a Psicóloga, a Artista Plástica, a Terapeuta Ocupacional, a Coordenadora, e Laura, que ficou surpresa quando o seu nome foi indicado.

O evento com três dias de duração era composto no primeiro dia com palestras, no segundo a apresentação das atividades aprovadas, e no último a exposição da decisão final do júri. No

hotel sentia-se o *frisson* percorrendo o corpo de cada trabalhador nas rodas de bate-papo, em cada canto via-se uma roda de profissionais trocando ideias sobre suas atividades.

No segundo dia o hotel entrou em polvorosa, o auditório aos poucos enchia com os trabalhadores empolgados, a ordem das apresentações disposta na entrada do auditório aumentava ainda mais a ansiedade.

A primeira equipe da região sul do Universo com uma apresentação sobre a realização de um trabalho em rede, os trabalhadores mostraram dados que ressaltavam a importância do contato contínuo com outros equipamentos da rede de saúde mental, da assistência social, da educação, e da cultura. Para exemplificar, contaram o caso de um usuário que retornava constantemente ao serviço de atenção a crise, e o CAPS não sabia o que fazer, decidiram acompanhar o usuário desde o primeiro dia de internação, fazendo visitas semanais, reuniões com a equipe do serviço de atenção a crise, procurando novas estratégias para cessar o circuito de internação. Laura ouviu um cochicho na cadeira de trás “Uai, mas, não é o padrão?!”

A próxima equipe da região central do Universo fez uma apresentação fenomenal sobre a atividade relacionada ao curso sobre medicação dado aos usuários e familiares com reuniões semanais e diferentes profissionais convidados, com um cronograma dos assuntos para as discussões, as vezes disparada por um farmacêutico, as vezes por um médico psiquiátrica, as vezes por um homeopata, e também discussões com pessoas vinculadas a medicina alternativa, o curso baseava-se na concepção dos usuários ao conhecerem os efeitos das medicações lidariam melhor com a experiência medicamentosa se conhecendo e acompanhando as alterações dos seus corpos.

Laura sentiu um desconforto com aquela apresentação, pensou: “não é obvio a importância dessas conversas? Principalmente, entre médicos e usuários no cotidiano dos serviços, afinal, o médico deve conversar sobre tudo relacionado as medicações que prescrevia!”

A psicóloga percebendo a inquietação de Laura cochichou no seu ouvido: “Esse é o esforço das equipes para romper com a relação construída pelos médicos R1 com os usuários, tem muito R1 que não olha para as pessoas.” Laura lembrou de uma cena protagonizada pelo colega R1 logo que chegou aquele serviço.

O serviço seguinte, da região norte, apresentou o trabalho envolvendo os aspectos da cultura popular algo tão forte naquela região. E o trabalho consolidado intersetorialmente entre a secretaria de saúde e a secretaria de cultura. Havia na cidade um centro cultural referência na

área da cultura daquela região gerenciada pelos usuários. A apresentação animada do grupo demonstrou um pouco das vivências realizadas nesse espaço deixando Laura empolgada a ponto de pensar ser essa atividade que deveria ganhar o concurso.

Outro serviço da região sul apresentou uma atividade vinculada ao planejamento calmo e tranquilo das altas dos usuários no serviço, explicaram algo sobre o serviço ser lugar de passagem com a perspectiva de abertura para a cidade, e outras relações além da área de “saúde”, como articuladores na vida dos usuários com um cuidado em liberdade.

Borboletas saltaram do estômago de Laura, como não pensou nisso antes?! Era lógico! Lembrou dos prontuários que havia separado para conversar com a equipe. Lembrou das conversas com os usuários, realmente alguns não precisavam estar lá todos os dias, o dia todo e para sempre. Era isso! Quase gritou. As intervenções realizadas na vida dos usuários deveriam ter início, meio e fim. Laura começou a sorrir, a coordenadora percebendo sua alegria contida, perguntou baixinho “o que houve?! Laura não conseguiu responder, queria guardar aquele pedacinho de alegria para soltá-lo no momento certo. Quando retornassem do evento conversaria com as companheiras de trabalho a respeito de alguns usuários.

Faltava pouco, logo chegaria a vez delas. Um frio na barriga. Laura não conseguia mais prestar atenção na equipe que apresentava, ouviu algo como economia solidária, cooperativismo, outras relações econômicas. Mas, estava difícil acompanhar a apresentação, apesar de gostar desse tema.

Chegou a vez da sua equipe, quando caminharam para frente pode sentir a perna bamba. Começaram a apresentação tantas vezes ensaiada, e contaram sobre a criação de um espaço de educação popular com os usuários da rede de saúde mental articulado com os movimentos sociais da área da Educação e da Luta Antimanicomial, um projeto que teve um início tímido, mas hoje abrangia toda a região com vários pólos educacionais. A atividade completaria 8 anos de existência. E já colhiam alguns frutos, como a usuária que retomou os estudos e acabava de formar-se em serviço social.

Quando a apresentação acabou Laura pôde respirar novamente, e a ansiedade começou a baixar. Ao final do dia uma atividade cultural deixou todos descontraídos, mas, o clima de expectativa circulava pelo ambiente.

O dia seguinte chegou anunciando alegria, no auditório o clima de ansiedade pairava no ar, dava para pegá-lo na mão.

A gestora anunciou que os votos seriam apresentados no telão, momentos de tensão percorreu os presentes, até que o impossível aconteceu, de repente, a tela gigante mostrou empate. Empate? Todas as propostas apresentadas tiveram a mesma quantidade de votos. Sério? E agora? O que fariam? Laura lembrou da sua pulga atrás da orelha, e olhou para Victória posicionada lá na frente. Empate?

No momento que todos voltavam do transe provocado pelo resultado, a Ministra da Saúde pegou o microfone e começou a falar, e ela ria, ria muito, ria, um riso gostoso. E contou que estava muito, muito feliz com os trabalhos apresentados. Estava revigorada com todos aqueles projetos. E gostaria de dar uma notícia: Os serviços de saúde mental a partir do segundo semestre daquele ano deixariam de ser responsabilidade do Ministério da Saúde. O auditório entrou em polvorosa com essa notícia que deu um nó na cabeça de muitas pessoas. A ministra pediu calma, e prosseguiu explicando a proposta, agradeceu as equipes pela disponibilidade e pelos trabalhos apresentados, disse estar empolgada com a mudança para o Ministério da Cultura.

Anunciada a transição dos Ministérios todos saíram para comemorar o resultado do evento, estavam todos contentes, e voltariam para seus respectivos serviços com muitas ideias. Laura, procurou os trabalhadores da região sul, pois queria saber mais sobre as atividades apresentadas. E seguiu-se uma tarde de confraternização.

Alguns meses se passaram.

Universo, 20 de janeiro de dois mil e tal

Reunião de avaliação

.... Com o telefone na mão, Victória, saí da sala toda empolgada: -“Você não vai acreditar! Acabou! Todos os nossos problemas acabaram”

- Mentira?

-Sim! Quem diria que bastava uma troca ministerial...

5-Funes, o militante “memorioso”

Sentado no jardim observava o balanço das folhas ao sabor do vento.

Recordava da primeira folha caída no início do outono.

Com a vida meio parada restava apreciar o jardim.

Uma moça aproximou-se, pediu licença e sentou no banco.

Quando a mirou de pertinho percebeu que ela estava cansada, arfava e bebia com voracidade o restante de água na garrafinha, havia um cartaz repousado no colo da jovem. Tentou inclinar a cabeça para ler o que estava escrito com aquelas letras coloridas, mas, não obteve sucesso. Aquela cartolina o lembrou do burburinho de um ato público marcado para aquele dia a poucos metros dali. “Será que ela vinha de lá? ” – Pensou. Funes, começou a lembrar da época dos atos públicos, da militância incansável, como sentia falta daqueles tempos, desde a confecção de cartazes até mesmo a repressão policial, tudo virou saudade. Quantas vezes fugiu da polícia? Lembrava de todas, desde o início na militância estudantil até a época no trabalho. Sorriu para a moça, e emendou o clássico: “está quente, né? ”

Foi o suficiente para em poucos minutos a conversa fluir tranquilamente como bons conhecidos. Funes, contava, aos risos, para Dandara sobre o dia que junto com os companheiros fugindo da repressão enganaram os guardas e se esconderam em um prédio, que logo depois, virou uma ocupação. Lembrava cada detalhe com precisão, algo que deixou Dandara surpresa, como podia uma memória tão boa.

Funes olhou para o cartaz e se deu conta que não havia lido quais eram as pautas atuais. E então pediu, gentilmente, para ver o cartaz. Dandara toda animada mostrou a cartolina desenhada a mão. Uma gargalhada seca ecoou pelo espaço. Funes ria sem parar.

Dandara sem saber o que fazer olhava o cartaz, e não entendia o motivo daquelas gargalhadas, que, aos poucos eram substituídas por comentários pesados: “Olha moça, francamente, amor? Quem vai para a rua pedir “por mais amor”? ”

O olhar de Dandara se perdeu no vazio do rosto de Funes. Tentou encontrar palavras para responde-lo, mas não conseguia. O seu silêncio o deixou incomodado, as risadas deram lugar a gritos, que faziam a veia jugular saltar no pescoço. Funes esbravejava, esbravejava. Em meio aos gritos algumas frases incoerentes começaram a sair. Uma espécie de delírio, Funes

delirava, delirava, era Stálin⁹²? Qual seria a diferença desses delírios para os seus delírios? Perguntaria isso a doutora.

Funes esbravejava: “Não se fazem mais militantes como antigamente! Cadê as massas?! Não se fazem mais militantes como antigamente.”

E Dandara, continuava sem conseguir falar nada, apenas pensava: “mas, antigamente? Como era antigamente? O que era antigamente? Eu não sei como era antigamente, eu sei como está agora, e o que eu sinto não serve? Não pode?” Como era antigamente?! Onde eu estava antigamente?!

Uma enorme vontade de chorar fez com que tentasse sair dali o mais depressa possível, mas percebendo o seu movimento de levantar Funes a agarrou pelo braço, puxou o cartaz e começou a rasga-lo, com o rosto em fúria esbravejava cada vez mais alto. Dandara conseguiu desvencilhar dele, soltou seu braço e saiu correndo, as lágrimas rolavam em profusão, lágrimas de medo, misturadas com alívio.

Corria e chorava, até que chegou ao lugar onde o ato havia sido encerrado, diversos grupos ainda estavam por ali. E começou a reparar-los. Um grupo tocava e cantava, ao entregar flores brancas para as pessoas pediam paz e amor! Lembrou da fúria de Funes quando leu a palavra amor no seu cartaz.

No outro grupo as pessoas vestidas de preto com os braços em punho deixaram Dandara intrigada, que gostou do que viu, e resolveu chegar perto, mas, suas roupas coloridas, e seus adereços colecionados ao longo dos anos⁹³ fez com que destoasse do grupo.

Seguiu adiante, viu um grupo diferente do anterior, lá só tinha homem branco com rostos parecidos com Funes, não arriscaria chegar perto, apressou o passo para sair logo dali. Passou

⁹² Utilizamos a figura de Stálin como expressão de um certo modo de subjetividade militante. Joseph Stálin liderou a União Soviética, e é reconhecido pela violência e endurecimento do Partido Comunista Soviético em seu comando. Ainda hoje, o comunismo se parte entre aqueles que apoiam as medidas tomadas por ele, e os que tecem diversas críticas, colocando-se próximos a outra figura importante o Lénin. Rolnik (2011) faz referência a esse stálin-em nós quando gradamos nossa prática política em um território reativo que ao fugir do modo de vida burguês cria para si totalizações socialistas.

⁹³ Baptista (1999) narra um episódio oriundo do Hospício Juliano Moreira: “Pratos, canecas, chapéus, rosas de plásticos, pentes, pulseiras, flores de papel, trapos, colares, espelhos, todos esses objetos entre outros fazem parte do traje exibido pela residente da colônia no pátio do hospital. A mulher exhibe seus objetos com um sorriso não muito claro, uma expressão enigmática que foge ao sentido da sua condição de louca.” (BAPTISTA, 1999, p. 101). Essas imagens são fortes, e constituem nossas andanças pela Reforma Psiquiátrica, o uso desses “cacarecos”, dessas cores parecem marcar as vidas que transitam por esses espaços, seja dentro ou fora do manicômio. Assim, decidimos trazê-la como uma espécie de marcador distintos dos outros modos, os Panteras Negras, por exemplo, usavam roupas pretas, assumimos aqui essa rostidade da loucura rodeada de trapos para demarcar uma posição narrativa.

por outro grupo, e outro, e outro, agora entendia o que rolava pós-ato, cada um ficava na sua turma. Mas, qual seria a sua?

Então, viu um rosto conhecido, e correu para alcançá-lo, com medo de Funes não queria ficar sozinha, mas, também não queria ir embora, estava gostando daquilo, nunca havia ficado até o final de um ato, e também queria achar um grupo.

Aproximou-se do rosto familiar e sentou ao seu lado, o grupo estava em roda e liam poemas, cantavam músicas, conversavam, eram bem alegres, a receberam de forma bem calorosa.

O tempo passou rápido, e quando percebeu já anoitecia. Lembrou de Funes, ficou tensa, olhou em volta, bateu um medo. Algumas pessoas perceberam sua tensão, e perguntaram o que aconteceu, foi então que ela desabou, e contou toda história. Recebeu vários abraços, e todos resolveram levá-la até em casa. Assim, seguiram para casa de Dandara na *Kombi* de José, no meio do caminho decidiram fazer uma pausa, pararam numa lanchonete onde Dandara conseguiu conhecer melhor o grupo.

Sentada ao lado de José, ouviu Maria cochichar: “É amanhã! Está confirmado,” e então, viu que ele fez um sinal com a cabeça que todos pareceram compreender. Aquilo despertou sua curiosidade. Já na porta de casa pediu a José que avisasse os próximos encontros do grupo, trocou números com Maria, que ficou de dar notícias.

No dia seguinte, quando saía para o trabalho Dandara foi pega em uma cilada armada por Funes, mas, ainda bem, que sabia técnicas de defesa pessoal, e conseguiu se desvencilhar dele, deixando-o abatido no chão. Nesse meio tempo, dois sujeitos chegaram, lembrou que eles estavam no grupo de ontem. Ficaram surpresos ao vê-la bem, e Funes apagado no chão, tinham ido ajuda-la. Dandara agradeceu, mas, de repente parou de falar, e então um súbito pensamento ocorreu: “Uai, como eles sabiam que estava em perigo”. Foi então que pediram que ela os seguisse, viu a *Kombi* estacionada na sua rua, o que ela fazia ali? - Pensou.

Quando entrou José e Pedro estavam lá, e Marcelo e João, os dois que foram ao seu encontro, começaram a contar que Dandara se salvou por conta própria, e o quanto isso era bom, afinal precisavam de mais pessoas que soubessem lutar. Dandara intrigada questionou porque precisam de pessoas que soubessem lutar, e o que faziam na sua rua. José contou que deixou os dois de vigia porque suspeitava que Funes aparecesse, “esse tipo é assim mesmo, já lidamos com gente parecida”, Dandara não entendia nada “como assim lidaram?”

Então José começou a contar sobre a organização da qual faziam parte, e que tinham decidido convocá-la. Mario contou a história do grupo, o que faziam, todos os detalhes, a cada palavra Dandara ficava mais embasbacada. Os poemas, as músicas, a roda tudo era montagem! Pois, se organizaram para “ações perigosas”, e precisavam de um disfarce! José perguntou se ela topava entrar. Respondeu que estava confusa, não imaginou que eles pudessem ser perigosos. Todos riram! Pedro respondeu que o bom era isso mesmo porque aí ninguém desconfiava da autoria das ações. Marcelo disse a Dandara que se entrasse para o grupo teria um treinamento rigoroso, mas recompensador ao final. Estava confusa, e pediu um tempo para pensar, mas, José disse que não havia esse tempo, era pegar ou largar no máximo até chegarem no trabalho dela, já que lhe dariam uma carona. João ressaltou que caso não aceitasse teriam que apagá-la. “Uau, como assim? ”

Pedro amenizou dizendo que apagar não é matar, jamais fariam isso, e com o celular nas mãos começou a ler o prontuário de Dandara. “Ué, como ele teve acesso”. Recitava as medicações que ela tomava uma a uma. José comentou algo como “uma dose a mais desse azulzinho aí e bum, você ficará confusa, e ninguém vai acreditar em você. ” Dandara estava cada vez mais assustada, apesar da proposta do grupo ser realmente muito boa.

No trajeto contaram as ações já realizadas. Um dia sequestraram um psiquiatra para fazê-lo feliz. Mas, de acordo com Pedro, a melhor ação foi a invasão de um CAPS para a substituição das medicações por confetes. Lembraram de uma mais antiga, um pouco perigosa, inclusive os estudantes acabaram levando a culpa, e foram hostilizados por muito tempo, por isso até pensaram em assumir o ato, mas, desistiram, porque o foco era muito maior que aquilo, e ao se entregarem as coisas ficariam bem complicadas. Porém, os estudantes não fugiram da raia, quando viram que não adiantava negar assumiram a idéia, que era louca mesmo. Precisavam assumir isso, ao menos isso. Tinha um manicômio que sempre estava em vias de fechar, mas nunca fechava, sempre davam um jeito do danado continuar de pé. Um dia decidiram fazer algo, cansados dessa enrolação resolveram ser um pouco mais radicais, talvez até demais, porque mesmo com todos os riscos planejados era uma ação perigosa atear fogo em uma ala vazia para que a destruição e o cheiro de fumaça forçassem os internos a serem levados para fora dali, realmente foram levados para casas próximas ao manicômio, e uma vez lá, se recusaram a voltar para o manicômio quando tudo voltou ao normal, e após várias agitações, as casas viraram residências terapêuticas.

“Alguém se feriu?”- questionou Dandara.

“Não, não, os bombeiros logo chegaram”- respondeu José, e eles caíram na gargalhada. Afinal, alguns deles se fantasiaram de bombeiros para ter certeza que o socorro estaria garantido, “já que vira e mexe ignoram alguns dos nossos”- completou João.

“Vocês não têm medo de serem descobertos?” – Dandara tinha várias questões, queria mais respostas, apesar de sentir o gostinho de aventura.

“Uai Dandara, quem, em sã consciência acreditaria que fazemos isso?”- retrucou Pedro.

“Teve um dia que fomos pegos”, comentou Mario, e na delegacia fomos soltos, porque o delegado não acreditou no policial. “O que vocês fizeram?” - Questionou Dandara.

“Ah, estávamos fazendo umas pichações pela cidade”- disse Marcelo.

Então foram pegos no flagra com latas de tinta na mão e roupas sujas por alguns policiais. Todos culparam Fernando por não fazer a vigília direito.

“Mas, lá na delegacia, o delegado não acreditou quando trouxeram nossos pertences e ele viu nossas carteirinhas, e os comprimidos” – continuou Pedro. “Até riu achando que provavelmente um grupo de adolescentes havia nos enganado.”

“Demonstrou pena da nossa situação, e ordenou aos policiais que nos levassem para casa e explicassem o ocorrido aos familiares”- gargalhou Fernando.

“Mas, e quem não tem família?!”- perguntou Dandara.

Ah, eles ficaram perdidinho, não sabiam com quem falar, além do constrangimento pela chamada de atenção que tiveram do delegado- finalizou José.

Dandara tinha tantas questões, mas, haviam chegado no destino. Ainda não tinha certeza da resposta, apesar da curiosidade tinha medo! Entretanto, todos a olhavam esperando uma resposta. E ela decidiu ir, com medo, mas iria. E a sua resposta produziu felicidade geral.

José comentou que ela deveria aguardar contato da Maria logo em breve, e então, se despediram. Antes de fechar a porta da *Kombi*, ouviu em tom sério: “ah, saberemos caso você fale sobre nós para alguém”.

Maria apareceu no dia seguinte, deu várias explicações, tirou diversas dúvidas, e marcou o início da formação de Dandara.

Dandara se surpreendeu com a formação, por algum motivo achou que teria algo de violento, mas, eram coisas bem legais, desde política, história, literatura, aulas de teatro, computação, farmacologia, algumas técnicas de luta. Ao final daquele período pode dizer que agora fazia

parte de um grupo. No final da formação comandaria uma ação para provar que estava apta a assumir seu lugar no grupo.

Por mais que o tempo tivesse passado, Dandara não conseguia esquecer Funes e a sua reação desmedida ao ler seu cartaz, e então, propôs ao grupo fazerem algo relacionado a ele. Toda a ação era pensada por dias, avaliando cada parte do empreendimento, assim, todos ficaram de pensar em algo específico para Funes, já que as ações eram decididas coletivamente. A ideia de fazê-lo feliz encantava Dandara, mas, o grupo além de não gostar de repetir ações haviam tomado uma birra com Funes pelo ataque armado, e por isso, não queriam vê-lo feliz. Logo, Dandara precisou relembra-los dos princípios daquele grupo: nunca fazer, repetir, ou devolver maldade! Então, definiram um combo de ações para Funes, inicialmente, invadiriam a casa dele durante alguns dias deixando pequenos objetos alegres, e por fim o sequestrariam.

Essas ações seriam as últimas, pois deveriam se resguardar para o grande dia, e tudo precisava estar organizado perfeitamente, não podiam falhar. Dandara ficou surpresa quando descobriu o que era o grande dia, não imaginou que a ousadia chegasse a tanto, nem que o grupo fosse tão grande que pudesse pensar ações ao nível nacional. Ainda mais uma ação arriscada, que demandava muito cuidado, poderiam ser descobertos, e talvez não tivessem como enganar as pessoas. Libertar os presos políticos⁹⁴ dos manicômios judiciários era algo muito sério. Tudo poderia dar errado, ou tudo poderia dar muito certo, só podiam ser loucos mesmo para apostar naquilo.

⁹⁴ Na nossa perspectiva a discussão do abolicionismo penal reverbera nos debates da luta antimanicomial e vice-versa. Assim a partir da proposição “todo preso é um preso político” lançamos luz a um debate pungente nas relações atuais da Reforma Psiquiátrica relacionado aos manicômios judiciários. Entendemos que a lógica que sustenta a permanência dessa instituição mesmo com os debates em curso do Movimento Antimanicomial é a mesma que incide sobre o campo da saúde mental produzindo segregação mesmo nos espaços abertos. Analisar os Manicômios Judiciários é colocar no centro da discussão o lugar da diferença nessa sociedade. O abolicionismo penal consiste numa gama de discussões teóricas, filosóficas e políticas que pensa o fim das prisões. Maiores detalhes: <http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5131>.

6- Carolina de Jesus

Ainda estava tonta por causa daqueles remédios que deixavam um gosto amargo na boca, não queria mais tomar aquilo. Sentou no banquinho disponível no fundo do pátio, a parte mais silenciosa daquele inferno, ali poderia ficar tranquila, fechou os olhos, cenas rodopiavam na sua cabeça, ainda não entendia como parou naquele lugar.

Começou a ouvir uma voz suave cantarolando uma melodia doce, mas, mal pode se deixar embalar por aquela canção abriu os olhos assustada, não queria ficar doida! Não queria ouvir aquela voz! Apressou-se em sair dali, voltou para a enfermaria, preferia dormir para não pensar em mais nada. No dia seguinte, retornou ao banquinho silencioso, o único lugar tranquilo naquele caos, novamente começou a ouvir aquela voz suave, abriu os olhos, entre a melodia conseguiu ouvir um choramingo, olhou para os lados, não era possível que estava delirando, aquele choramingo era muito presente, aquilo era real, olhou em volta, levantou-se, então percebeu um buraco na parede, algo pequeno, mas, dava para colocar os olhos, sentou-se novamente no banco, tomou coragem, e resolveu perguntar “ei, tem alguém aí? ”, percebeu que o barulho de choro havia cessado surgindo no lugar uma resposta “ei, oi? Tem alguém do outro lado? ” Que sensação de alívio! Não estava doida!

Começaram a conversar, a voz do outro lado contou porque estava triste. Desabafaram. Todos os dias no mesmo horário começavam um diálogo que se estendia até quando podiam ficar no pátio, Dandara só conseguia pensar em como era bom ter aquela voz *racional* com quem conversar, porque ali no meio daquele monte de gente doida não era seu lugar, não entendia como havia parado ali. Descobriu que sua companheira de muro também se sentia perdida ali. Descobriram muitas coisas parecidas, inclusive o motivo da família tê-las deixado ali.

Trabalhavam demais, estavam estressadas e um dia perderam a noção. Ela tinha três empregos para conseguir sustentar a família, morava com a mãe e os sobrinhos, a irmã tinha caído no mundo. A mãe já estava velha para trabalhar, as responsabilidades ficaram todas na sua costa, três empregos, que a exploravam até o fim, sempre mais, não queria mais viver daquele jeito, mas, o que poderia fazer?

Sua amiga de muro trabalhava muito também, mas, só tinha um emprego, na verdade, era a dona, gerenciava tudo, todos os dias, 24 horas por dia, estava sempre ligada, não descansava até mesmo nos finais de semana.

Um dia as duas tiveram péssimas experiências com um lapso de memória, não sabiam onde estavam ou quem eram, em seguida bateu o desespero, e daí começaram a gritar, espernear, as pessoas próximas não sabiam lidar com a situação chamaram a polícia, que as levaram para aquele lugar. Ambas reclamaram do jeito que estavam, os remédios deixavam-nas molenga. E os médicos não respondiam as suas questões.

Algum tempo depois, descobriram que teriam alta na mesma semana, resolveram trocar contatos. Dizem que a amizade que nasce em meio a dor floresce com sustança.

Com a vida reorganizada se veriam novamente, ou melhor, efetivamente se veriam. No último dia de internação descobriram os distintos encaminhamentos, uma encaminhada para um tal de CAPS, e a outra encaminhada para o psiquiatra amigo da família. Despediram-se.

Após duas semanas da alta, Dandara compareceu ao CAPS, conheceu o lugar, apesar de não pretender ficar ali, pois precisava trabalhar. Achou aquelas pessoas estranhas, mas havia prometido a mãe ficar pelo menos um mês. Durante a consulta psiquiátrica no CAPS ficou desesperada, o médico receitou uma imensa quantidade de remédios, e quando perguntou sobre o que havia acontecido com ela, ouviu como resposta um intimidante “é apenas esquizofrenia”. O chão abriu, aquela frase foi um baque. Não conseguia acreditar naquilo! Ela esquizofrênica? Como? Saiu angustiada. Começou a tomar aqueles remédios, e pesquisar sobre esquizofrenia, ainda não acreditava naquilo, parecia um pesadelo.

Os dias passavam um igual ao outro, tinha certeza que os remédios provocavam aquela inércia na sua vida, precisava voltar ao trabalho, precisava contar a alguém tudo que estava acontecendo, o CAPS estava sem psicólogo, não dava para esperar. Resolveu ligar para sua amiga do muro.

Sentiu uma alegria invadir o coração quando ouviu aquela voz familiar do outro lado da linha, começaram a conversar, ainda parecia que estavam no mesmo lugar. Estranhou, quando a amiga disse que o médico não havia diagnosticado esquizofrenia, apenas falou em crise causada pelo estresse, e a mandou viajar e relaxar. Contou do seu diagnóstico, a amiga achou estranho, afinal, tiveram os mesmos sintomas, oriundos de causas parecidas. A amiga começou a fazer várias perguntas: “como foi a infância?” “Tem alguém com esquizofrenia na família?” Igual a moça no CAPS, mesmo respondendo às perguntas da amiga, achou estranho terem um peso e duas medidas. No final da ligação marcaram um encontro para finalmente se conhecerem, já sabiam tanto uma da outra.

Ficaram surpresas quando se conhecerem.

Contou como era o CAPS, apesar de ser um lugar legal não se sentia bem, e ficava muito *zumbi* com tanto remédio. Questionou como conseguia conviver com tantas medicações, qual não foi a surpresa quando a amiga contou tomar apenas 1 *comprimidinho* para dormir. Embasbacada, Dandara lembrou os 300 comprimidos receitados para ela, como assim a amiga tomava apenas 1? Contou sua decisão de parar a medicação para retomar a sua vida, mas a amiga mostrou-se preocupada, afinal aquilo era uma recomendação médica.

Mas, a cada dia a vontade de Dandara ficava maior, não conseguia pensar, sentia o corpo mole, não podia retomar suas atividades cotidianas, e não tinha animo para nada, nem mesmo lá no CAPS.

Resolveu conversar com o médico para propor uma mudança, afinal quantas vezes não trocou o anticoncepcional sempre que relatou as alterações provocadas pelo medicamento?

Nunca na vida se sentiu mal como naquela conversa. O médico fez ameaças, disse que tomaria aquela medicação *para sempre*, senão voltaria para o hospital, que não alteraria nada. Foi uma péssima experiência, não houve diálogo, o que se passava com aquele médico? O que se passava naquele lugar? Voltou para casa muito triste e angustiada. Passou a semana amuada pelos cantos, a única coisa boa foi o início da formação em direitos humanos que a distraiu daquela tristeza pelo esforço feito para acompanhar as aulas.

Entrou mais uma semana entristecida, acordando ansiosa e com dificuldades para respirar, saía de casa com o coração na mão, isso se repetiu várias vezes até perceber que as crises aconteciam nos dias de pegar a medicação. O que faria? Não aguentava mais aquilo!

Um dia quando pegou os remédios nas mãos teve vontade de sair correndo sem olhar para trás, aquilo queimava em suas mãos como o fogo. Saiu desnorçada. Só percebeu que estava no ônibus errado quando chegou na praia, estava tão longe e não tinha visto. Mas, decidiu descer ali mesmo, se acalmaria perto do mar! Na beira do mar os olhos deram vazão ao fluxo de lágrimas, aos poucos procurava se acalmar, tentando ritmar a respiração com o balanço das ondas. O mar transmitia serenidade. Lembrou das histórias sobre Iemanjá. Será que podia fazer os remédios de oferenda? Iemanjá aceitaria? Ou ficaria possessa? Não queria drogá-la, apenas se desfazer daquilo de um jeito que fosse Riu ao imaginar a Rainha do mar *zumbi* igual a ela e seus companheiros de CAPS.

A serenidade aos poucos preencheu seu corpo, o coração entrou em um ritmo suave, os pensamentos seguiam um fluxo tranquilo, o desespero e a ansiedade aos poucos iam embora, ao olhar para o lado viu uma mulher sentada próxima a ela, os olhos fixos no horizonte, do

lado da mulher, um livro. Tentou ler o título, não conseguiu, estava meio embaçado, quando levantou os olhos deparou-se com o olhar da moça. Com um sorriso largo, a moça lhe estendeu o livro. Leu o título “Quarto de Despejo”. A moça perguntou o que lhe afligia. Lágrimas brotaram em seus olhos, respondeu: “Eu só quero entender o que aconteceu comigo? Foi estresse? Foi doideira? Eu sou esquizofrênica mesmo? Doida? Pirada? E agora? Só quero entender o que se passa na minha vida!

“E o que te impede de entender?!”

Dandara não conseguiu responder apenas apontou para os remédios que estavam à sua frente, “eles me deixam enevoada, cansada, com sono”. A moça deu um sorriso de compreensão. Dandara sentiu-se acolhida como a muito tempo não sentia. A moça lhe disse para ter calma pois tudo se ajustaria, e conversaram bastante. De repente, percebeu que estava tarde, precisava ir embora, a moça parece ter lido seus pensamentos porque levantou estendendo a mão para ajudá-la. Quando olhou os remédios na areia sentiu muita vontade de deixá-los ali, nesse momento, a moça abaixou-se para pegá-los, colocou em cima do livro, deu um sorriso, fez um aceno com a mão, e começou a caminhar. Dandara ficou boquiaberta, não sabia o que fazer, deveria buscar os remédios? Mas não queria aquilo, melhor deixar assim. Voltou para o ponto de ônibus.

Acordou no dia seguinte com uma pontinha de dúvida, o que faria agora? Resolveu que manteria o seu papel, foi para o CAPS, e realizou todas as atividades normalmente. Lembrou da moça na praia, do livro, e pegou umas folhas de papel e começou a rabiscar os pensamentos. Passou dias escrevendo. Encheu um caderno de coisas escritas.

Na aula do curso de direitos humanos teve uma baita surpresa quando viu em meio as coisas da professora convidada um livro, pediu para olhá-lo, quando pegou nas mãos uma sensação percorreu seu corpo, sentiu uma alegria. Ali, era real, o livro era real “Quarto de Despejo”. Não se conteve, e pediu emprestado. Infelizmente, a professora não poderia emprestá-lo, a aula que daria na parte da tarde seria com ele. Ai que decepção! O professor entrevistou dizendo que viu uma edição na Biblioteca do Terminal. Dandara seguiu flutuando para o terminal. Seus olhos brilharam quando viu o livro a sua espera na estante. Mal entrou dentro do ônibus e já estava devorando suas páginas.

Então a moça da praia era Carolina de Jesus, aquilo foi uma visão ou um delírio? Era louca mesmo? Bem que o psiquiatra falou que era esquizofrênica, não se incomodaria com isso desde que tivesse outros delírios com Carolina de Jesus, já que o primeiro encontro havia sido muito bom. Desde aquele dia não tomava a medicação e estava muito bem. Continuava a

escrever, agora inspirada nos textos de Carolina de Jesus, era algo quase como o diário de uma *transtornada*.⁹⁵

Os dias transcorriam tranquilos, tinha ânimo para a vida, porém, chegou a época de pegar novamente a medicação. E agora? O que faria?! Dessa vez não teria como escapar. Pegou a medicação e levou para casa.

Pensou em ir novamente a praia, será que Carolina de Jesus apareceria e levaria os comprimidos?

Quando viu já estava dentro do ônibus! Chegando a praia, sentou na areia e ficou a ouvir o barulho do mar! Como era bom!!

O entardecer chegou, e logo anoiteceria, precisava ir, mas, nada de Carolina de Jesus, o que faria com aquele monte de medicação? E agora, Dandara?

Esperaria mais 20 minutinhos....

Nada...

Resolveu ir embora, pegou os remédios, olhou aqueles comprimidos em suas mãos, olhou para o mar, olhou em volta, pensou:

“Merda, estava curada! ”

Não via Carolina de Jesus porque estava curada! Deixar os remédios a curou! Mas, e se tomasse alguns só para ver Carolina de Jesus de novo? Achou melhor não arriscar! Voltou para casa exultante! Começou a escrever sua cura, páginas e mais páginas. Precisa divulgar isso, não podia mais manter esse segredo diante do que tinha acontecido.

No dia seguinte, ligou para amiga, precisava contar a novidade para alguém senão explodiria. Estava curada! Marcaram um encontro.

Contou toda a história para a amiga que ficou boquiaberta, e pediu o livro emprestado. Dandara com muitas reticências emprestou.

Dandara continuava a escrever, cada vez mais tinha vontade de escrever.

Um dia esqueceu no curso de formação o caderno mais recente. Felizmente, foi encontrado por um dos professores, que não resistiu a curiosidade e começou a ler, e quanto mais lia, mais teve vontade de ler.

⁹⁵ O texto de Carolina anunciado como o diário de uma favelada inspirou-nos nesse trocadilho.

Na semana seguinte ao devolver o caderno para Dandara pediu desculpas pelo inconveniente de ter lido, e disse ter gostado muito, pediu para ler os outros. Dandara toda corada, disse achar melhor não porque eram escritos pessoais, o professor não insistiu, saiu da sala, e voltou com um livro nas mãos, entregou a Dandara e pediu que lesse com calma e que depois conversariam, o livro emprestado era o Diário de Lima Barreto, meio óbvio, mas Dandara nunca havia sido uma leitora assídua, no decorrer de sua leitura achou que ali tinha alguma mensagem subliminar deixada pelo professor.

Cada livro que lia, mais dava vontade de ler, tornou-se frequentadora da biblioteca do CAPS, do Terminal, todos perceberam aquela movimentação.

Quando devolveu o livro ao professor começaram a conversar, de repente, se viu contando detalhes do seu segredo, trechos de sua leitura de Carolina de Jesus, sua história no manicômio. O professor ouviu atento, empolgado, disse que a história de Dandara daria um ótimo best-seller “a esquizofrênica curada quando parou de tomar a medicação!” Tudo hoje em dia vira best-seller- disse ele, mas ela, particularmente, deveria divulgar sua experiência bonita demais para ser engavetada.

Dandara ficou confusa e insegura, pois, ninguém além da sua amiga, e agora o professor, sabiam que tinha parado com a medicação. Desejou poder contar ao psicólogo aquela proposta do professor, mas teria que contar sobre a parada na medicação, não sabia o que fazer!

Resolveu confidenciar a amiga a ideia do professor, era a única pessoa que podia confiar naquele momento, mas, ao contrário do que imaginou sua amiga ficou toda empolgada, inspirada pela leitura dos textos de Carolina de Jesus deu várias idéias de como arrumar os escritos de Dandara, que em silêncio viajava, angustiada sem saber o que fazer, entre a cruz e a espada, e também, duvidava que houvesse algo nos seus textos que valesse essa importância toda.

Os dias passavam, e a cada semana o professor levava um livro diferente para Dandara, e sutilmente puxava o assunto. Até o dia que ela confessou sua insegurança de contar aquele segredo no CAPS. Apesar do professor conhecer pouco o funcionamento do lugar, inclusive contou sobre como se surpreendeu com a participação ativa nas aulas de Dandara e José, um outro aluno do curso que também frequentava um serviço de saúde mental, disse que geralmente quando ouvia algo sobre a saúde mental imaginava as pessoas babando, aproveitou o ensejo e afirmou que a experiência de Dandara poderia ajudar a desmistificar esses preconceitos. Porém, ela continuava reticente.

Até que chegou mais um dia de pegar a medicação, Dandara imersa em seus rascunhos esqueceu a data, só percebeu quando chegou no CAPS, inclusive tentou escapar, planejou várias rotas de fuga, mas não conseguiu. Viu-se mais uma vez na fila, esperando, olhando para aquele monte de comprimido, dessa vez, não pegaram fogo em suas mãos, não saiu correndo, colocou-os na bolsa, voltou aos seus afazeres e começou a pensar nas suas recentes experiências.

No curso tiveram uma oficina de literatura que colocou a cabeça para funcionar deixando a imaginação correr. Em um momento de descontração o professor comentou com aicineira que na sala haviam vários escritores disfarçados, como o assunto rendeu resolveram fazer mais uma oficina na próxima semana, ficaram com “tarefa de casa” e tudo o mais, na qual deveriam produzir um texto no estilo de uma crônica relacionado aos direitos humanos.

Tudo parecia transcorrer bem, Dandara estava empolgadíssima com o exercício. Porém, o dia seguinte aguardava uma bela surpresa, começando com ela perdendo a hora, e chegando no CAPS atrasada, cuja atmosfera fervilhada de tensão quando entrou no prédio, chegando na sala comum percebeu que todos a olhavam. Então, a enfermeira pediu para Dandara acompanhá-la, e seguiram para a sala da coordenadora. Chegando lá, Dandara levou um susto ao ver sua mãe aos prantos agarrada com a sua caixa de medicação. O ar sumiu! Todos olhavam para ela esperando uma resposta. Sentiu uma angústia invadir seu peito. “Como a mãe descobriu a sua caixa?” Tinha certeza que havia escondido direitinho. Desde o mês anterior escondia a medicação numa caixa que um dia recebeu jóias pela falta de ideias do que fazer para descartar os comprimidos sem provocar desperdício, afinal pretendia devolvê-los um dia. Olhou ao redor para as pessoas que estavam na sala, viu que a psiquiatra bufafa! A enfermeira lançou um olhar sereno, o Educador Físico riu!

Conseguiu reunir forças para consolar a mãe, que provavelmente estava preocupada lembrando do horror da experiência que haviam vivido, e temendo que tudo aquilo que elas passaram antes pudessem viver novamente, mas estava bem, tinha que fazer a mãe entender isso.

A coordenadora começou: - Então Dandara, algo a nos dizer?!

Ficou lívida, as pernas bambas, mas, aí lembrou do primeiro dia na praia, e tirou forças daquela conversa com Carolina de Jesus, e de uma só vez contou tudo! As palavras saíam de sua boca encadeadas, frases formadas de forma inteligível, até ela ficou surpresa, afinal tinha dificuldades de falar em público independente de seus problemas.

A psiquiatra soltou um “Isso é inadmissível!!”

Percebeu que a mãe estava mais tranquila, pelo menos em alguém o seu discurso certinho havia produzido um bom efeito.

Ouviu o educador físico comentar que aquilo não foi surpresa para ele, tinha percebido que Dandara andava diferente, e cogitou que tivesse sido por causa da medicação, mas, resolveu esperar que ela abrisse o jogo quando se sentisse confortável.

A psiquiatria o questionou por não ter contado a equipe sobre aquilo, era algo grave. Nisso a enfermeira retrucou que sem dúvidas era algo grave, mas não via o porquê de uma tempestade no copo d’água, o feito já estava feito, e que bom Dandara não ter jogado fora porque estava faltando remédio, aproximou-se de sua mãe e pediu a caixa, agradeceu com os olhinhos brilhando.

A psiquiatra insistia numa reunião de equipe, aquele caso deveria ser tratado com a devida seriedade, pediu que chamassem o psicólogo, e quem mais tivesse envolvimento com a paciente. A coordenadora pediu que se acalmasse, pois queria ouvir mais o que Dandara tinha para contar, porém, em um rompante a psiquiatra disse que não ficaria mais ali caso Dandara não fosse expulsa. “Hã? Como assim expulsa-la?” – pensou Dandara.

O clima ficou pesado na sala, todos olharam a psiquiatra, que continuou falando um monte.

A coordenadora pediu que Dandara voltasse para casa com a mãe e aguardasse notícias, diante das circunstâncias fariam uma reunião para decidir o que fazer. Aquilo foi um banho de água fria em Dandara, que não imaginou que a situação chegasse a tanto. Saiu do CAPS chorando, depois do choque inicial com o lugar começava a se afeiçoar, e não queria parar seu tratamento, as medicações eram só uma parte dele.

Dandara passou a semana amuada, sem vontade de nada, nem de ler, ou escrever. Um dia sua amiga ligou avisando de uma vaga de emprego, achava que Dandara pudesse participar da seleção. Mas, quando Dandara contou o ocorrido para a amiga, deixou-a estarrecida com a ideia de expulsão, perguntando sem parar no telefone se lá era alguma escolhinha para ter essa atitude.

Dandara também não foi ao curso, estava muito triste, mas não queria se culpar, havia feito o que achava correto.

Até que teve uma baita surpresa! Uma visita conjunta, o psicólogo e o professor do curso foram visitá-la. A reunião do CAPS tinha acontecido, e o psicólogo foi contar o resultado. A

surpresa em ver aquelas duas pessoas juntas logo se dissipou, surpreendentemente eram amigos, pelo menos haviam sido no ensino médio, e quando soube o que Dandara havia feito o psicólogo ligou para o curso, queria se informar como estava sendo sua participação, e foi uma grata novidade reencontrar o amigo.

O professor aproveitou o ensejo e compartilhou suas idéias sobre os escritos de Dandara, passaram a tarde conversando, o psicólogo queria saber mais sobre aquelas histórias fantásticas, Dandara estava feliz por não ter sido expulsa do CAPS, e então tomou coragem para mostrar seus textos, sentia o desejo de compartilhar tudo aquilo que estava escondido.

O psicólogo tinha amigos que trabalhavam com literatura, desde edição, revisão, e tudo o mais, e teve a ideia de inscrever Dandara no edital de cultura de novos escritores, seria um bom começo!

E foi!

De um edital de cultural com poucas tiragens Dandara ficou conhecida. O belo processo judicial chegou em sua casa.

“Um baita susto, e agora?”

Uma grande indústria farmacêutica a estava processando. O CAPS ficou em polvorosa, apesar do curso ter terminado há tempos quando o pessoal soube também se alvoroçaram.

Dandara entrou em desespero como pagaria o advogado, o salário que ganhava mal dava para sustentar a família. Pânico. Os usuários do CAPS começaram uma vaquinha, as pessoas próximas ao debate da luta antimanicomial começaram a discutir meios de ajuda-la.

A amiga decidiu pagar um bom advogado, que realmente deveria ser bom para enfrentar uma grande empresa, não seria nada fácil. O processo judicial chegou em uma péssima hora, Dandara finalizava seu primeiro romance, bem diferente do diário, mas misturava a ficção algumas questões ligadas à sua experiência na saúde mental. Depois do episódio com a descoberta de sua parada na medicação e todo mal-estar provocado no serviço, inclusive a ameaça de expulsão, o psicólogo apresentou o movimento antimanicomial para Dandara, e foi muito bom! O lançamento do primeiro livro havia sido no último 18 de maio! Estava sendo uma boa experiência. Um dia deu uma oficina de literatura e direitos humanos no curso de formação, misturou histórias com as discussões, e o resultado foi muito bacana até quem costumava cochilar nas aulas prestou atenção. Uma produtora de filmes pediu autorização

para produzir um curta-metragem a partir dos trechos que contavam a história do encontro com Carolina de Jesus, eram momentos bem alegres até a chegada do processo judicial.

Um processo desse nível é muito dispendioso, cansativo, irritada e angustiante. Foram momentos de aflição, mas, como tudo na vida passou! Junto com pessoas incríveis o processo foi vencido por Dandara, quando a notícia do processo se espalhou, juntou-se ao advogado pago pela amiga, outros advogados envolvidos com os direitos humanos, todos trabalharam incansavelmente por aquilo.

Obviamente que a empresa recorreria nas outras instâncias cabíveis, mas por hora aquilo era uma grande vitória, o curta-metragem estava autorizado e Dandara poderia lançar seu romance, dessa vez publicado por uma editora com uma alta tiragem.

Alguns meses depois, reunindo amigos e companheiros de luta lançou seu livro com uma baita festa antimanicomial. Dandara parou de trabalhar na empresa da amiga, e estava agora junto a um grupo com um espaço de cultura oferecendo oficinas, formações, eventos, já era algo reconhecido na cidade.

O livro estava fazendo sucesso, recebia vários convites para contar sua experiência, seu *blog* também recebia visitas dos mais variados lugares do mundo, e sua experiência sempre encontrava ressonância nas mais diversas pessoas independente de como o serviço de saúde mental era organizado no lugar.

Acabava de receber um convite para participar de um evento internacional na Itália quando viu o professor passando, esperava a amiga para um café, acenou para ele, que foi ao seu encontro, era muito grata por ele ter insistido com ela. Bateram um bom papo, há tempos não se viam, “agora que ela era uma escritora famosa”- disse o professor.

6- Considerações Finais

“Os elefantes não esquecem”

Clímax

O momento mais esperado dos romances policiais da inglesa Agatha Christie.⁹⁶

Um dia cansada de errar a identidade dos assassinos comecei uma forma de leitura repleta de ansiedade para chegar nas páginas finais, e enfim, descobrir se havia errado ou talvez, acertado. Uma leitura voraz, uma competição íntima.

Hoje as experiências no estilo policialesco da autora dão a serenidade de uma leitura cuidadosa, atenta às pistas lançadas pela autora ao olhar a posição do Detetive Poirot ou da Miss Marple com os olhos aguçados de quem possui uma infinidade de caminhos, mas deve escolher um para desfazer a trama. Assim, no último ano entre as muitas leituras “acadêmicas” a sorte ou a experiência levou a quase descoberta do assassino de um dos romances que seguia empoeirado na estante desde o início do mestrado. Mas, não foi esse *quase* que produziu alegria, e sim, a provocação deixada no final do livro por uma das personagens principais: “graças a Deus, aos seres humanos foi concedida a faculdade de esquecer”.

Essa frase no momento posterior a qualificação produziu vazios em torno de algumas questões, e percebemos um modo de operar tal qual “Funes el memorioso” com uma memória de elefante que ao lembrar de tudo produzia uma mistura confusa de afetos. Algumas questões atuais eram despotencializadas ao serem preenchidas com uma angustiante comparação com o futuro idealizado.

No decorrer da pesquisa, ao olhar a autonomia atenta as potencialidades criadas, aconteceu uma experiência com a Reforma Psiquiátrica distinta da anterior carregada de impotência. O entendimento da Reforma Psiquiátrica como algo heterogêneo, de forma que, sempre haverá quem prefira contar suas vitórias, outros a apontar seus fracassos, mas, a escolha de afirmá-la no campo do intempestivo, no constante embate com a sua dimensão histórica para dela extrair seus processos de produção, mas, sem a ela retornar (DELEUZE, GUATTARI, 2010b) volta a atenção aos movimentos inventivos de outras existências possíveis fora da submissão aos discursos que insistem em aprisionar a diferença.

⁹⁶ Agatha Christie é uma escritora inglesa reconhecida mundialmente pelos romances policiais na qual a solução dos crimes sempre termina de uma forma magistral e provocativa.

Nesse movimento de buscar resistências a esse presente que com suas retóricas infundáveis transforma a criatividade e a alegria em confinamento de potência afirmamos a produção de uma realidade capaz de agitar esse plano no qual se mesclam resistências e capturas. Os afetos produzidos nessa sociedade capitalista, manicomial, excludente e totalizante não podem dar passagem a uma potência afirmativa e alegre, sem tentar, ainda que um pouco, afetá-la com paixões, e mantê-las ao acaso dos encontros de forma a não produzirem um conhecimento adequado acerca das suas potencialidades.

Desse modo, pensamos na composição de um afeto antimanicomial. Segundo Spinoza (2011) é impossível determinar a quantidade dos afetos, visto que, há tantos quanto as composições realizadas entre eles permitirem. Assim, antes de buscar uma sociedade sem manicômios, talvez seja necessária a produção de um afeto antimanicomial capaz de dar passagem a modos de vida éticos que consigam aumentar suas potencialidades com a criação de um ritmo comum com as demais potencialidades, afastando toda a lógica de hierarquização e submissão.

7- REFERÊNCIAS

ALVERGA, A.R de; DIMENSTEIN, M. A reforma psiquiátrica e os desafios na desinstitucionalização da loucura. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 10, n. 20, p. 299-316, 2006. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832006000200003>. Acesso em dezembro 2015.

ALMEIDA, K.S de; DIMENSTEIN, M; SEVERO, A.K. Empoderamento e atenção psicossocial: notas sobre uma associação de saúde mental. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 14, n. 34, p. 577-592, 2010. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832010005000009>. Acesso em janeiro 2016.

AMARANTE, P (coord.) **Loucos pela vida: A trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1995, 136 p.

AMARANTE, P. **Teoria e Crítica em Saúde Mental: textos selecionados**. São Paulo: Editora Zagodoni, 2015.

ARAGON, L.E. P. **O impensável na Clínica: virtualidades nos encontros clínicos**. Porto Alegre: Editora Sulina; Editora da UFRGS, 2007, 152 p.

ARBEX, D. **Holocausto brasileiro**. São Paulo: Editora Geração Editorial, 2013.

ARRAES, A.K de. M et al. Empoderamento e controle social: uma análise da participação de usuários na IV Conferência Nacional de Saúde Mental Intersetorial em Natal (RN). **Revista psicologia política**, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 71-85, 2012. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519549X2012000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em janeiro 2016.

AGUIAR, K.F; ROCHA, M.L. Práticas Universitárias e a Formação Sócio-política. **Anuário do Laboratório de Subjetividade e Política**, nº 3/4, p. 87-102, 1997.

AZEVEDO, A.B. **A intuição clínica: entre Espinosa e Deleuze**. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

BAHIA, L. et al. Pensar o Sistema Único de Saúde do século XXI: Entrevista com Lígia Bahia. História, **Ciências e Saúde** -Manguinhos. Rio de Janeiro. v. 21, n. 1, p. 93-110, 2014. Acesso em dezembro 2015.

BAPTISTA, L.A. **A cidade dos sábios: reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades**. São Paulo: Editora Summus, 1999.

BAPTISTA, L.A. **A Fábrica de Interiores: A formação psi em questão**. Niterói: Editora EDUFF, 2000, 121 p.

LIMA BARRETO, A.H.de. **Cemitério dos vivos**. São Paulo: Brasiliense, 1956.

BARROS, L.P; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E; KASTRUP,V; ESCÓSSIA, L.da. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2015, p. 52-75, 207 p.

BARROS, M. **Gramática Expositiva do Chão (Poesia quase toda)**. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1990.

BARROS, M. **Livro sobre nada**. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 1996.

BARROS, M. **Livro das ignorâncias**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BENEVIDES, P.S. Autonomia, liberdade e sujeição: uma análise do dispositivo panóptico. **Textura**, n.25, p. 86-105, 2012.

BEY, H. **CAOS: Terrorismo Poético e Outros Crimes Exemplares**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.

BONDÍA, J.L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, p. 20-28, 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em janeiro 2016.

BOVE, L. **Espinosa e a psicologia social: ensaios de ontologia política e antropogênese**. (Org). CALDERONI, D. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 176 p (Cadernos de Atenção Básica, n. 34)

CARVALHO, S. R. Os múltiplos sentidos da categoria “empowerment” no projeto de Promoção à Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 20, v.4, p. 1088-1095, 2004.

CAPONI, S. Biopolítica e medicalização dos anormais. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 19, n.2, p. 529-549, 2009. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312009000200016>. Acesso em fevereiro 2016.

CASTEL, R. **A Ordem Psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1978.

CASTELO-BRANCO, G. **Michel Foucault: filosofia e biopolítica** (Coleção Estudos Foucaultianos). Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.

CERTEAU, M. de. **História e Psicanálise: entre ciência e ficção**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.

CHAUÍ, M. **Política em Espinosa**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2003.

CHAUÍ, M. **Espinosa: uma filosofia de liberdade**. São Paulo: Editora Moderna, 2005.

CHAUÍ, M. **Desejo, Paixão e Ética**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2011.

COIMBRA, C.M. B, NASCIMENTO, M.L. Movimentos sociais e sociedade de controle. In: TEDESCO, S. NASCIMENTO, M.L. (Orgs.). **Ética e Subjetividade: novos impasses no contemporâneo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009, p. 39-59, 295 p.

COIMBRA, C.M.B. Direitos Humanos e Criminalização da pobreza. In: I Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje, 2006. Disponível em <http://www.slab.uff.br/index.php/producao/8-textos/42-textoscecilia>. Acesso em abril 2016.

COIMBRA, C.M.B.; LOBO, L.; NASCIMENTO, M. L. A invenção do humano como modo de assujeitamento. In: MENDONÇA FILHO, M.; NOBRE, M. T. (Orgs.). **Política e Afetividade: narrativas e trajetórias e pesquisa**. Salvador, São Cristóvão: EDUFBA/EDUF, 2009, p. 31-42.

COSTA, L.B da. Ritorno em Deleuze-Guattari e as três éticas possíveis. In: <http://www.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/005e2.pdf> 2006.

COSTA, L. A et al. Cartografar. In: FONSECA, T.M.G, NASCIMENTO, M.L., MARASCHIN, C. (Orgs.). **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2012, p. 45- 47, 263 p.

COSTA, L.A. O corpo das nuvens: o uso de ficção na psicologia social. **Fractal, Revista de psicologia**, v. 26. n-esp., p. 551-576, 2014.

DELEUZE, G. **Spinoza et le problème de l'expression**. Paris: Minuit, 1968. (Tradução não-publicada de Luís Orlandi).

DELEUZE, G. **Cursos sobre Espinoza: Vincennes, 1978-1981**. Fortaleza: Editora Universidade Estadual do Ceará (EDUECE), 2009.

DELEUZE, G. **Crítica e Clínica**. São Paulo: Editora 34, 1997. 208 p.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2013a.

DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2013b, 3ª ed. 240 p.

DELEUZE, G. O que é um dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990, p. 155-161. (Tradução de Wanderson Flor do Nascimento).

DELEUZE, G. **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Editora Escuta, 2002, 144 p.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 3**. São Paulo: Editora 34, 2012a, 2ª ed. 144 p.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 4**. São Paulo: Editora 34, 2012b. 2ª ed. 200 p.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol. 5. São Paulo: Editora 34, 2012c. 2ª ed. 264 p.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1**. São Paulo: Editora 34. 2010a, 560 p.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 2010b, 3ª ed. 272 p.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Kafka: por uma literatura menor** (coleção filô/margens, 4). Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2014.

DELEUZE, G; PARNET, C. **Diálogos**. São Paulo: Editora Escuta, 1998, 184 p.

DELGADO, P.G.G. Democracia e reforma psiquiátrica no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 16 (12), p. 4701-4706, 2011.

EIRADO, A et al. Estratégias de pesquisa no estudo da cognição: o caso das falsas lembranças. **Psicologia & Sociedade**. [online], vol.22, n.1, p. 84-94, 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822010000100011> Acesso em fevereiro 2016.

ESCÓSSIA, L. da. Coletivizar. In: FONSECA, T.M.G, NASCIMENTO, M.L., MARASCHIN, C. (Orgs.). **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2012, p. 53-56, 263 p.

FERREIRA, M.S. Sobre escrever cartas. In: BERNARDES, A.G, TAVARES, G.M, MORAES, M. **Cartas para pensar: políticas de pesquisa em psicologia**. Vitória: EDUFES, 2014, 164 p.

FIGUEIRÓ, R.A.; MELLO, L.C.A.; MINCHONI, T.; SILVA, M.E.S. Luta Antimanicomial e Reforma Psiquiátrica: O protagonismo do usuário em debate. **Catussaba: Revista Científica da Escola da Saúde**, v.1, n.1. p.51-62, 2011. Disponível em <https://repositorio.unp.br/index.php/catussaba/issue/view/4>. Acesso em março 2016.

FIGUEIRÓ, R. A.; DIMENSTEIN, M. O cotidiano de usuários de CAPS: Empoderamento ou Captura?. **Fractal: Revista de Psicologia**, v.22, n.2, p. 431-446, 2010. Disponível em <http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/view/313>. Acesso em janeiro 2016.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999a.

FOUCAULT, M. Michel Foucault entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. (Org.) MACHADO, R. Rio de Janeiro: Editora Graal, 3ª ed, 1982.

- FOUCAULT, M. *Os Anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010a. 2ª ed.
- FOUCAULT, M. **História da Loucura: na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2013. 9ª ed.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1988, 13ª ed.
- FOUCAULT, M. O que são as luzes? In: FOUCAULT, M. **Ditos e escritos II – arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. (Org.). MOTTA, M.B. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 335-351.
- FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos VI - Repensar a política**. (Org.). MOTTA, M.B. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2010b, v.6.
- FOUCAULT, M. A escrita de si. In: FOUCAULT, M. **O que é um autor?** Lisboa: Editora Passagens, 1992, p. 129- 160 (Tradução António Fernando Cascais e Edmundo Cordeiro).
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. 47ª ed.
- FUGANTI, L.A. **Agenciamento**, 2010 <http://www.luizfuganti.com.br/escritos/textos/74-agenciamento>. Acesso em maio 2016.
- FUGANTI, L.A. Saúde, Desejo e Pensamento. In: LANCETTI, A. **SaúdeLoucura 2**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1991. p 19-82.
- GOHN, M.G. Movimentos Sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 47, p. 333-361, 2011.
- GOMES, L.G.N; SILVA JUNIOR, da. N. Experimentação política da amizade a partir da teoria dos afetos de Espinosa. **Cadernos Espinosanos**, São Paulo, n. 28, 2013. <http://goo.gl/hqa5z6> Acesso em dezembro 2015.
- GOULART, M.S.B. **As raízes italianas do movimento antimanicomial**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007
- GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Editora 34, 2012, 2ª ed. 192 p.
- GUATTARI, F. **Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1985, 3ª ed.
- GUATTARI, F. ROLNIK. S. **Micropolítica: Cartografias do desejo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000, 6ª ed.
- LAMELA ADÓ, M. D. **Educação Potencial: autocomédia do intelecto**. 2013. 194 f. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- LANCETTI, A. Loucura Metódica. In: LANCETTI, A. **SaúdeLoucura 2**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1991, p. 139-147.

- LANCETTI, A. **Clínica peripatética**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2011, 127 p. (SaúdeLoucura 20. Série Políticas do desejo; 1)
- LAVRADOR, M.C.C. A psicologia e os desafios contemporâneos da reforma psiquiátrica. In: JACÓ-VILELA, A.M; SATO, L. (Orgs). **Diálogos em psicologia social** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 408-419, 2012.
- LEAL, E.M. Clínica e Subjetividade: a questão da autonomia na Reforma Psiquiátrica Brasileira. In: FIGUEIREDO, A.C. CAVALCANTI, M.T. (Org.). **A Reforma Psiquiátrica e os desafios da desinstitucionalização**. Contribuições à III Conferência de Saúde Mental-Dezembro de 2011. Rio de Janeiro: Edições CUCA- IPUB/UFRJ, v.1, p. 69-83, 2001.
- LEVY, T. S. **A experiência do fora: Blanchot, Foucault e Deleuze**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011.
- LINS, D. **Expressão:Deleuze em Espinosa, Espinosa em Deleuze**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2007.
- LISPECTOR, C. **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1998.
- LÖWY, M. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**. São Paulo: Editora Boitempo, 2005, 160 p.
- MACHADO, L. D.; LAVRADOR, M. C. C. Loucura e subjetividade. In: MACHADO, L. D; LAVRADOR, M. C. C; BARROS, M. E. B. (Orgs.). **Texturas da psicologia: subjetividade e política no contemporâneo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p.45-58, 2001.
- MACHADO, R. Introdução: Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 3ª ed., 1982.
- MELUCCI, A. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- MONTEIRO, A; COIMBRA, C.M.R; MENDONÇA FILHO, M. Estado Democrático de Direito E Políticas Públicas: Estatal é necessariamente público? **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 2, p.7-12, 2006.
- NEGRI, A. **Kairós, Alma Venus, Multidão: nove lições ensinadas a mim mesmo**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2003, 232 p.
- NEVES, C.A.B. Gilles Deleuze e Política: interferências nos modos de se estar nos verbos da vida. In: TEDESCO, S. NASCIMENTO, M.L. (Org.). **Ética e Subjetividade: novos impasses no contemporâneo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009, p. 191-212, 295 p.
- NIETZSCHE, F.W. **Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro**. Porto Alegre: Editora L&PM, 2012, 256 p.
- PAIM, J.S. **O que é SUS?** (Coleção Temas em saúde). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009, 148 p.
- PALOMBINI, A. L. de. OLIVEIRA, R.W.de. Andanças: arte de habitar uma cidade. In: BAPTISTA, L.A. FERREIRA, M.S. **POR QUE A CIDADE? Escritos sobre a experiência urbana e subjetividade**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2012, p. 83-103, 224 p.

- PASSETTI, E. Transformações da biopolítica e emergência da ecopolítica. **Revista Ecopolítica**, São Paulo, n. 5, p. 2-37, 2013.
- PASSETTI, E. Sobre sociedade de controle, educação e fluxos. In: TEDESCO, S.; NASCIMENTO, M.L. (Org.). **Ética e Subjetividade: novos impasses no contemporâneo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009, p. 156-168, 295 p.
- PASSOS, E; BARROS, R.B.de. Por uma política da narratividade. **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2015, p. 150-171, 207 p.
- PASSOS, E; EIRADO, A.do. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2015, p. 109-130, 207 p.
- PASSOS, I.C.F. **Reforma Psiquiátrica: as experiências francesa e italiana**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009, 244p
- PELBÁRT, P.P. **A nau do tempo-rei: sete ensaios sobre o Tempo da Loucura**. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1993, 132 p.
- PELBÁRT, P.P. **Da clausura do fora ao fora da clausura: loucura e desrazão**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2009, 2ª ed. 240 p.
- PELBÁRT, P.P. **Vida Capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2011.
- RAMOS, J.F.C. **A autonomia como um problema: uma pesquisa a partir da realização do dispositivo GAM em um CAPS fluminense**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2012.
- RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: EXO experimental org.; Editora 34, 2009, 2ª ed. 72 p.
- RAUTER, C; PEIXOTO.P.de.T.de.C. Psiquiatria, Saúde Mental e Biopoder: Vida, Controle e Modulação no contemporâneo. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, n. 2, p. 267-275, 2009
- RODRIGUES, H.B.C. Entre a “marca da pantera” e a pantera cor-de-rosa- Michel Foucault e o processo de desinstitucionalização psiquiátrica. In: MOURÃO, J.C; JORGE, M.A. (Orgs.). **Clínica e Política 2: Subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas**. Rio de Janeiro: Editora Abaçar: Grupo Tortura Nunca Mais, 2009a, 352 p.
- RODRIGUES, H.B.C. PARA DESENCAMINHAR O PRESENTE PSI: biografia, temporalidade e experiência em Michel Foucault. In: GUARESCHI, N.M.F., HÜNING, S.M., FERREIRA, A.A.L. et al (Orgs.). **Foucault e a Psicologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009b, p. 7-30, 184 p.
- RODRIGUES, H.B.C. Analisar. In: FONSECA, T.M.G, NASCIMENTO, M.L., MARASCHIN, C. (Orgs.). **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2012, p. 37- 39, 263 p.
- RODRIGUES, J.; PERES, G.M. Formação política no Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA). **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, v.4, n.8, p. 22-29, 2012.

ROLNIK, S. **Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Editora Sulina; Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011, 247 p.

ROLNIK, R. Prefácio. In: HARVEY, D.; MARICATO, E.; ŽIŽEK, S.; DAVIS, M. et. al. **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Editora Boitempo Editorial, 2013, 122 p.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2001 4ª ed.

SAER, J.J. O conceito de ficção. **SOPRO. Panfleto político-cultural**. Desterro, n.15, 2009. Disponível em <http://www.culturaebarbarie.org/sopro/n15.pdf>. Acesso em maio de 2015.

SANTOS, J.J.G. dos. **Corpo rasurado de histórias**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

SILVA, R.L. A ficção: uma aposta ético-política para as ciências. **Fractal: Revista Psicologia**, v. 26, n. esp., p. 577-592, 2014.

SOUSA, E.L.A de. Entrevistar. In: FONSECA, T.M.G, NASCIMENTO, M.L., MARASCHIN, C. (Orgs.). **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2012, p. 87- 88, 263p.

SOALHEIRO, N.I. Política e empoderamento de usuários e familiares no contexto brasileiro do movimento pela reforma psiquiátrica. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, v.4, n.8, p. 30- 44, 2012.

SOALHEIRO, N. I; MOTA, F.S. Medicalização da vida: doença, transtornos e saúde mental. **Revista Polis e Psique**, v. 4, n.2, p. 65-85, 2014.

SPINOZA, B. **Ética**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011. 2ª ed.

SPINOZA, B. **Obra completa III: Tratado teológico-político**. (Orgs). São Paulo: Editora Perspectiva, 2014, 376 p.

TEDESCO, S.H.; SADE, C.; CALIMAN, L.V. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. **Fractal: Revista de Psicologia**, v.25- n.2, p 299-322, 2013.

TORRE, E.H.G. AMARANTE, P. Protagonismo e subjetividade: a construção coletiva no campo da saúde mental. **Ciência & Saúde Coletiva**. 6. 1. p.73-85, 2001.

THOMSON, A. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral: In. FERREIRA, M.M; FERNANDES, T.M; ALBERTI, V (orgs.) **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ Casa de Oswaldo Cruz/ CPDOC Fundação Getúlio Vargas, 2000, 240 p.

TYKANORI, R. Contratualidade e reabilitação psicossocial. In: PITTA, A. (Org.). **Reabilitação psicossocial no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. p. 55-59.

VASCONCELOS, E.M. Impasses políticos atuais do Movimento Nacional de Luta Antimanicomial (MNLA) e propostas de enfrentamento: se não nos transformamos, o risco é

a fragmentação e dispersão política! **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**. v.4, n.8, p. 57-67, 2012.

VEYNE, P. M. **Como se escreve a história: Foucault revoluciona a História**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, 4ª ed. 285p.

ZATTI, V. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire**. Porto Alegre: Editora EDIPUCRS, 2007.

ZOURABICHVILI, F. Deleuze e o Possível (Sobre o involutarismo na política). In: ALLIEZ, E. (Orgs.). **Deleuze: uma vida filosófica**. São Paulo: Editora 34, 2000.

ZOURABICHVILI, F. Agenciamento. In: ZOURABICHVILI, F. **O Vocabulário de Deleuze**. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumara, 2004, p.8-10.

YASUI, S. **Rupturas e encontros: desafios da Reforma Psiquiátrica brasileira**. 2006. Tese (doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

8- ANEXOS

8.1- Termo de consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: Um “passeio esquizo” pelo Movimento da Luta Antimanicomial: Narrativas de Produção de Autonomia.

Pesquisador responsável: Júlia Carvalho dos Santos

Instituição a qual pertence o pesquisador responsável: Universidade Federal do Espírito (UFES) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional

Telefone para contato: (27) 998829270

Comitê de Ética em Pesquisas (CEP) - UFES/Goiabeiras: Telefone 4009-7840

E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras | Vitória - ES - CEP 29075-910- Universidade Federal do Espírito Santo

Nome do voluntário (a) _____

Idade: _____ **RG:** _____

O (A) Sr. (ª) está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa “Um “passeio esquizo” pelo Movimento da Luta Antimanicomial: Narrativas de Produção de Autonomia” de responsabilidade da pesquisadora Júlia Carvalho dos Santos, sob orientação da professora Dra. Adriana Leão, do Departamento de Estudos Integrados de Saúde da Universidade Federal do Espírito Santo. O objetivo de tal pesquisa é realizar uma análise da produção de autonomia dos usuários que participam do Movimento da Luta Antimanicomial por meio de algum Núcleo Estadual, por meio da construção narrativa que produzirá um resgate das histórias de vida e da participação no Movimento da Luta Antimanicomial, através de entrevistas individuais. Pois, ao compreender como a participação em um movimento social contribui para o fortalecimento da autonomia dos usuários da saúde mental poderemos produzir avanços na Reforma Psiquiátrica e na Luta Antimanicomial, ao fortalecer um contexto de vida antimanicomial e as lutas para sua efetuação. A coleta dos dados será realizada por meio de um questionário semi-estruturado, o áudio será gravado, em aparelho digital próprio para a função, e posteriormente serão analisados a luz dos referenciais teóricos utilizados na pesquisa.

- O principal risco a que o/a participante estará submetido será o de constrangimento, sendo que a entrevista será encerrada ao menor sinal de desconforto do/da participante.
- Os entrevistados não serão submetidos a procedimentos invasivos.
- O principal benefício do/da entrevistado (a) será conhecer a relação entre a sua participação no Movimento da Luta Antimanicomial e a produção de autonomia, a partir das histórias compartilhadas nas entrevistas.
- O ambiente em que acontecerá as entrevistas será privativo e resguardado, assim o participante terá o sigilo garantido. E as entrevistas serão encerradas, caso o participante sinta-se mal durante o procedimento.
- Em qualquer etapa do estudo o entrevistado terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O principal investigador é Júlia Carvalho dos Santos, que poderá ser encontrada no telefone 998829270.
- É garantida a liberdade da retirada de consentimento a qualquer momento, assim como deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo à continuidade de seu tratamento na Instituição.
- É garantido o direito de confidencialidade, não sendo divulgado a identificação dos participantes. E, não há despesas pessoais para o entrevistado, e não há compensação financeira relacionada à sua participação.
- Os dados e o material coletado serão usados somente para esta pesquisa.

Eu _____, RG nº _____
_____ declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Vitória, ____ de _____, de 2015.

Nome e assinatura do voluntário da pesquisa

Nome e assinatura do pesquisador

8.2- Roteiro das entrevistas

Roteiro Entrevista- Mestrado

- Conte um pouco da sua história de vida:
- Como foi o processo de adoecimento/internação:
Onde? Quanto tempo?
- E o processo de alta, como aconteceu?
- Quando começou a frequentar o CAPS? Qual CAPS? Como é a sua relação com esse espaço?
- Houve alguma re-internação?
- E os medicamentos? Como é o uso que você faz?
- E a chegada no Movimento da Luta Antimanicomial? Como foi o processo de aproximação?
- E atualmente como está? Participa de outros movimentos? Como é?
- Acredita que o Movimento produziu transformações na sua vida?
- Como enxerga o Movimento da Luta Antimanicomial? O que acha sobre ele?
- Como se percebe fazendo parte dele?
- Conte-me alguma “história” relacionada a algum episódio de participação no Movimento da Luta Antimanicomial.